

ABRACICON

Publicação Trimestral da Academia
Brasileira de Ciências Contábeis

SABER

Fusões e aquisições no setor bancário brasileiro: sinergias e rentabilidade

Gabrielly Mendes Costa e Juliano Lima Pinheiro



Perfil

Daniel Coêlho
Presidente da
Fenacon
p. 86

Exclusiva Abracicon

Dificuldades Encontradas pelos Contadores
Brasileiros ao Enviar Informações Contábeis
e Fiscais para o Governo
p. 18

Espaço do Acadêmico

Segurança no trabalho e gestão de riscos:
aplicação, importância e benefícios na
prevenção de acidentes
p. 41

Ampliando fronteiras, abraçando o futuro!

PARCERIA



ABRACICON

ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



I ILLINOIS

Gies College of Business



A Abracicon, em parceria com com o Gies College of Business da Universidade de Illinois, Estados Unidos, está ofertando o **CURSO DE ANÁLISE E VISUALIZAÇÃO DE DADOS CONTÁBEIS**. O curso será ofertado em plataforma online e já se encontra acreditado e pontuado pelo sistema CFC/CRCs. Cada módulo do curso é ministrado em inglês com legenda em português.

ACESSE: <https://giesbusiness-abracicon.thinkific.com/collections>

EXPEDIENTE

REVISTA ABRACICON SABER
EDIÇÃO Nº 41 – AGOSTO/SETEMBRO/
OUTUBRO de 2022 ISSN: 2357/7428

Editor

Academia Brasileira de Ciências Contábeis
(Abracicon)

Endereço:

SAS - Quadra 05 - Bloco J - Edif. CFC, 4º andar,
CEP: 70070-920 – Brasília (DF)

Contato:

(61) 3314-9453

abracionsaber@abracicon.org.br

I. DIRETORIA DA ABRACICON

Presidente

Maria Clara Cavalcante Bugarim (AL)

Diretor de Administração e Finanças

José Antonio de França (DF)

Diretora Operacional

Gardênia Maria Braga de Carva lho (PI)

Diretor de Ensino e Pesquisa

Fábio Moraes da Costa (ES)

II. CONSELHO FISCAL

Membros efetivos

Irineu De Mula (SP)

Presidente

Jucileide Ferreira Leitão (RN)

Washington Maia Fernandes (MG)

Membros suplentes

Lucilene Florêncio Viana (AM)

Roberta Carvalho de Alencar (CE)

José Corrêa de Menezes (AM)

Coordenadora do Conselho Editorial

Acadêmica Dra. Gardênia Maria Braga de
Carvalho

Conselho Editorial

Acadêmico Clovis Belbute Peres

Acadêmico Elias Dib Caddah Neto - Ms.

Acadêmico José Antonio de França - Dr.

Acadêmico José Eustáquio Giovannini - Ms.

Acadêmico Vicente Pacheco - Dr.

Acadêmico Fábio Moraes da Costa - Dr.

Revisão:

Maria do Carmo Nóbrega

Colaboradoras:

Fernanda da Silva Costa e

Luciana Martins da Silva Sousa

Projeto Gráfico, Redação e Diagramação

CQueiroz Comunicação – cqueiroz.com.br

Fotos:

Cedidas pelas Academias Regionais e
Abracicon

Permitida a reprodução de qualquer matéria,
desde que citada a fonte. Os conceitos
emitidos em artigos assinados são de exclusiva
responsabilidade de seus autores.

www.abracicon.org.br

Edição nº 41

Após o feliz cumprimento de uma intensa agenda durante o trimestre, incluindo-se reuniões das mais diversas, lives e participação em muitos dos eventos realizados pela própria Abracicon e pelas Academias pelo Brasil afora, já estamos partindo para a execução das demais ações previstas no plano de trabalho do ano de 2022.

Ao folhear a presente edição, o caro leitor tomará conhecimento sobre as comemorações dos 45 anos da Academia pernambucana e da realização do 12º Academicon no mês de agosto, contando com importantes nomes da Contabilidade nacional. Convidada para esse magno evento, quero aproveitar para parabenizar a Apecicon pelos profissionais competentes que sempre integraram seus quadros e agradecer, especialmente, ao povo de Pernambuco pela habitual acolhida.

Nesta oportunidade, quero dividir com todos vocês a grande emoção por ter sido eleita, por unanimidade, para o cargo de primeira vice-presidente do Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea), no mês de outubro. Quero agradecer a confiança de meus pares e ratificar o meu compromisso em dar continuidade ao trabalho iniciado nessa entidade tão respeitada.

Realizamos também nos últimos três meses mais duas edições do Quintas do Saber, com transmissão ao vivo pelo YouTube da Abracicon; duas edições do Encontro Literário Abracicon, pelo Zoom; e, também realizamos a 22ª Assembleia Geral e Extraordinária da Abracicon, que tratou, entre outros assuntos, da prestação de contas dos exercícios de 2020 e 2021; eleição de novos acadêmicos e criação da Comenda Ivo Malhães; e os novos projetos da Abracicon, como o "Abracicon Capacita.

Mais importante do que contabilizar os resultados ou alinhar os planos futuros, é agradecer a Deus, primeiramente, e ao meu competente e leal corpo de acadêmicos, que tem atuado de forma eficaz e responsável nas decisões das diferentes áreas da Abracicon.

Posso lhes adiantar que a nossa agenda de compromissos, ano após ano, sempre voltada ao atendimento dos legítimos interesses da classe contábil, com ênfase na promoção, na divulgação das atividades que contribuam para o desenvolvimento e estímulo ao conhecimento filosófico, científico e tecnológico da Contabilidade, tem mantido um habitual esforço de dar mais visibilidade à profissão contábil, à luz de uma arrojada e pujante política de excelência e valorização profissional.



Maria Clara Cavalcante Bugarim
Presidente da Abracicon

Nessa vertente, é fácil concluir que os caros leitores reconhecem como justíssimos os nossos movimentos constantes em favor do desenvolvimento da tão aguerrida CLASSE DE CONTADORES. Assim sendo, rendo as minhas mais efusivas homenagens à classe pelo decurso do Dia do Contador, em 22 de Setembro, data honrosa que merece, diuturnamente, ser festejada. Não destinamos apenas o dia, mas ano inteiro para o reconhecimento do trabalho dos Contadores brasileiros. Na impossibilidade de poder abraçar cada profissional, pessoalmente, desejo que o dia 22 de Setembro se reverta em muito sucesso profissional e em uma feliz união com a nossa classe, para que, juntos, possamos crescer ainda mais e assim melhor servir à sociedade.

Quero fazer um reconhecimento público à nossa plêiade de Acadêmicos das Academias Regionais, pelo trabalho sempre competente e comprometido com as causas maiores de cada agremiação, quais sejam a da valorização e a do aprimoramento dos profissionais da contabilidade. Tenho a certeza de que, ao final deste exercício, nossas Academias fecharão os seus balanços cientes de que fizeram o seu melhor e de que estarão prontas para os novos desafios que já se desenharam para o próximo ano. Muito obrigada, amigos Acadêmicos. O trabalho exitoso de cada um de vocês será contabilizado para sempre nos anais da História da Contabilidade.

E sobre tais ações, o caro leitor poderá conhecê-las nas próximas páginas desta Abracicon Saber. Além das importantes notícias das Academias, este número conta também com os tradicionais artigos, entrevistas, colunas especiais, sugestões de livros, entre outros, que tanto abrilhantam cada edição.

Após traçarmos um panorama de todas essas ações e prestes a fecharmos mais um ciclo, já estamos no limiar de um novo ano. Dessa forma, são novos projetos, novos sonhos, novos desafios. Quero desejar a todos um Natal de muita paz, saúde e prosperidade e que 2023 seja um ano de alegrias, desenvolvimento profissional e muito sucesso!

Boa leitura!

50

Fusões e aquisições no setor bancário brasileiro: sinergias e rentabilidade



12

academia

Presidente da Abracicon ministra palestra e recebe homenagem no 12º Academicon realizado pela APECICON



65

especializando-se

O método genealógico de Michel Foucault, a sustentabilidade e a contabilidade

68

Receitas públicas por fontes de recursos e a padronização nacional

em foco

11

regionais

APBCICON: Painel de Ciências Contábeis e Administração reuniu as duas classes

41

espaço do acadêmico

Segurança no trabalho e gestão de riscos: aplicação, importância e benefícios na prevenção de acidentes

78

socializando o conhecimento

Conteúdo informacional da contabilidade: Insumo da tomada de decisão

74

mural do acadêmico

Tomislav Rodrigues Femenick

Exclusiva Abracicon



18

Dificuldades Encontradas pelos Contadores Brasileiros ao Enviar Informações Contábeis e Fiscais para o Governo

86

Daniel Coelho
Presidente da
Fenacon

perfil

88

indicações

Business Adventures
(Aventuras Empresariais)

Apbcicon marcou presença na inauguração do Espaço do Contador na SEFAZ-PB



Tatiana Falcão e o Secretário do Estado da Fazenda, Marivaldo Laureano.



Da direita para a esquerda. Sefaz-PB, CRC-PB Apbcicon, Aspecont e Sescon-PB

No último dia 20 de setembro, a Academia Paraibana de Ciências Contábeis se fez presente na inauguração do Espaço do Contador", a convite do Secretário de Estado Marivaldo Laureano, por intermédio do CRCPB, que representou a classe contábil junto com outras entidades presentes.

Trata-se de um espaço instalado dentro da Secretaria da Fazenda do Estado da Paraíba, que visa fornecer espaço físico equipado e confortável, com um ambiente

propício ao desenvolvimento das atividades Contábeis, além da pesquisa e do aprimoramento dos estudos sobre o tema Contabilidade.

Na ocasião a atual Presidente da APBCICON, Tatiana Falcão de Souza Fernandes, representou a entidade, e destacou a importância efetiva e simbólica para relação e integração do contador e o órgão fazendário.

Segundo Tatiana Falcão, "o evento serviu

ainda para congregar todas as entidades que tem o profissional da contabilidade e a própria Ciência Contábil como objeto de projeção social e de relevância para o crescimento do estado, seja no campo privado como na área pública. Ainda afirmou que "esse espaço é fruto de uma parceria que deu certo entre os contadores e a Sefaz-PB.

Como fruto dessa parceria, os contadores conseguiram uma cadeira no conselho de contribuintes.

Painel de Ciências Contábeis e Administração reuniu as duas classes



Tatiana Falcão
Presidente APBCICON

No dia 13 de setembro de 2022 a Academia Paraibana de Ciências Contábeis participou, juntamente com a Academia Paraibana de Administração, CRCPB e CRAPB, de um painel tratando sobre as respectivas entidades.

Esse evento foi desenvolvido e mediado pela profa Luciane Albuquerque coordenadora dos cursos de gestão da Faculdade Estácio-Pb.

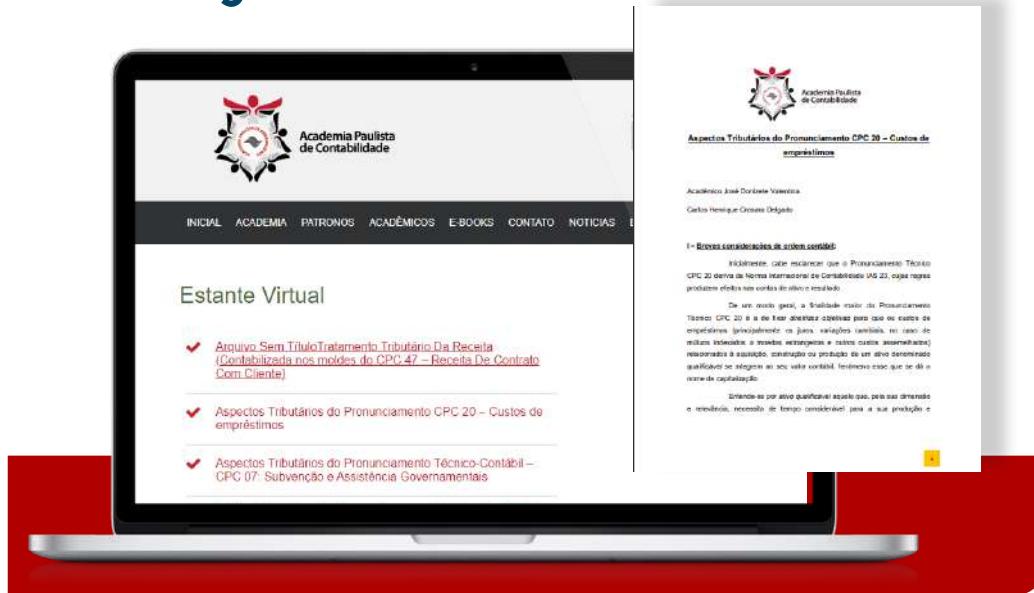
O evento proporcionou uma noite de muito aprendizado para os alunos e o

público presente, bem como aproximou a APBCICON das entidades co-irmãs e de classe, assim como propiciou eventual parceria entre as instituições presentes ao evento, inclusive a faculdade.



**ACADEMIA PARAIBANA DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

APC lança Estante Virtual e disponibiliza conteúdos gratuitos



A Academia Paulista de Contabilidade (APC) lançou em seu site uma “Estante Virtual” com o intuito de compartilhar o conhecimento técnico e científico dos seus Acadêmicos. O projeto é voltado, exclusivamente, aos profissionais da contabilidade das mais diferentes áreas, como escritórios, docência, perícia, auditoria, etc., com o intuito de compartilhar o conhecimento técnico e científico de experts da área para alavancarem as organizações brasileiras.

“O propósito da Entidade, com a ação, é valorizar o consumo consciente e a bibliodiversidade, conectando especialistas e leitores na maior rede de apaixonados por livros contábeis do Brasil”, salienta o presidente da APC, Domingos Orestes Chiomento.

Uma das obras à disposição para ser baixada gratuitamente na Estante Virtual da Contabilidade tem o título “Pronunciamentos Contábeis aplicados aos Negócios – Contribuição da Academia à disseminação do Conhecimento”. Na prática, trata-se de uma coletânea de

18 artigos técnicos, divididos em 288 páginas, produzidos pelos acadêmicos da APC, que falam dos pronunciamentos contábeis, auxiliando assim os contadores no desenvolvimento de suas atividades diárias, principalmente no tocante à convergência às normas internacionais de contabilidade (IFRS).

Além das matérias sobre o Comitê, criado pela Resolução CFC n.º 1.055/2005, há também autores que tratam do histórico da Ciência Contábil, o perfil do profissional do futuro, a importância do contador para os negócios e os desdobramentos contábeis em ambiente de crise.

Outra publicação – Efeitos Tributários dos Pronunciamentos Contábeis - Contribuição da Academia para a disseminação do Conhecimento – compila artigos que podem ser baixados gratuitamente, e já é considerada uma verdadeira bússola no que tange à complexa questão tributária no Brasil, que requer um amplo conhecimento por parte dos administradores das empresas de todos os portes e segmentos, visto que,

como explica Chiomento, “são excessivos os casos fiscais que geram efeitos futuros e que devem ser reconhecidos com exatidão nas demonstrações financeiras, de forma a apresentar uma apuração (lucro/prejuízo) apropriada e certificar os passivos e ativos da pessoa jurídica com total exatidão”.

Como se não bastasse, ainda há à disposição o livro Comentários sobre aspectos Contábeis e Tributários ao CPC 02(R2) – Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábil, escrito pelo acadêmico Jorge Roberto Manoel, com a colaboração do especialista Edison Carlos Fernandes, e que orienta os leitores sobre como incluir transações em moeda estrangeira e operações no exterior nas demonstrações contábeis da entidade.

Para ficar por dentro dos principais assuntos da contábil e acessar a Estante Virtual, basta preencher um formulário no link Academia Paulista de Contabilidade (www.apcsp.org.br).

Academia Pernambucana comemora seu 45º aniversário e realiza o 12º Academicon



O 12º Academicon, que foi realizado pela Apecicon no dia 25 de Agosto, contou com grandes nomes da contabilidade do âmbito nacional, além de homenagens e comemoração dos 45 anos da Academia!

O tema do evento foi: Valorização, desenvolvimento e Sustentabilidade com a sua abertura realizada pelo Presidente da APECICON Francisco Galvão.

No decorrer, os participantes acompanharam palestras, como:

“Sustentabilidade”, com o palestrante Zulmir Ivânio Breda - ex-presidente do CFC e moderação de José Martonio Alves

Coelho - Detentor da Medalha João Lira e ex-presidente CFC.

“Os desafios da Profissão Contábil em Face do Avanço Tecnológico”, com o palestrante Aécio Prado Júnior - Presidente do Conselho Federal de Contabilidade e moderação de Álvaro Pereira de Andrade - Professor e 1º Secretário da Apecicon.

O 12º Academicon contou com momentos de homenagem emocionantes, como:

Medalha de Mérito Acadêmico Contador José Francisco Ribeiro Filho às Personalidades

• Aécio Prado Júnior - Presidente do Conselho Federal de Contabilidade.

• Zulmir Ivânio Breda - ex-presidente CFC (Gestão 2017/2021).

Troféu Preto de Gratidão às personalidades

• Maria Clara Cavalcante Bugarim - Presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis.

• José Martonio Alves Coelho - Detentor da Medalha João Lira.

Certificados de Honra ao Mérito às personalidades



- José Eraldo Lúcio de Oliveira - ex-presidente do CRCPE e atual membro da FBC.

- Geraldo de Paula Batista Filho - ex-presidente do CRCPE e atual conselheiro no CFC.

- José Gonçalves Campos Filho - ex-presidente do CRCPE e atual conselheiro no CFC.

O evento teve o seu encerramento em grande estilo com a Palestra Magna: "A Importância das Academias no Contexto das Entidades Contábeis". Com a palestrante Maria Clara Cavalcante Bugarim e moderação de Joaquim de Alencar Bezerra Filho - Vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC e Presidente da APICICON.

A presidente do CRCPE, Dorgivânia Arraes, compôs a mesa de honra e, em seu discurso, falou do orgulho de estar junto à APECICON em um evento que reúne tantas lideranças da contabilidade de todo o Brasil.



APECICON
Academia Pernambucana
de Ciências Contábeis

45
Anos

Presidente da Apicicon marca presença na 12º Academicon, realizada pela Apecicon



Apicicon esteve presente no 12º Academicon, evento realizado pela Academia Pernambucana de Ciências Contábeis. Um encontro que contou com a presença de grandes nomes da

contabilidade nos âmbitos nacional e pernambucano, com o tema "Valorização, desenvolvimento e Sustentabilidade". Na ocasião, o acadêmico e presidente da Apicicon, Joaquim Bezerra, mediu a

palestra "A Importância das Academias no Contexto das Entidades Contábeis" ministrada Maria Clara Cavalcante Bugarim, presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis.

Academico da Apicicon participa de live realizada pelo CRC-PI



A 22ª edição da live Segunda Contábil aconteceu no dia 03/10, no perfil do CRC/PI no Instagram.

A live tratou do tema "Envios de Eventos ao e-Social - Contabilidade X Empresas de SST", que foi debatido pelo Acadêmico da Apicicon Carlos Lustosa Filho, que também é Vice-presidente de Administração e Finanças do CRC/PI; e por Erlidiana Mendes, formada em RH, Logística, Gestão Ambiental e Segurança do Trabalho, Especialista e Higiene Ocupacional.

A Segunda Contábil é uma realização do CRC/PI, por meio da Câmara de Desenvolvimento Profissional, e nesta edição tem o apoio da Apicicon e organização da Comissão CRC/PI Mulher.

Apicon apoiou e participou do evento em comemoração pelo Dia do Contador 2022

A Caminhada da Contabilidade, que aconteceu no domingo 25/09, foi um verdadeiro SUCESSO! A ação foi idealizada pelo CRC-PI e promovida pelo Movimento “Profissional da Contabilidade - Você é Essencial” com o apoio da Apicon, do Imcepi e patrocínio da Servfaz, Fecomércio, Nova Ceasa e Sescon-PI.

O evento reuniu diversos Profissionais da Contabilidade. Os acadêmicos da Apicon participaram deste ato, que foi mais uma comemoração pelo Dia do Contador, ocorrido no dia 22 de setembro.

O dia foi dedicada ao esporte, ao lazer e ao bem-estar físico e mental e ainda promoveu a integração entre a sociedade e a Classe Contábil Piauiense de uma maneira super saudável.



Acadêmicos da Apicon marcaram presença no 5º Encontro Nacional de Jovens Lideranças



Acadêmicos da APICICON marcaram presença no 5º Encontro Nacional de Jovens Lideranças Contábeis, o maior evento de contabilidade do Brasil, que aconteceu nos dias 20 e 21/10.

O encontro reuniu profissionais e palestrantes renomados de diversos estados e com diversas áreas de atuação, uma feira de negócios onde foram disponibilizadas 1000 vagas de estágio e trainee, além de momentos de descontração e networking.

Nas fotos, o acadêmico e presidente da APICICON, Joaquim Bezerra, e os acadêmicos José Corsino Castelo Branco e Elias Caddah, além de toda uma delegação de profissionais da contabilidade piauienses que estiveram presentes no ENJL e também prestigiando o estande do CRCPI no evento.

Presidente da Abracicon ministra palestra e recebe homenagem no 12º Academicon realizado pela APECICON



Foto: Jorge Gregório

A Abracicon esteve presente no 12º Academicon, que foi realizado pela Apecicon no dia 25 de agosto, contou com grandes nomes da contabilidade do âmbito nacional, além de homenagens e comemoração dos 45 anos da Academia Pernambucana de Ciências Contábeis.

O tema do evento foi: Valorização, desenvolvimento e Sustentabilidade com a sua abertura realizada pelo Presidente da APECICON Francisco Galvão.

Na ocasião, a presidente da Abracicon, Maria Clara Cavalcante Bugarim, ministrou a Palestra Magna: "A Importância das Academias no Contexto das Entidades Contábeis", com a moderação de Joaquim de Alencar Bezerra Filho, Presidente da APICICON.

O público ainda assistiu às palestras: "Sustentabilidade", com o palestrante Zulmir Ivânio Breda - Ex-presidente do CFC e moderação de José Martonio Alves Coelho - Detentor da Medalha João Lira e Ex-presidente CFC; e "Os desafios da Profissão Contábil em Face do Avanço Tecnológico", com o palestrante Aécio Prado Júnior - Presidente do Conselho Federal de Contabilidade e moderação de Álvaro Pereira de Andrade - Professor e 1º Secretário da Apecicon.

O 12º Academicon contou ainda com momentos de homenagem emocionantes, entre eles:

Troféu Preto de Gratidão às personalidades

- Maria Clara Cavalcante Bugarim - Presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis
- José Martonio Alves Coelho - Detentor da Medalha João Lira



Medalha de Mérito Acadêmico Contador José Francisco Ribeiro Filho às Personalidades

- Aécio Prado Júnior - Presidente do Conselho Federal de Contabilidade.
- Zulmir Ivânio Breda - Ex-presidente CFC (Gestão 2017/2021).

A presidente da Abracicon, que também compôs a mesa de honra, falou ainda que a APICICON, do alto dos seus 45 anos, é um exemplo de atuação e que o evento Academicon já possui a tradição de agradecer o público com uma programação de excelência, reunindo sempre lideranças da contabilidade de todo o Brasil.



Conselho Fiscal da Abracicon se reuniu em 12 de setembro



Para analisar as demonstrações financeiras da Abracicon, estiveram presentes os integrantes do Conselho Fiscal, o presidente Irineu De Mula, Washington Maia e Jucileide Leitão.

Na ocasião, foram apreciadas e aprovadas a prestação de contas dos exercícios de 2020 e 2021, em atraso devido a acontecimentos extraordinários no período pandêmico.

Após a apreciação das demonstrações contábeis, o Conselho Fiscal da Abracicon emitiu parecer favorável e levou para aprovação em Assembleia Geral e Extraordinária.

22ª Assembleia Geral e Extraordinária – AGOE



A Academia Brasileira de Ciências Contábeis realizou, no dia 12 de setembro, a 22ª AGOE, e contou com as presenças da presidente Maria Clara Cavalcante Bugarim; do Diretor de Administração e Finanças, José Antonio de França; dos membros do Conselho Fiscal, Irineu De Mula, Washington Maia e Jucileide Ferreira Leitão; e das acadêmicas Sandra Maria de Carvalho Campos, Diana Vaz de Lima e Leila Márcia Sousa de Lima Elias.

Na pauta, a prestação de contas dos exercícios de 2020 e 2021; eleição de novos acadêmicos, criação da Comenda Ivo Malhães; e os novos projetos da Abracicon, como o “Abracicon Capacita. A prestação de contas foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Fiscal e Assembleia. Já o curso está em andamento e com previsão para acontecer em outubro de 2022, a ser ministrado pelo professor e contador José

Antonio de França, sob o título “Eficiência Financeira e sustentabilidade da liquidez corporativas”, em plataforma on-line.

A Assembleia elegeu os seguintes novos acadêmicos: Edgard Bruno Cornacchione Junior (SP); José Elias Feres de Almeida (ES); Editinete André da Rocha Garcia (CE); Álvaro Pereira de Andrade (PE); Joaquim de Alencar Bezerra Filho (PI); Zulmir Ivânio Breda (RS); Adeildo Osorio de Oliveira (BA); Maria da Conceição de Rezende Ladeira (MG); Eduardo Tadeu Vieira (DF); Elias Garcia (PR); Marco Aurélio G. Barbosa (RS); Edna Torres de Araújo (PA); e Marlúcio Candido (MG). A Abracicon felicita todos os novos imortais e prevê a Solenidade de Posse para o mês dezembro de 2022.

Na ocasião, a comenda Ivo Malhães foi aprovada e instituída.

A Assembleia foi encerrada com o convite para a 4ª Edição do Encontro Literário.

Presidente da Abracicon, Maria Clara Bugarim é eleita e será empossada, em dezembro, vice-presidente do CILEA

A presidente da Abracicon Maria Clara Cavalcanti Bugarim, foi eleita, por unanimidade, para o cargo de primeiro vice-presidente do Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea).

Assembleia Geral do Cilea que ocorreu na manhã do dia 5 de outubro na Cidade do Panamá (América Central), durante a nona edição da Cúpula das Américas 2022 e contou com a participação de representantes de 22 entidades, de 19 países, localizados nas Américas Central, do Sul e do Norte e na Europa. O Brasil conta com duas entidades no

Comitê, o CFC e o Instituto de Auditoria Independente do Brasil (Ibracon).

Em dezembro, Maria Clara será empossada primeira vice-presidente do Comitê. “Quero falar da minha emoção e, acima de tudo, da grande responsabilidade, que é participar do Cilea e dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido”. E completou: “É este o nosso compromisso: trabalhar, trabalhar e trabalhar. Lembrando que a Contabilidade é a linguagem internacional dos negócios”, afirmou.

Fonte: CFC



Quintas do Saber: Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Quais são os próximos pontos a serem tratados pelo IPSASB?



No dia 25 de agosto, contamos com mais uma edição do Quintas do Saber Online, com transmissão ao vivo pelo YouTube da Abracicon.

O tema tratado foi "Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Quais são os próximos pontos a serem tratados pelo IPSASB?".

Uma conversa repleta de conteúdo de alta relevância, incluindo novidades importantes para a classe, com a presença de:

- Gardênia Maria Braga de Carvalho - Diretora Operacional da Abracicon e professora da UFPI.

- Patrícia Siqueira Varela - Membro do IPSASB e do Comitê Permanente para Contabilidade Aplicada ao Setor Público junto ao CFC.



- Fábio Moares - Diretor de Ensino e Pesquisa da Abracicon, membro do International Accounting Education Standards Board (IAESB).

Assista à gravação do evento no YouTube da Abracicon:
<https://youtu.be/fi3ycQp0eZo>

Os avanços da pesquisa científica em Contabilidade no Brasil foi o tema do Quintas do Saber Online de 28/09

O Quintas do Saber Online deste dia 28/09 teve como tema "Os avanços da pesquisa científica em Contabilidade no Brasil" e, como sempre, promoveu muita atualização, conhecimento e troca de experiências. A edição foi transmitida online através da plataforma do YouTube.

Com a presença de: Edilson Paulo - Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (USP). Diretor Científico na ANPCont – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Professor Associado III da Universidade

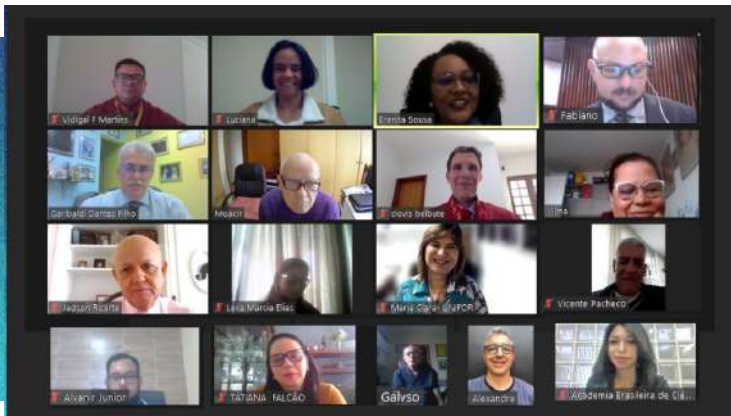
Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador do Núcleo de Estudos em Qualidade das Informações Corporativas e Setores Regulados (UFSC). Membro do Conselho Fiscal da Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC). Membro do IBGC- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e da ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade.

Fábio Moares - Diretor de Ensino e Pesquisa da Abracicon e, membro do International Panel On Accountancy Education da IFAC.



Assista agora no YouTube da Abracicon: <https://youtu.be/tV41SItoi58>

4º Encontro Literário Abracicon aconteceu em clima de descontração



ENCONTROS
Literários

No dia 14 de setembro, pela plataforma Zoom, aconteceu o 4º Encontro Literário da Abracicon. A presidente da academia, Maria Clara Bugarim, abriu o evento e passou a condução para a acadêmica Leila Márcia Sousa de Lima Elias, que fez a mediação entre os convidados.

Momento ímpar, o evento teve o objetivo de compartilhar histórias de forma descontraída, com algumas vivências, como a vida e gestão da

presidência da Academia Sergipana de Ciências Contábeis, Erenita da Silva Sousa Mendonça, e a história de vida profissional dos acadêmicos da Abracicon Vidigal Fernandes Martins e Clovis Belbute Peres.

O Encontro foi de muito aprendizado e contou com a presença de presidentes das Academias Regionais de Ciências Contábeis, acadêmicos da Abracicon e acadêmicos das Academias Regionais da ASCC e APBCICON.

Estiveram presentes o presidente Moacir Carlos Baggio – ACCPR, presidente Tatiana Falcão de Souza Fernandes – APBCICON, presidente Fabiano Ribeiro Pimentel – Amacicon e presidente Francisco de Assis G. B. Pinho – Apecicon; os acadêmicos da Abracicon Alexandre Bossi e Vicente Pacheco; os acadêmicos da ASCC: Jodoval Luiz dos Santos, Alvanir Junior, Jadson Ricarte; como convidado o esposo da presidente Erenita Mendonça; e os Acadêmicos da Apbcicon Garibaldi Dantas Filho e Vilma Pereira.

Mais uma edição do "Encontro Literário: Visões que ecoam, inspiram e transformam!" foi realizado em 13/10

A abertura do evento foi realizada pela presidente da Abracicon, Maria Clara Cavalcante Bugarim e as anfitriões da tarde foram: Gardênia Maria Braga de Carvalho - Acadêmica e Diretora Operacional da Abracicon, Lidiane dos



Santos Silva - Presidente da Academia Tocantinense de Ciências Contábeis e Lucilene Florêncio Viana - Acadêmica da Abracicon.

Em clima de muita alegria, foi possível conhecer um pouco mais sobre a trajetória de vida pessoal e profissional das convidadas que estiveram no último Encontro Literário de 2022.

Cada encontro é enriquecedor e de forma descontraída a interação com os presentes é repleta de muita energia positiva.

O evento foi transmitido via Zoom e acontece a cada 2 meses.

Estiveram presentes no 5º Encontro Literário acadêmicos da Abracicon: José Corrêa de Menezes (AM), Raimundo Neto de Carvalho (PI).



Presidentes das Academias Regionais: Eloi Dalla Vecchia (RS); Fátima Durães (AM), Domingos Orestes Chiomento (SP) e acadêmicos (as) das Academias

Regionais: Garibaldi Dantas Filho; Andrey Oliveira e Xenise Milhomem Brandão Araújo.
Em 2023 tem mais!

Homenagem Póstuma a Lúcia Maria Portela de Lima Rodrigues

A Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) vem manifestar o seu profundo sentimento de pesar pelo falecimento da contadora portuguesa Lúcia Maria Portela de Lima Rodrigues, no dia 3 de outubro de 2022.

Detentora de extenso e admirável currículo, a Professora Doutora Maria Lúcia se destacou pela incessante busca da divulgação do conhecimento contábil pelo mundo. Sua trajetória de sucesso foi marcada pelo mais puro comprometimento com a divulgação do saber contábil, especialmente nos países de língua portuguesa, com a ética e com as grandes causas que envolvem a Contabilidade.


Nas mais diversas áreas em que atuou como profissional competente, seja como docente, autora de livros, editora de renomadas revistas científicas, ou ainda como membro da Ordem dos

Contabilistas Certificados (OCC), a Professora Lúcia, como é conhecida, ficará eternamente marcada nas mentes e nos corações de todos os seus pares como uma exímia estudiosa da Contabilidade e como um precioso exemplo para aqueles que querem o trilhar os caminhos da profissão contábil.

E foi com muita honra, em reconhecimento pelos relevantes trabalhos em favor da promoção do conhecimento contábil nos países de língua portuguesa, que, no ano de 2017, a Abracicon conferiu à digna contadora o Certificado Mérito Contábil António Domingues de Azevedo.

Com a certeza de que a querida Professora Lúcia já está nos braços do Pai, a Abracicon deseja a toda a família conforto neste momento de profunda tristeza.

Maria Clara Bugarim
Presidente da Abracicon



Dificuldades Encontradas pelos Contadores Brasileiros ao Enviar Informações Contábeis e Fiscais para o Governo

Fellipe Matos Guerra e Luís Borges Gouveia

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi apurar as dificuldades encontradas pelos profissionais da contabilidade brasileiros ao enviar informações contábeis e fiscais para o Fisco. Participaram na pesquisa 681 profissionais dos quais responderam a um questionário através do Google Forms com perguntas formatadas na escala Likert com 5 respostas, permitindo ainda o respondente, ao fim das perguntas fechadas, emitir sua opinião acerca das dificuldades encontradas no trabalho de prestar informações contábeis e fiscais das empresas perante o Fisco. Para as

cinco possíveis respostas da escala Likert, foram ponderados pesos de 0 a 1 e feita a análise estatística descritiva e o teste do Alfa de Crombach para a escala Likert, tornando a pesquisa de cunho quanti-qualitativo. Os achados da pesquisa revelam que os profissionais da contabilidade brasileiros julgam que: a) o curso superior não forma o profissional da contabilidade para atuar na área fiscal; b) é necessário recorrer a cursos livres, sendo a educação continuada prática adotada pelos profissionais para se manterem atualizados; c) para enviar as informações contábeis e fiscais da empresa para o Fisco, os erros nos arquivos e falhas de comunicação com

o Fisco são comuns; d) existe elevado número de informações repetitivas enviadas em diversas obrigações acessórias; e) as informações contábeis e fiscais prestadas pelas pequenas e médias empresas são difíceis de serem apuradas e enviadas. Por fim, o nível de burocracia percebida pelo contador brasileiro é de 8,93. A pesquisa contribui para a discussão acerca da informação gerada e prestada pelas empresas ao Governo e aponta as dificuldades encontradas pelos profissionais da contabilidade em executar tais tarefas. A gestão do E-Gov implementada no Brasil e outros países deveriam ficar atentas a essas dificuldades apresentadas

nessa pesquisa com intuito de reduzir e simplificar as obrigações acessórias contábeis e fiscais das empresas perante o Fisco.

Palavras-chave: Imposto; Accountability; E-Gov; SPED.

DIFFICULTIES FOUND BY BRAZILIAN ACCOUNTANTS WHEN SENDING ACCOUNTING AND TAX INFORMATION TO THE GOVERNMENT

ABSTRACT

The objective of the research was to investigate the difficulties encountered by Brazilian accountants when sending accounting and tax information to the Tax Authorities. 681 accountants participated in the survey and answered a questionnaire through Google Forms with questions formatted on the Likert scale with 5 answers, allowing the respondent, at the end of the closed questions, to express his opinion about the difficulties encountered in the work of providing accounting and tax information. companies with the tax authorities. For the five possible responses on the Likert scale weights from 0 to 1 were weighted and descriptive statistical analysis and Cronbach's Alpha test for the Likert scale were performed, making the research quantitative-qualitative. The findings of the research reveal that Brazilian accountants believe that: a) higher education does not train the accountant to work in the tax area; b) it is necessary to resort to free courses, with practical continuing education adopted by accountants to keep up to date; c) to send the company's accounting and tax information to the Tax Authorities, errors in files and communication failures

with the Tax Authorities are common; d) There is a high number of repetitive information sent in different accessory obligations; e) The accounting and tax information provided by small and medium-sized companies is difficult to obtain and send. Finally, the level of bureaucracy perceived by the Brazilian accountant is 8.93. The research



A atuação das empresas na sociedade é regida por prestação de informações em pouco ou grande volume, e a falta da disponibilização de informações por parte da empresa gera uma gama de penalidades que podem culminar em sua descontinuidade.



contributes to the discussion about the information generated and provided by companies to the government and points out the difficulties encountered by accountants in performing such tasks. The management of E-Gov implemented in Brazil and other countries should be aware of these difficulties presented in this research in order to reduce and simplify the accessory tax and accounting obligations of companies with the tax authorities.

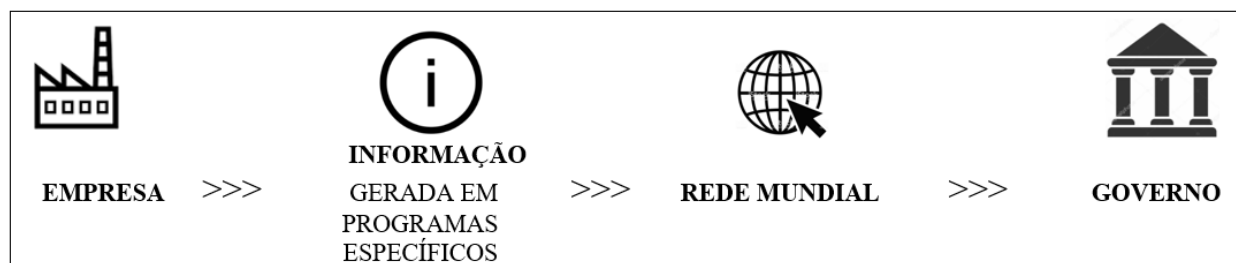
Key-words: Tax; Accountability; E-Gov.

1. INTRODUÇÃO

Empresas são organismos sociais vivos, que, ao se relacionarem com seus clientes, prestando serviços, produzindo e/ou vendendo seus produtos geram impactos na sociedade. Para que elas possam operar de maneira legal, elas devem prestar contas de diversas informações prioritariamente ao Governo e, secundariamente, à sociedade, aos clientes, aos fornecedores, aos credores e demais stakeholders. Sabe-se, no entanto, que quanto maior a empresa, mais informações ela deve prestar, e que, na prática, quanto maior a empresa, mais informações ela deixará disponível ou deverá fornecer ao Governo. Nesse sentido, a atuação das empresas na sociedade é regida por prestação de informações em pouco ou grande volume, e a falta da disponibilização de informações por parte da empresa gera uma gama de penalidades que podem culminar em sua descontinuidade.

A **Figura 1** evidencia como as empresas enviam as informações ao Governo através do modelo físico, em que a geração da informação é elaborada através de um programa específico dado pelo Governo. Ou seja, a informação a ser prestada pelas empresas ao Governo é parametrizada de acordo com o layout do sistema do Governo. De acordo com Helbig, Gil-García e Ferro (2005), o Governo Eletrônico faz a operação do tipo G2B, em que as empresas jurídicas prestam informações para o Governo. Nesse sentido, a informação prestada pela empresa é aquela que o Governo exige, parametrizada e organizada pelo Governo, devendo a empresa preencher todos os campos informacionais para conseguir enviar as informações.

Figura 1 - Modelo básico do envio da informação da empresa para o Governo
 Fonte: elaborado pelos autores



Na opinião de Geron et. al. (2011, pág. 47)

“o Governo brasileiro vem buscando combater a sonegação fiscal, controlando cada vez mais seu sistema de administração tributária.” Ainda de acordo com Geron et. al. (2011, pág. 47) “os avanços apresentados nas áreas de tecnologia da informação e comunicação eletrônica, passaram a colaborar com o Governo no exercício de suas funções”.

Diante do contexto de que toda empresa é um agente na sociedade, sendo obrigada a prestar informações para o Governo, essa pesquisa tem como objetivo principal apurar as dificuldades encontradas pelas empresas que atuam no Brasil e em Portugal ao enviar informações contábeis-fiscais da empresa para o Governo. A questão norteadora da pesquisa é: Quais principais dificuldades encontradas pelas empresas brasileiras ao enviar informações contábeis-fiscais para o Governo?

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Governo Eletrônico

Governo Eletrônico é a modernização do Estado através de plataformas digitais, que permitem ao cidadão consultar

dados públicos e resolver diversos tipos de situações de forma digital. Nesse contexto, tem-se a informação acessível, permitindo maior transparência, legitimidade acerca das informações consultadas, maior integração dos serviços públicos, confiança pública, e tudo feito de forma on-line. De acordo com o entendimento de Schedler e Scharf (2001), independentemente do tipo de transação realizada, o objetivo do Governo Eletrônico é melhorar o desempenho interno e externo do setor público, tendo como centro o cidadão.

Diversos países aderiram a esse formato de Governo e a Organização das Nações Unidas (ONU), elabora bianualmente um estudo denominado “Estudo sobre Governo Eletrônico da ONU”, publicando edições desde 2001, ranqueando os países mais adeptos adequados tecnologicamente a esse tipo de gestão. No estudo mais recente publicado em 2018, a ONU declarou que (2018, pág. 6):

“Os gestores públicos devem ter como objetivo um Governo aberto aos cidadãos. Processos inovadores de coordenação, mecanismos de entrega de serviços públicos e o envolvimento e empoderamento dos cidadãos são essenciais, assim como tornar esses serviços abertos, inclusivos e acessíveis a todos os grupos da sociedade,

incluindo os menos favorecidos e os mais vulneráveis”.

No referido Estudo elaborado pela ONU, o Índice de Desenvolvimento de Governo Eletrônico revela o Brasil na posição 44 do ranking, e Portugal na posição 29, em que a amostra tem um total de 186 países.

Na esfera tributária, o Governo Eletrônico também é um pilar importante, pois o Estado recebe os impostos das pessoas naturais e jurídicas e deve aplicá-los de forma eficiente. A transparência do recurso público evidenciando sua origem e aplicação é de fundamental importância para uma sociedade mais justa. A República da Coreia, especificamente a Província de Chungcheongnam-do, possui o maior exemplo de aplicação eficiente de recursos públicos, em que divulga em tempo real através da internet a origem de 100% dos impostos arrecadados e sua aplicação.

A implementação e evolução do Governo Eletrônico tem como benefício esperado: a eficiência das análises de cruzamento de dados feitas pelo Governo, redução de mão de obra para fazer o serviço, assertividade nas informações apuradas, redução da sonegação fiscal e transparência no gerenciamento dos recursos público. Como consequência

dessa implementação e melhoria contínua do Governo Eletrônico, tem-se a melhora na qualidade de vida dos cidadãos e significativo aumento na qualidade do controle da gestão pública.

Autores como Lemos (2007) e Ferrer e Santos (2004) destacam que o Governo Eletrônico irá possibilitar uma democracia revitalizada por conta da maior proximidade da população junto ao Governo. Nesse contexto, cidadãos são agentes primordiais da política junto com o Governo, quando ocorre uma proximidade da população junto ao Governo e do Governo junto à sociedade, ocorrendo uma quebra de paradigma nessa relação. Com a democratização do Estado através do advento da chegada e aperfeiçoamento contínuo do Governo Eletrônico, pesquisadores como Lenihan (2002) e Nunes (2004) destacam que em um Governo democrático existem três esferas inter-relacionadas, a saber: Política, Administração e Sociedade. Esses três agentes se relacionam de maneira mais facilmente com a chegada do Governo Eletrônico e estão interligados.

O movimento relacionado ao Governo Eletrônico é consequência natural do advento da chegada da internet, evento típico da sociedade na era da informação. Em um mundo capitalista, e com uso desenfreado da tecnologia e com ampla base de dados as quais se interligam, fica fácil compreender a mudança do papel dos governos na sociedade, que vai além de prover a sociedade com bens e serviços, mas atuar com transparência em relação à captação e à locação dos recursos financeiros. O foco dos governos passa a ser fazer mais com menos, conceito esse inserido no contexto da eficiência.

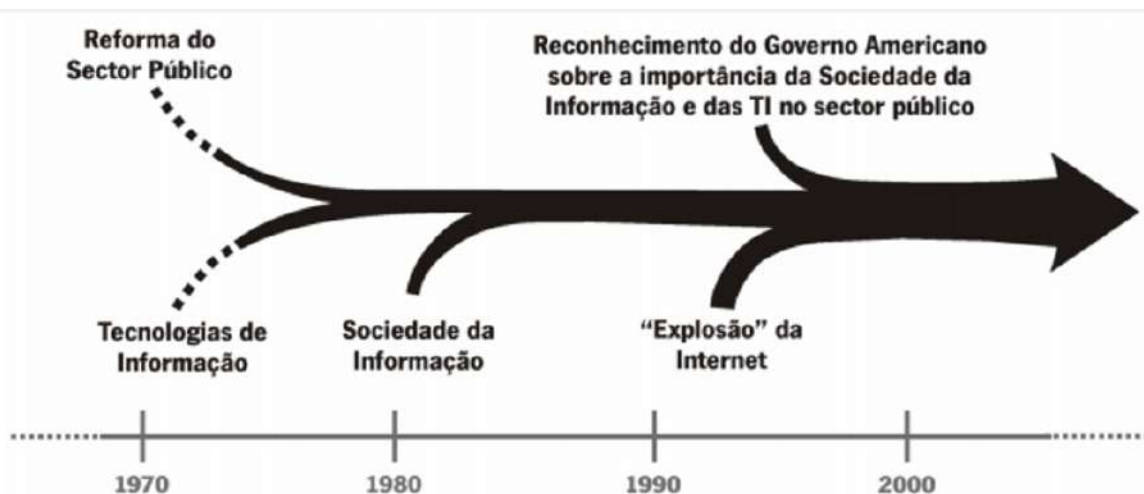
Governo Eletrônico pode ser entendido de que forma o Governo oferta serviços à população, tendo como enfoque na revisão contínua de seus sistemas e do modus operandi dos processos. Por outro lado, é compreendido também pela forma como o Governo controla os recursos financeiros por ele recebido e de que forma ele presta contas à sociedade através da alocação correta e eficiente dos recursos financeiros por ele administrado.

Para Coelho (p. 41, 2009)

“A partir do fim dos anos 90, os governos de todo mundo começam a fazer reformas em suas estruturas administrativas voltadas para a modernização com inovações tecnológicas, seja para aumentar a eficiência, seja como uma nova forma de oferecer serviços à sociedade e, eventualmente, redefinir suas atividades e aumentar o acesso à informação governamental.”

Mundialmente, o Governo Eletrônico foi iniciado pelos países mais ricos do mundo formados pelo conglomerado G8. Nesse momento, o Governo passa a ser um cliente da sociedade, o qual está inserida na era da informação. A ideia é que os Governos adotem uma postura mais eficiente acerca da gestão dos recursos por conta da chegada da internet, a qual mudou a forma com que as pessoas se relacionam. A concepção do Governo Eletrônico deu-se pelo reconhecimento do Governo Norte-Americano através da chegada da Tecnologia da Informação, reforma do Poder Público e “explosão” da internet modificando a forma como as pessoas se relacionam na sociedade, conforme evidenciado na Figura 2.

Figura 2 - Principais marcos que conduziram o Governo Eletrônico
Fonte: Soares (p. 21, 2009)



2.1.1 Governo Eletrônico no Brasil

O Brasil iniciou o Governo Eletrônico no ano de 2000 com a chegada da “Proposta de Política de Governo Eletrônico Para o Poder Executivo Federal”, liderada pelo então chefe de estado do Brasil Fernando Henrique Cardoso. De acordo com Mora (2005, pág. 5), no Brasil, a concepção ideológica do projeto consiste em “explorar as possibilidades de fiscalização embutidas nas novas tecnologias e utilizar a internet, com ênfase na relação fisco-contribuinte.” Nesse contexto, fica óbvio que no Brasil, o Governo Eletrônico ficará também concentrado na cobrança de devedores tributários, bem como na verificação da consistência da apuração dos impostos apurado e pago pelos cidadãos e empresas.

Apesar do contraste social que ocorre no Brasil, com 26 estados e um Distrito Federal, em que os 220 milhões de habitantes possuem classes sociais e escolaridade muito diferentes, e em alguns lugares impera a pobreza, mas em outros nem tanto, a internet e o Governo Eletrônico são grandes desafios. Com isso, quando se fala em Governo Eletrônico no Brasil, iremos encontrar discrepâncias pois são diversas realidades num território com 8,5 milhões de km, sendo o quinto maior país em extensão territorial e com realidades bem diferentes em cada região do país. Dessa forma, enquanto em alguns lugares do Brasil o Governo Eletrônico nem existe, em outros ele pode estar pouco ou até muito avançado. Com o intuito de amenizar essas discrepâncias, existe o Comitê Executivo de Governo Eletrônico, o qual estabelece políticas, diretrizes e articula ações referentes à implantação do Governo Eletrônico, o qual, no mês de setembro de 2000, apresentou a “Política de Governo Eletrônico”. No ano de 2002, o Governo publicou o primeiro relatório

informando o status até o momento em relação às ações e às medidas tomadas pelo Governo federal e desafios, com intuito de ampliar as bases do conceito de Governo Eletrônico para os diversos estados e municípios brasileiros.



A primeira medida tomada pelo Governo brasileiro no tocante à implementação do Governo Eletrônico foi ampliar as bases de consultas e acesso, fazendo dos Portais do Governo um grande balcão de consultas a ser utilizado pela população, conforme destaca o documento acerca da reformulação dos Portais do Governo para serem “verdadeiros balcões virtuais de informação atendimento para a prestação de serviços.”

A primeira medida tomada pelo Governo brasileiro no tocante à implementação do Governo Eletrônico foi ampliar as bases de consultas e acesso, fazendo dos

Portais do Governo um grande balcão de consultas a ser utilizado pela população, conforme destaca o documento acerca da reformulação dos Portais do Governo para serem “verdadeiros balcões virtuais de informação atendimento para a prestação de serviços.” Note-se que a ideia é deixar disponíveis informações para consultas públicas e demais itens relacionados a prestações de serviços de uma forma em geral tomando como base a concepção do “Cidadão/Cliente” (MARTINUZZO, 2008).

No ranking bienal elaborado pela ONU acerca do Índice de Desenvolvimento de Governo Eletrônico, mostra o Brasil na posição 44 do ranking, no ano de 2018, e, na posição 51, na edição de 2016, evidenciando uma subida de 7 degraus, sendo o Brasil o país com maior índice da América Latina.

2.2 O Regime Tributário Brasileiro

Um dos regimes tributários mais complexos do mundo é o brasileiro, pois são 93 tipos de impostos, taxas, contribuição de melhoria ou contribuição parafiscal, dotado de um grande arcabouço complexo de leis, normas e instruções tributárias e com diversos tributos, os quais incidem sobre patrimônio, folha de pagamento, renda, operação financeira, lucro, faturamento, etc. Somando-se o fato que se devem enviar as diversas obrigações fiscais acessórias, torna a operação empresarial no Brasil morosa e cara.

No Brasil, uma empresa com fins lucrativos deve escolher um regime tributário, podendo ser optante pelo Simples, desde que o faturamento anual não exceda a R\$4.800.000,00, e, nos casos em que se apura um valor de faturamento acima desse montante, a empresa optará pelo regime do lucro real

ou lucro presumido, ou em último caso, pelo lucro arbitrado. Frisa-se então que o regime tributário Simples, que reduz as obrigações fiscais acessórias, é restrito para algumas empresas, pois depende do faturamento auferido anualmente, quadro societário, atividade(s) da empresa. O Quadro 1 evidencia os regimes tributários que as empresas com fins lucrativos podem escolher no Brasil, de acordo com o Código Tributário Nacional (CTN) em seu art. 44.

2.2 O Regime Tributário Brasileiro

Um dos regimes tributários mais complexos do mundo é o brasileiro,

pois são 93 tipos de impostos, taxas, contribuição de melhoria ou contribuição parafiscal, dotado de um grande arcabouço complexo de leis, normas e instruções tributárias e com diversos tributos, os quais incidem sobre patrimônio, folha de pagamento, renda, operação financeira, lucro, faturamento, etc. Somando-se o fato que se devem enviar as diversas obrigações fiscais acessórias, torna a operação empresarial no Brasil morosa e cara.

No Brasil, uma empresa com fins lucrativos deve escolher um regime tributário, podendo ser optante pelo

Simples, desde que o faturamento anual não exceda a R\$4.800.000,00, e, nos casos em que se apura um valor de faturamento acima desse montante, a empresa optará pelo regime do lucro real ou lucro presumido, ou em último caso, pelo lucro arbitrado. Frisa-se então que o regime tributário Simples, que reduz as obrigações fiscais acessórias, é restrito para algumas empresas, pois depende do faturamento auferido anualmente, quadro societário, atividade(s) da empresa. O **Quadro 1** evidencia os regimes tributários que as empresas com fins lucrativos podem escolher no Brasil, de acordo com o Código Tributário Nacional (CTN) em seu art. 44.

Quadro 1 - Regimes tributários para empresas brasileiras
Fonte: elaborado pelos autores.

Regime	Características básicas
Simples	Dividido em Micro, Pequenas e Médias empresas que possuam faturamento anual de até R\$ 4.800.000,00. Esse regime tributário unifica os principais tributos em uma única guia de recolhimento, simplificando a apuração e cálculo. Via de regra, a carga tributária efetiva para as empresas optantes por esse regime tributário é menor, se comparado com os demais regimes tributários.
Lucro Presumido	Nesse regime, presume-se que parte do faturamento trimestral da empresa é lucro tributável para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social. Esse regime, determina que haverá tributação sobre o faturamento da atividade fim para os tributos PIS e Cofins.
Lucro Real	Nesse regime, o lucro tributável para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social parte do lucro contábil, o qual é feito adições e exclusões. Nesse regime, a apuração de PIS e Cofins incide sobre as receitas auferidas, possuindo a compensação de créditos, mediante confronto de débitos e créditos, através do regime não cumulativo.
Lucro Arbitrado	Cabível quando a empresa não tem organização e controle das finanças e apresenta uma contabilidade desorganizada e imprecisa.

No regime de tributação Simples, os principais tributos estão inseridos em uma única guia de recolhimento, facilitando a apuração e arrecadação tributária. Trata-se de um regime simplificado, em que por meio do faturamento auferido na atividade-fim, calculam-se os tributos devidos. Apesar da simplificação no cálculo dos tributos, é notória a redução das obrigações fiscais da empresa optante

pelo Simples, se comparado com os regimes não optantes como lucro real, lucro presumido e lucro arbitrado.

Pelo fato de o regime Simples ser atrativo sob o ponto de vista da economia tributária e da redução das obrigações acessórias, o Governo brasileiro entende que esse regime é um benefício, e, por isso, as empresas pretendentes a esse

regime tributário devem apresentar uma série de condições concomitantes para ser inserida no regime de tributação do Simples como:

- ter faturamento anual inferior a R\$4.800.000,00;
- ter atividade(s) operacional(ais) pertencentes as atividades permitidas para o regime;

c) não possuir qualquer tipo de dívida tributária;

d) não possuir em seu quadro de sócios empresas ou pessoa estrangeira sem domicílio no Brasil.

No regime do Simples, a empresa deve elaborar algumas obrigações acessórias como: enviar a Defis anualmente contendo informações do lucro apurado e distribuído, saldos de caixa e banco, valor de estoque final e inicial, total das despesas auferidas, entre outras informações; enviar o SPED EFD Reinf mensalmente somente no caso da empresa ter o INSS retido em sua nota fiscal de prestação de serviço; enviar mensalmente o E-social caso a empresa possua funcionários; enviar o Sped EFD ICMS IPI, caso a empresa seja comercial ou industrial com faturamento bruto anual no exercício seguinte entre R\$3.600.000,01 e R\$4.800.000,00.

No regime de tributação do lucro presumido, lucro real ou lucro arbitrado, a empresa deve recolher os diversos tributos em guia própria de recolhimento, apurando-os de forma individualizada. Diferente do regime tributário Simples, no lucro presumido, cada tributo é apurado com critérios próprios, com bases de cálculos diferentes e recolhidos em guias tributárias próprias. Nesse regime tributário, a empresa deve enviar as seguintes obrigações acessórias: enviar mensalmente a DCTF com intuito de declarar as dívidas e se for o caso, os respectivos pagamentos; enviar o Sped

EFD Reinf mensalmente somente no caso de a empresa ter o INSS retido em sua nota fiscal de prestação de serviço; enviar mensalmente o E-social caso a empresa possua funcionários; enviar o Sped EFD ICMS IPI, caso a empresa seja comercial ou industrial; enviar anualmente o Sped ECD, caso a distribuição de lucros seja superior ao lucro fiscal presumido, deduzidos os tributos federais, e, no caso de a receita bruta anual ser superior a R\$ 1.200.000,00; enviar anualmente o Sped, ECF, informando os dados relacionados à apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Considerando as empresas com fins lucrativos, devemos expor que, no Brasil, os tributos para esse tipo de empresa são inerentes: a) sobre o faturamento; b) sobre o lucro e c) sobre a folha de pagamento. Ou seja, as empresas com fins lucrativos devem apurar diversos tributos, sendo eles sobre o faturamento como: PIS, Cofins, ICMS, IPI e ISS; sobre o lucro como: IRPJ e CSLL e sobre a folha como: INSS e FGTS. A depender do regime tributário em que a empresa com fins lucrativos faça parte (Simples, lucro real, lucro presumido ou lucro arbitrado), a apuração desses tributos muda de forma drástica, bem como a obrigatoriedade das obrigações acessórias.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Coleta dos Dados

Com intuito de responder ao problema

de pesquisa, será utilizada como instrumento para coleta de dados a técnica de entrevista com perguntas abertas e fechadas, a ser feita aos profissionais da contabilidade que atuam no Brasil. Esse tipo de pesquisa com coleta de dados por meio de entrevista busca compreender fenômenos que acontecem com a população pesquisada, permitindo assim avaliar o sentimento acerca dos entrevistados.

A entrevista com os respondentes será feita através da plataforma Google Forms, a qual disponibiliza o formulário de pesquisa gratuito e de elevada confiabilidade, permitindo assim coletar informações com vários tipos de respostas, sendo abertas e/ou fechadas. Os respondentes serão obrigatoriamente profissionais da contabilidade que atuam no Brasil. A técnica da entrevista com uso de formulários é largamente utilizada em pesquisas, podendo inclusive capaz de produzir conhecimento novo a respeito de uma área ou fenômeno (ROSA e ARNOLDI, 2006).

Considerando a Escala de Likert com possibilidade de respostas com números ímpares, será utilizada a régua com 5 possíveis respostas a saber: 1) Discordo totalmente; 2) Discordo; 3) Indiferente; 4) Concordo; 5) Concordo totalmente, conforme ilustra a Figura 3. Além das perguntas com respostas no formato de escala de Likert, será permitido, em determinada questão, ao respondente relatar sua opinião acerca das maiores dificuldades em enviar informações contábeis e fiscais para o Governo.

Figura 3 - Escala de Likert com 5 respostas

Discordo totalmente <input type="radio"/>	Discordo <input type="radio"/>	Nem concordo e nem discordo <input type="radio"/>	Concordo <input type="radio"/>	Concordo totalmente <input type="radio"/>
--	-----------------------------------	--	-----------------------------------	--

3.2 Tratamento dos Dados e Classificação da Pesquisa

Pesquisas que buscam compreender o comportamento humano podem utilizar a Escala criada por Rensis Likert, em 1932. De acordo com Matthiensen (2011, Pág. 8), "A utilização do questionário é uma das formas mais práticas de obtenção de informações quando existe a necessidade de saber sobre comportamentos, atitudes, opiniões e preferências apud HORA et. al., 2010". Nessa pesquisa, a maior parte dos dados coletados dos respondentes serão tratados estatisticamente com base na Escala Likert de 5 variáveis, sendo a resposta central com efeito nulo por ser uma resposta Indiferente. Dessa forma, na Escala Likert com 5 variáveis será utilizado as respostas dos dois extremos positivos e negativos. Dessa forma, numa escala Likert com 5 respostas podemos visualizar a seguinte régua de pontuação: -2, -1, 0, +1 e +2. Pode-se também pensar numa outra régua de pontuação iniciando em 1 e terminando em 5. Dessa forma, poder-se-á apurar o total da pontuação obtida para cada questão, permitindo concluir o quanto a afirmativa que se busca resposta está próximo ou distante da realidade. Dessa forma, uma afirmativa poderá ter pontuação alta ou baixa a depender da pontuação acumulada. No caso de uma escala Likert com 5 respostas possíveis e com 10 participantes, a pontuação mínima na régua de -2 a 2 é -20 e a máxima é 20. Já na régua que pontua de 1 a 5 a nota mínima é 10 e máxima é 50. Independente da régua utilizada para pontuar, tem-se um espaço de 40 pontos entre o mínimo e o máximo.

O número de respondentes foi de 682 e, de acordo com Lima (2000), as pesquisas que utilizam Escala Likert que possuam de 100 a 200 respondentes estão aptas para se fazerem as análises e conclusões.

Essa pesquisa é do tipo não probabilística e com participantes selecionados por conveniência. Com intuito de responder ao problema de pesquisa, serão excluídos os formulários recebidos pelos respondentes não profissionais da contabilidade, visto que o objetivo central da pesquisa é compreender as dificuldades encontradas pelos profissionais da contabilidade em enviar informações contábeis e fiscais para o Governo. Dessa forma, excluir da análise aqueles que não são profissionais da contabilidade possibilitará fazer uma inferência mais assertiva à medida que esse não compreende o universo contábil e tributário.

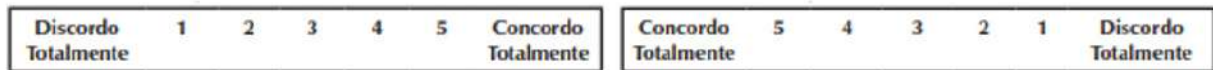
“ A utilização do questionário é uma das formas mais práticas de obtenção de informações quando existe a necessidade de saber sobre comportamentos, atitudes, opiniões e preferências. ”

Será utilizada nessa pesquisa a Escala de Likert original, ou seja, aquela com 5 possibilidades de respostas, sendo a questão central do tipo indiferente e as questões da extremidade positivas e negativas, do tipo concordo totalmente e discordo totalmente. Sabe-se que, a partir da Escala original de Likert, surgiram outras escalas do tipo-Likert com 7 ou 11 escalas, sendo a questão central indiferente. Não há consenso

sobre a melhor escala, se de 5, 7 ou 11 respostas, mas o fato é que as escalas com maiores possibilidade de respostas podem prejudicar a análise à medida que existe elevada dispersão de dados, podendo ser corrigida com um número maior de respondentes da pesquisa. Por outro lado, uma escala tipo-Likert com apenas 3 possíveis respostas, sendo a resposta central indiferente e as extremidades do tipo "concordo e discordo", podem não permitir uma boa análise dos dados. Em relação a esse assunto, Dalmoro e Vieira (2013, Pág. 163), afirmam:

Embora o uso de escalas com outro número de itens, diferente de cinco, represente uma escala de classificação, quando esta não contiver cinco opções de resposta, não se configura uma escala Likert, mas, sim, do "tipo Likert (...). A variação no número de itens da escala originalmente proposta por Likert tem fomentado inúmeras discussões sobre a escolha da escala a ser utilizada".

Conforme elucidado, o número possível de respostas da escala Likert pode afetar a análise dos dados e, por isso, optou-se nessa pesquisa seguir o método tradicional com 5 respostas. Além disso, há que destacar que a forma em que as respostas são apresentadas também interferem nas respostas. Pesquisas já foram feitas com o intuito de compreender o nível de interferência na disposição de como as respostas são apresentadas, conforme apresenta Barnette (2000). A disposição da ordem inversa das respostas pode, sim, afetar a análise dos resultados à medida que a inversão pode confundir os respondentes, conforme mostra a Figura 4, as escalas Likert invertidas. Para esta pesquisa, foi mantida a disposição original da Escala Likert, iniciando na esquerda com Discordo Totalmente, visto que o nível de confiabilidade é mais adequado.

Figura 4 - Escalas Likert com disposições inversas

O teste estatístico a ser empregado na Escala Likert será o Coeficiente de Alfa de Cronbach com intuito de verificar a consistência do formulário que foi aplicado aos entrevistados conforme detalha a **Equação 1**.

Equação 1: Teste Alfa de Cronbach

$$\alpha = \left(\frac{k}{k-1} \right) \times \left(1 - \frac{\sum_{i=1}^k S_i^2}{S_t^2} \right)$$

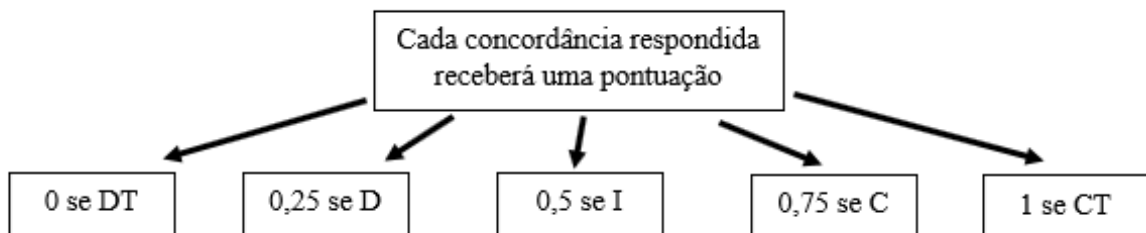
K = Número de respondentes da amostra; S_{2i} = Total das variâncias individuais; S_{2t} = Total das variâncias totais.

Por mais que se espere um resultado para o alfa de Cronbach entre 0,7 a 0,9, é controverso julgar fora desse parâmetro não se tem confiabilidade no questionário. Segundo Hora et. al. (2011, Pág. 92):

“Não há um valor mínimo definido para o coeficiente alfa de Cronbach ser aceito como bom, mas acha-se na literatura o valor de 0,70 como mínimo aceitável apud (FREITAS & CONGÇALVEZ, 2005; URDAN, 2001; OVIEDO & CAMPO-ARIAS, 2005; MILAN & TREZ, 2005). Existem, entretanto, autores que utilizam o alfa sem fazerem nenhuma menção a um mínimo (SALOMI et al, 2005; XEXEO, 2001; MIGUEL & SALOMI, 2004; MAÇADA et al, 2000; MATO & VEIGA, 2000).”

Em relação ao tipo de pesquisa e a sua abordagem, ela se classifica como

quali-qualitativa. O formulário enviado busca compreender a experiência desses profissionais da contabilidade ao enviarem as informações contábeis e fiscais ao Governo. Esse formulário contendo afirmações em que o respondente marca se concorda totalmente ou discorda totalmente é do tipo qualitativo. O fato é que o respondente marca uma opção entre cinco possíveis, sendo esta de cunho qualitativo. No entanto, com intuito de tornar as repostas para o viés quantitativo, será aplicada a metodologia de Hora et. al. (2010), o qual atribuiu pesos para as repostas, permitindo fazer uma espécie de pontuação para cada questão. A Figura 5 evidencia a aplicação da pontuação de Hora et. al. (2010) para as repostas com mínimo de 0 e máximo de 1.

**Figura 5** - Distribuição da pontuação para as repostas

Legenda: C – Concordo; CD – Concordo Totalmente; I – Indiferente; D – Discordo e DT – Discordo Totalmente

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados os resultados dos respondentes e as análises estatísticas resultantes da coleta de dados efetuada.

4.1 Alfa de Cronbach

O primeiro teste estatístico a ser feito é do Alfa de Cronbach com intuito de verificar a consistência do instrumento de pesquisa. Espera-se um Alfa de Cronbach entre 0,7

a 0,9, mas não é consenso na literatura que valores abaixo de 0,7 indiquem falta de consistência no formulário, inclusive porque quando especialistas respondem, a tendência é ter repostas na mesma

direção e, por isso, é aceito um Alfa de Cronbach inferior a 0,7. Para muitos pesquisadores, não existe consenso acerca desse parâmetro de confiabilidade do instrumento não paramétrico.

$$\alpha = \left(\frac{682}{682 - 1} \right) \times \left(1 - \sum_{i=1}^{682} 3,445625 \div 4,684883 \right) = 0,2649$$

Pergunta	Respostas	Soma	Média	Mediana	Variância	Desv pad
1. Você é contador ou técnico em contabilidade ou envia informações contábeis e fiscais para o Fisco?	681 pessoas: Sim 65 pessoas: Não	-	-	-	-	-
2. O lançamento mensal do faturamento bruto auferido pela empresa no anexo correto no PGDAS é uma tarefa fácil e sem complexidade	8% CT; 33% C; 22% I; 29% D; 8% DT	347,25	0,5099	0,5	0,0792	0,2814
3. As informações prestadas anualmente na Defis como saldo inicial e final de caixa, saldo inicial e final de estoque, total de despesas auferidas e valor distribuído do lucro são itens fáceis de serem apurados	5% CT; 31% C; 20% I; 35% D; 9% DT	319,25	0,4687	0,5	0,075	0,2742
4. As empresas optantes pelo Simples deveriam fornecer informações contábeis e fiscais mais simplificadas para o Fisco	18% CT; 49% C; 11% I; 18% D; 5% DT	437,75	0,6428	0,75	0,0785	0,2802
5. É fácil parametrizar o sistema para emissão de notas fiscais eletrônicas comerciais	3% CT; 19% C; 20% I; 42% D; 17% DT	253,5	0,3722	0,25	0,0702	0,2650
6. É fácil parametrizar o sistema para emissão de notas fiscais eletrônicas de serviço	6% CT; 36% C; 22% I; 28% D; 8% DT	346,75	0,5091	0,5	0,0757	0,2752

7. Recorrentemente ao informar a receita bruta no PGDAS ou ao enviar a Defis, o sistema E-cac apresenta erro impedindo enviar as informações	6% CT; 28% C; 31% I; 30% D; 5% DT	340	0,4992	0,5	0,0641	0,2532
8. O cruzamento de dados contábeis e fiscais feito pelo Fisco das empresas Simples Nacional é falho e não apura sonegação praticada pela empresa	10% CT; 39% C; 26% I; 21% D; 4% DT	393,75	0,5781	0,5	0,0663	0,2576
9. O Sped E-Social é fácil de ser manuseado	1% CT; 8% C; 24% I; 41% D; 27% DT	198,5	0,2914	0,25	0,0571	0,2391
10. O Sped EFD Contribuições é fácil de ser manuseado	2% CT; 24% C; 19% I; 39% D; 16% DT	266,75	0,3917	0,25	0,0725	0,2693
11. O Sped EFD ICMS IPI é de fácil ser manuseado	1% CT; 20% C; 19% I; 40% D; 19% DT	246,75	0,3623	0,25	0,0698	0,2643
12. O Sped EFD Reinf é fácil de ser manuseado	1% CT; 19% C; 27% I; 35% D; 17% DT	258,5	0,3795	0,25	0,0663	0,2576
13. O Sped ECF é fácil de ser manuseado	1% CT; 12% C; 26% I; 37% D; 24% DT	220,5	0,3237	0,25	0,0617	0,2484
14. O Sped ECD é fácil de ser manuseado	1% CT; 12% C; 26% I; 37% D; 24% DT	220,25	0,3234	0,25	0,0620	0,2491

15. As informações prestadas nos diversos Speds são excessivas	25% CT; 45% C; 15% I; 12% D; 2% DT	474,5	0,6967	0,75	0,0660	0,2569
16. A DCTF é fácil de ser manuseada	9% CT; 44% C; 20% I; 23% D; 4% DT	396,75	0,5825	0,75	0,0669	0,258
17. O cruzamento de dados contábeis e fiscais feito pelo Fisco nas empresas Lucro Presumido é inconsistente e não permite o Fisco apurar sonegação praticada pela empresa	4% CT; 25% C; 28% I; 35% D; 8% DT	310	0,4552	0,5	0,0649	0,2547
18. O cruzamento de dados contábeis e fiscais feito pelo Fisco nas empresas Lucro Real é inconsistente e não permite o Fisco apurar sonegação praticada pela empresa	2% CT; 17% C; 30% I; 40% D; 10% DT	275	0,4038	0,25	0,058	0,2423
19. A apuração do lucro fiscal tributável no lucro real, que é a base de cálculo para o imposto de renda é fácil de ser apurado	1% CT; 13% C; 26% I; 46% D; 15% DT	239,5	0,3516	0,25	0,0537	0,2317
20. Em um contexto geral, prestar informações contábeis e fiscais de empresa de PEQUENO PORTE para o Fisco demanda muito tempo	16% CT; 46% C; 18% I; 19% D; 1% DT	435,5	0,6395	0,75	0,0634	0,2518
21. Em um contexto geral, prestar informações contábeis e fiscais da empresa de MÉDIO E GRANDE PORTE para o Fisco demanda muito tempo	30% CT; 53% C; 12% I; 5% D; 0% DT	523,5	0,7687	0,75	0,0396	0,1990
22. O curso universitário não prepara totalmente o candidato para o mercado de trabalho atuar na área contábil fiscal	65% CT; 30% C; 3% I; 1% D; 1% DT	587	0,1027	0	0,0258	0,1606

23. Para compreender a área tributária e ser atuante é necessário fazer cursos livres	57% CT; 37% C; 3% I; 2% D; 1% DT	591,5	0,8685	1	0,0336	0,1833
24. Dê uma nota para o nível de burocracia para as empresas cumprirem suas obrigações tributárias, onde 1 é o nível mínimo. Ou seja, a nota 1 é para pouquíssimo burocrático e 10 e para muitíssimo burocrático.	Nota de 1 a 10		8,93			
25. Nas linhas abaixo você poderia nos relatar os principais e mais recorrentes problemas encontrados ao enviar as informações contábeis e fiscais para o Fisco	Dissertativa livre e não obrigatória					

Quadro 2 - - Questões respondidas por profissionais da contabilidade brasileiros

Legenda: C – Concordo; CD – Concordo Totalmente; I – Indiferente; D – Discordo e DT – Discordo Totalmente

Os números revelam que o nível de burocracia tributária percebido pelo profissional da contabilidade brasileiro é de 8,93 numa escala máxima de 10 pontos. Ou seja, os profissionais da contabilidade que preparam a informação contábil e fiscal das empresas para prestar ao Fisco julgam existir uma elevada burocracia para executar a tarefa.

A maioria dos profissionais da contabilidade declaram que o curso universitário não os prepara para o mercado de trabalho, especificamente para o setor fiscal. Considerando que a pontuação desse quesito foi 587 em um total máximo de 681 pontos, conclui-se que o nível de adesão à afirmativa foi 86,19%, em que os respondentes consideram que não foram preparados pela universidade para atuar na área fiscal. Corroborando a falta de preparo percebida pelo profissional da contabilidade brasileiro, ao sair da

universidade para atuar na área fiscal, o respondente declara que, para ser um atuante na área tributária no Brasil, é necessário fazer cursos livres (formação especializada), sendo o nível de adesão a essa posição apontado por 86,86% dos respondentes. Frisa-se que essa questão teve pontuação de 591,5 e, considerando a pontuação máxima da escala de 681 pontos, apurou-se o índice de 86,86%.

De acordo com estas análises iniciais, a primeira pergunta que carece reflexão é: as universidades brasileiras em Contabilidade não preparam o discente para atuar na área fiscal ou as complexas normas tributárias brasileiras, que são alteradas constantemente é que promove a sensação de despreparo para atuar na área fiscal? Esta pesquisa não busca compreender o nível de qualidade das universidades em Contabilidade brasileira, tampouco busca entender o motivo do sentimento de o profissional sentir-se despreparado ao sair da universidade.

Mas um ponto demasiadamente relevante apurado nessa pesquisa é a sensação de despreparo do profissional da contabilidade brasileiro para atuar na área fiscal após concluir o curso universitário em Contabilidade.

Considerando o fato de que a pesquisa permitiu que os profissionais da contabilidade descrevessem seu sentimento em relação a atuação na área contábil e fiscal, percebe-se uma quantidade significativa de reclamação relacionada aos erros recorrentes dos arquivos gerados para envio ao Fisco, sistemas lentos, instabilidade nos sítios receptores das informações contábeis e fiscais, falha na conexão ao enviar informações, falta de preparo daquele que envia, erro com códigos tributários de produtos, legislação complexa, e principalmente as informações contábeis e fiscais duplicadas em diversas declarações enviadas a diversos entes da Federação brasileira. Vale frisar

que apesar das diversas dificuldades apuradas por estes profissionais da contabilidade participantes da pesquisa, o Governo brasileiro avança na melhoria da prestação de contas que as empresas fazem ao Fisco, tendendo a reduzir gradualmente as obrigações acessórias. Mas o fato constatado em relação aos profissionais da contabilidade brasileiros é a sensação do elevado nível de dificuldade para atuar na área fiscal pelo fato de os programas fornecidos pelo Governo, que foram criados justamente para facilitar o envio das informações fiscais e contábeis, serem morosos, trabalhosos e gerarem um elevado número de erros, inconsistências e dificuldade para envio.

A pesquisa revela que a obrigação acessória mais difícil de ser elaborada na opinião do profissional brasileiro é o Sped E-social com 198,5 pontos, perfazendo uma adesão à afirmativa acerca da facilidade em manusear o Sped E-social em 29,14%. Ou seja, é baixíssimo o nível de adesão à afirmativa, mostrando claramente a dificuldade em manusear e entregar informações acerca da folha de pagamento e seguridade social. Já a obrigação acessória que o profissional tem mais facilidade de fazer e enviar é a DCTF, com 396,75 pontos com nível de adesão à afirmativa de 58,25%. Em relação aos Speds Contábil Fiscal (Sped ECF) e Contábil Digital (Sped ECD), eles apresentam o mesmo nível de dificuldade para os profissionais da contabilidade brasileiros, com pontuação de 220,5 e 220,25 respectivamente, o que são tecnicamente iguais. A adesão à afirmativa acerca da facilidade em manusear e gerar as informações contábeis e fiscais nos referidos Speds é de 32,37% e 32,34%, respectivamente. Já em relação à facilidade de manusear o Sped EFD Reinf o nível de adesão a afirmativa foi de 37,95%. Por fim, o Sped

IPI ICMS e o Sped EFD Contribuições tiveram nível de adesão de afirmativa acerca de sua facilidade de manuseio de 36,23% e 37,95% respectivamente. Os números apurados em relação ao envio e à elaboração dos diversos Speds revelam o quanto os profissionais da contabilidade têm dificuldades para



Considerando o fato de que a pesquisa permitiu que os profissionais da contabilidade descrevessem seu sentimento em relação a atuação na área contábil e fiscal, percebe-se uma quantidade significativa de reclamação relacionada aos erros recorrentes dos arquivos gerados para envio ao Fisco, sistemas lentos, instabilidade nos sítios receptores das informações contábeis e fiscais.



executá-los. Observando as respostas dissertativas dos profissionais da contabilidade, em que a queixa por erros constantes na geração dos arquivos para

envio dos Speds ao Fisco foi pontuada pelos diversos respondentes, conforme abaixo replicado algumas considerações dos respondentes:

"O SPED é sinônimo de complexidade da informação. Muitos blocos e divisões, as vezes de coisas que poderiam sim ser resumidas e compactadas";

"Sistemas para recepção de arquivos, cheio de falhas e lento

"Erros de cruzamentos entre os SPEDs, várias atualizações do PVA";

"Muitos erros";

"O cadastro de produtos inconsistentes, contas do plano de contas não sincronizadas, erros no SPED ICMS corrigidos no próprio SPED";

"Sistema fora de ar, sistema dando erro, Governo não sabe explicar";

"Versão Java, o próprio sistema do Governo que muitas vezes fica fora do ar";

"Em geral erros recorrentes do SPED";

"Os sistemas SPED possuem características que, em certas situações, ao cometer um erro é preciso reiniciar todo o processo"

"Não seria necessário importar dados de algumas informações de exercícios anteriores na ECF e ECD";

"As obrigações assessorias mais difíceis de ser enviadas são os SPEDs, são bem complexos e de difícil entendimento devido a quantidade de blocos etc"

"Podia ser mais simples, principalmente as declarações (SPED 'S)"

"Erros nos sites e programas da receita federal, erros nos SPEDs, erros nas atualizações de programas e informações da RFB" e

"Falta de informação de dados da empresa, infelizmente a maioria das empresas não enviam ao contador"

Considerando as dificuldades apontadas pelos profissionais da contabilidade em manusear os Speds, foi questionado se eles consideram que as informações prestadas nos diversos Speds são excessivas e repetitivas e, nesse quesito, o nível de adesão a essa afirmativa foi de 69,67%. Essa questão traz à tona o nível elevado de informações contábeis e fiscais exigido pelo Fisco nos diversos Speds. Como não bastasse a dificuldade em elaborar os Speds, os profissionais da contabilidade devem replicar as mesmas informações nas diversas declarações. Parece que o Fisco deseja apurar inconsistências por informações geradas pela própria empresa, além do confronto de dados que ele faz com outras declarações, enviadas por outras empresas. O relato dos profissionais da contabilidade a seguir retrata essa situação:

"O maior problema por mim encontrado é o volume de obrigações acessórias, demandamos muito tempo só preenchendo declarações"

"Excesso de informações além da instabilidade de sistemas"

"Muitas informações duplicadas indo para o fisco, tinha que ser mais centralizado"

Em relação à parametrização da nota fiscal para que a empresa possa emitir documento comprobatório das suas operações fiscais, constatou-se que a nota fiscal comercial é mais difícil de parametrizar do que a nota de serviço, apurando a nota fiscal comercial pontuação de 253,5 e a nota de serviço a pontuação de 346,75. A diferença esperada fundamenta-se na ideia de que

a nota fiscal comercial tem um elevado número de informações fiscais e tributárias para ser inserido na parametrização, o que difere da parametrização da nota fiscal de serviço. A adesão à afirmativa acerca da facilidade em parametrizar as notas fiscais comerciais e de serviços é de 37,72% e 50,91% respectivamente.



Os profissionais da contabilidade brasileiros julgam ser complexo à apuração do imposto mensal cabível na pequena e média empresa. No caso das empresas brasileiras, há que se destacar que a declaração do faturamento deve ser inserida de acordo com o anexo que a empresa está inserida no regime do Simples Nacional



Em relação à dificuldade para enviar informações fiscais das pequenas e médias empresas, constatou-se que a dificuldade relacionada à declaração de faturamento informada mensalmente no PGDAS, em que a partir desse faturamento declarado é que se apura

o imposto a pagar no DAS, constatou-se que os pontos de 347,25 indicam uma adesão à afirmativa de 50,99%. Ou seja, os profissionais da contabilidade brasileiros julgam ser complexo à apuração do imposto mensal cabível na pequena e média empresa. No caso das empresas brasileiras, há que se destacar que a declaração do faturamento deve ser inserida de acordo com o anexo que a empresa está inserida no regime do Simples Nacional. Ou seja, as pequenas e médias empresas optantes pelo regime tributário do Simples Nacional devem informar o faturamento tributável de acordo com sua forma de atuação: se comércio, se indústria ou se prestadora de serviço, e, além das atividades, devem-se ainda verificar questões tributárias específicas a cada uma das atividades. Mesmo a empresa tendo o enquadramento como pequena ou média, existem uma série de características tributárias que tornam a gestão tributária e o cálculo dos impostos complexo. Já na declaração anual Defis, obrigatório para empresas optantes pelo Simples Nacional, apurou-se que os pontos auferidos em relação à facilidade de prestar as informações ali solicitadas é de 319,25, perfazendo adesão à afirmativa de 46,87%. Dessa forma, constata-se que o informativo anual de cunho contábil e fiscal das pequenas e médias empresas exigem informações de média à elevada complexidade de apuração pelos profissionais da contabilidade brasileiros. Nesse ponto, vale frisar que nas questões dissertativas descritas pelos profissionais da contabilidade brasileiros foi pontuado sobre as dificuldades que muitos possuem com o acesso à internet, em que é precário, impedindo assim o envio dessas informações da empresa ao Fisco.

Em relação à simplificação das informações contábeis e fiscais das

pequenas e médias empresas brasileiras, a maioria dos respondentes julgam que essas empresas fornecem informações de forma exaustiva, e declaram que concordam, sim, que deveria haver uma redução nas obrigações acessórias tributárias e fiscais para as pequenas e médias empresas. A pontuação dessa questão foi de 437,75 em um total de 681 pontos possíveis, perfazendo uma adesão à afirmativa de 64,28%. O profissional da contabilidade brasileiro urge por enviar menos informações das pequenas e médias empresas ao Fisco.

Em relação ao cruzamento de dados contábeis e fiscais que o Fisco faz com intuito de descobrir sonegação tributária possivelmente praticada pelas empresas, os profissionais da contabilidade acreditam que o cruzamento de dados das empresas optantes pelo lucro real é mais fácil em o Fisco apurar inconsistências de sonegação do que as empresas que optam pelo Lucro presumido ou Simples Nacional. A pontuação para a afirmativa de que o sistema de cruzamento de dados do Fisco é falho e não apura sonegação fiscal para as empresas que optam pelo Lucro real foi de 275; para Lucro presumido foi de 310; e para o Simples foi de 393,75. Dessa forma, a crença de que as empresas Lucro real estão mais expostas a serem autuadas pelo Fisco por sonegação devido a fiscalização mais intensa para esse grupo de empresas é evidenciada na pesquisa. A crença dos profissionais da contabilidade de que pequenas e médias empresas não são o foco da fiscalização tributária e que estas empresas não são alvos de fiscalização é mostrada no grau de adesão dos respondentes em relação à afirmativa de que o regime tributário escolhido pela empresa, afeta, ou não, na possibilidade de o Fisco apurar inconsistências tributárias por sonegação de impostos. A pesquisa revela que, no entendimento

do profissional da contabilidade, quanto mais complexo o sistema tributário escolhido pela empresa, mais chances ela possui de sofrer fiscalização acerca da sonegação tributária. Os níveis de adesão à afirmativa em que procurou saber dos profissionais da contabilidade se o cruzamento de dados do Fisco com intuito de apurar sonegação fiscal é falho foi de 57,81%, 45,52% e 40,38%, respectivamente, para empresas Simples Nacional Lucro Presumido e Lucro real.



A sensação de que o profissional investe muito tempo para cuidar da parte fiscal das empresas é revelada pelos brasileiros. Certamente, o regime tributário da empresa é preponderante para alavancar a complexidade e o tempo dedicado pelo profissional para cuidar das questões tributárias.



Dessa forma, na opinião dos profissionais da contabilidade, o sistema do Fisco para apurar sonegação fiscal é mais falho nas empresas que optam pelo Simples do que no Lucro real.

A pesquisa revela também que os profissionais da contabilidade têm dificuldade em apurar o lucro tributável

nas empresas que optam pelo Lucro real. A pontuação de 239,5 revela que a afirmativa de que é fácil apurar o lucro tributável no regime do lucro real teve adesão de apenas 35,16% dos respondentes. Nesse regime tributário, as empresas partem do lucro contábil até chegar ao lucro fiscal efetuando adições e exclusões. Esse regime é complexo à medida que se tem uma série de itens que devem ser avaliados individualmente, se de facto devem, ou não, ser adicionados e/ou excluídos da base do imposto.

A sensação de que o profissional investe muito tempo para cuidar da parte fiscal das empresas é revelada pelos brasileiros. Certamente, o regime tributário da empresa é preponderante para alavancar a complexidade e o tempo dedicado pelo profissional para cuidar das questões tributárias. Dessa forma, os profissionais da contabilidade brasileiros declaram que quanto maior o porte da empresa, mais tempo se gasta com trabalhos na área fiscal. O relevante nesse quesito da pesquisa, é comparar a diferença apurada na assertividade das afirmativas entre o tempo dispendido para cuidar da parte fiscal das pequenas empresas, se comparado com as grandes empresas. O nível de adesão à posição de que se gasta muito tempo com as questões tributárias das empresas pequenas foi de 63,95% para as pequenas empresas e de 76,87% para as grandes empresas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados apurados oriundos dos profissionais da contabilidade brasileiros, concluímos que:

a) o nível de burocracia encontrada pelos profissionais da contabilidade brasileiros é muito elevado com média de 8,93 numa escala de 1 a 10;

b) os profissionais da contabilidade brasileiros acreditam que a universidade não prepara para ser atuante no mercado de trabalho contábil e fiscal, sendo o nível de adesão da afirmativa de 86,44. Corrobora-se desse modo que na opinião dos contadores é necessário melhorar o ensino universitário focado em práticas contábeis e/ou que a complexidade tributária apresenta constante mudanças e uma vez formado, como a mudança tributária é constante, o que se aprendeu na universidade pode ter mudado, ao se praticar;

c) os profissionais da contabilidade brasileiros acreditam que, para ser atuante na área fiscal, é necessário fazer cursos livres, sendo o nível de adesão da afirmativa de 86,86%. Esse número é muitíssimo elevado corroborando a tese de que o aprendizado contínuo é inerente para a atuação do profissional que deseja gerar informações para o Fisco;

d) a parametrização das notas fiscais são complexas no Brasil, sendo o nível de adesão a afirmativa acerca da facilidade de parametrização de 56,79% e 58,87% para empresas comerciais e de serviços, respectivamente. Nitidamente as informações fiscais contidas em notas fiscais no Brasil são demasiadas. A dificuldade na parametrização das notas são discrepantes, sendo muito mais difícil a nota comercial do que a de serviços;

e) os profissionais da contabilidade brasileiros acreditam que muitas informações prestadas ao Fisco nas obrigações acessórias são repetitivas e deveriam ser reduzidas. O nível de adesão da afirmativa é de 69,67%. Existe, sim, a sensação de o profissional elaborar o trabalho duplo;

f) as informações concedidas pelas pequenas e médias empresas no Brasil, referentes às empresas que optam

pelo Simples Nacional são difíceis de serem apuradas pelos profissionais da contabilidade brasileiros. Para a questão de que as informações prestadas anualmente pelas empresas pequenas e médias ao Fisco são fáceis de serem apuradas como total de despesas auferidas, saldo inicial e final de caixa e valor do lucro distribuído; o nível de adesão à afirmativa foi 46,68%. Concluiu-se que a informação anual ou trimestral



Os profissionais da contabilidade brasileiros acreditam que muitas informações prestadas ao Fisco nas obrigações acessórias são repetitivas e deveriam ser reduzidas. O nível de adesão da afirmativa é de 69,67%. Existe, sim, a sensação de o profissional elaborar o trabalho duplo.



das pequenas e médias empresas não é simples de se conseguir, para em seguida se informar. No Brasil, as empresas que optam pelo Simples fazem a Defis anualmente. Foi apurado também o nível de dificuldade das pequenas e médias empresas para fornecerem informações para o Fisco. Constatou-se que nas empresas brasileiras, recorrentemente

o sistema do Governo apresenta falhas e erros impedindo o profissional da empresa em informar o faturamento no PGDAS ou a declaração anual Defis; e o nível de reporte da dificuldade foi de 49,92%;

g) no Brasil, as diversas informações contábeis e fiscais são enviadas pelos Speds, e o manuseio delas é muito complexo, bem como a apuração recorrente de erros que impedem do envio das informações para o Fisco. Ficou claro que o nível de adesão às afirmações em relação aos Speds é baixíssimo, em que enviar informações contábeis e fiscais é algo complexo no Brasil;

h) em relação ao envio de informações relacionadas aos eventos de folha de pagamento e seguridade social, no Brasil é feito através do E-social cujo nível de dificuldade para manuseio foi elevadíssimo, sendo o Sped E-Social o mais difícil de todos os existentes para ser manuseado, com nível de assertividade de 29,14% para a afirmação se é fácil ser manuseado;

i) em relação ao tempo dispendido para atuar na área fiscal das pequenas e médias empresas, constatou-se que na questão sobre a prestação de informações contábeis e fiscais das empresas de pequeno e médio porte demanda-se muito tempo; o nível de adesão dessa afirmação no Brasil foi de 63,95%. Já em relação ao tempo dispendido para atuar na área fiscal das grandes empresas, apurou-se um nível de adesão de 76,87 para os brasileiros;

j) em relação à possibilidade de o Fisco encontrar sonegação fiscal possivelmente praticada pelas empresas, constatou-se que, no Brasil, a crença dos profissionais da contabilidade brasileiros é que quanto maior o porte da empresa, mais chances ela tem de ser notificada e atuada pelo

Fisco. Os níveis de assertividade para esta questão, se a empresa Simples Nacional, Lucro presumido ou Lucro real sofrer cruzamento de dados não permitirá o Fisco encontrar sonegação foi de 57,81%, 45,52% e 40,38%, respectivamente. Conclui-se que as empresas de pequeno e médio porte que optem pelo Simples Nacional tem, na opinião dos profissionais da contabilidade, menos chances de sofrerem autuações fiscais do que as empresas de grande porte, que optam pelo Lucro real.

k) em relação à dificuldade, ou não, de apurar o lucro tributável pelas empresas de grande porte através do regime tributário do Lucro real, os profissionais da contabilidade brasileiros apresentam um nível de adesão de 35,16%, quando questionados se é fácil apurar o lucro fiscal. Conclui-se que a tarefa de apuramento do lucro fiscal no Brasil cabível às empresas de grande porte é mais difícil do que em Portugal; e

l) fazendo uma análise das respostas dissertativas dos profissionais da contabilidade brasileiros fica claro que eles se deparam recorrentemente com problemas: erros ao enviar as informações, sistemas inoperantes, falha na comunicação ao enviar as informações das empresas para o Fisco, elevada burocracia, complexas leis tributárias, entre outros aspectos. Dessa forma, atuar como profissional da contabilidade depende de conhecimento mínimo em tecnologia e suporte, bem como operar com equipamentos adequados para fazerem a integração dos dados com facilidade.

Posto isto, conclui-se que o sistema tributário brasileiro apresenta um arcabouço prático para os profissionais da contabilidade demasiadamente difícil de

ser manuseado. O sentimento que o Fisco apurará sonegação fiscal possivelmente praticada pelas empresas é muito mais evidente no Brasil, principalmente nas grandes empresas. A sensação de prestar informação em demasido, às vezes duplicada; é um sentimento inerente ao profissional da contabilidade. O grande número de Speds a ser enviado pelas empresas apresentam erros constantes e dificulta o envio das informações. O número elevado de obrigações acessórias e os erros inerentes ao envio dessas informações corroboram para uma prática contábil com elevado nível de stress. A necessidade por atualização constante na área contábil e tributária e a sensação de a universidade não preparar o formado para atuar na área contábil são sentimentos em elevado grau, em que ele deve recorrer à educação continuada.

“
A necessidade por atualização constante na área contábil e tributária e a sensação de a universidade não preparar o formado para atuar na área contábil são sentimentos em elevado grau, em que ele deve recorrer à educação continuada.
 ”

REFERÊNCIAS

BARNETTE, J.J. (2000). Effects of Stem and Likert response option reversals on

survey internal consistency: if you feel the need, there is a better alternative to using those negatively worded stems. *Educational and Psychological Measurement*. v. 60, n. 3, pp. 361-370.

COELHO, J. C. (2009). E-Governo e comunicação: Estudo do portal da Prefeitura de Juiz de Fora. Minas Gerais: [s.n.], 2009. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/3393/1/juliocesarcoelho.pdf>. Consultado em 02/02/2020.

DALMORO, M. e VIEIRA, K. M. (2013). Dilemas na construção de escalas tipo-Likert: O número de itens e a disposição influenciam nos resultados? *Revista Gestão Organizacional*, v. 6, Edição Especial, pp. 161-174.

FERRER, F. e SANTOS, P. (2004). E-government: O Governo eletrônico no Brasil. São Paulo: Saraiva.

GERON, S.; MORAES, C; FINATELLI, J. R.; DE FARIA, A. C. e ROMEIRO, M. do C. (2011). SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos contribuintes em relação os impactos de sua adoção. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 5, n. 2, pp. 44-67.

HORA, H. R. M.; MONTEIRO, G. T. R. e ARICA, J. (2010). Confiabilidade em Questionários para Qualidade: Um estudo com o Coeficiente Alfa de Cronbach. *Produto & Produção*, v.11, n.2, p.85-103, 2010. DOI: 10.22456/1983-8026.9321.

HELBIG, N. C.; GIL-GARCÍA, J. R. and FERRO, E. (2005). Understanding the complexity in Electronic Government: implications from the digital divide literature. *Proceeding*. In: Eleventh Americas Conference on Information Systems, Omaha, NE, USA.

LEMOS, A. (org.) (2007). Cidade digital: Portais, inclusões e redes no Brasil. Salvador: EDUF-BA.

LENIHAN, D. (2002). Realigning Governance: From e-Government to e-Democracy. Centre for Collaborative Government. Disponível em: <http://www.crossingboundaries.ca/files/cg6.pdf>. Consultado em 12/02/2020.

MARTINUZZO, J. A. (2008). E-gov e as novas implicações político-comunicacionais: A questão dos cartões corporativos do Governo Federal. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1135-1.pdf>. Consultado em 09/03/2020.

MORA, M. (2005). Governo Eletrônico e aspectos fiscais: A experiência

brasileira. Brasília: IPEA [Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas]. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4270. Consultado em 23/01/2020.

MATTHIENSEN, A. (2011). Uso do coeficiente Alfa de Cronbach em avaliações por questionário. Documento 48, EMBRAPA Roraima, Boa Vista-PR.



Fellipe Matos Guerra

Pós – doutorando e doutor em Ciências da Informação pela Universidade Fernando Pessoa/Portugal.



Luís Borges Gouveia

Doutor em Ciência da Computação pela Universidade de Lancaster. Professor Catedrático da Universidade Fernando Pessoa/Portugal.

+ + + + +

Entrevista com Fabiano Pimentel

+ + + + +

Presidente da Amacicon - Academia de Ciências Contábeis do Amapá



Como O Sr. começou a atuar na área contábil e quais foram os mais relevantes aprendizados que a contabilidade lhe proporcionou até hoje?

Iniciei no Curso Técnico em Contabilidade, no ano de 2000, com 18 anos de idade. Escolhi, pois a empregabilidade foi um dos requisitos e sabia que com a Contabilidade teria acesso mais rápido ao mercado de trabalho. Logo, no primeiro ano de estudos, consegui vários estágios e, a cada experiência de atuação no labor contábil, identificava-me ainda mais com o curso. Participava de palestras, cursos, seminários e das programações desenvolvidas pelo Conselho Regional. Quando concluí o curso técnico, não tive dúvidas que deveria continuar me aprimorando, dessa vez em nível de graduação. Ingressei no Bacharelado em Ciências Contábeis, em 2001. As participações nos eventos desenvolvidos pelo CRCAP e as publicações das revistas dos Conselhos Regionais que acompanhava faziam com que me apaixonasse mais ainda pela profissão. Após a graduação, prestei concurso para Contador-Fiscal do CRCAP e obtive aprovação. Em 2007, iniciei minha atuação como Fiscal

“
As participações nos eventos desenvolvidos pelo CRCAP e as publicações das revistas dos CRCs que acompanhava faziam com que me apaixonasse mais ainda pela profissão (...)
Em 2007, iniciei minha atuação como Fiscal do CRCAP e tive a grande satisfação em conhecer o Sistema CFC/CRCs – na época a presidente do CFC, era a ilustre Dra. Maria Clara Bugarim”

do CRCAP e tive a grande satisfação em conhecer o Sistema CFC/CRCs – na época a presidente do CFC, era a ilustre Dra. Maria Clara Bugarim, e a Fiscalização era o “menina dos olhos” da presidente. Foram cinco anos de intensos aprendizados e considero que fui forjado no sistema contábil. No mesmo ano, comecei minha atividade de docente na Graduação de Ciências Contábeis e, em 2011, assumi a coordenação do curso de graduação, ficando por 6 anos à frente da gestão. Após atuar como contado-fiscal, por um período de 5 anos, decidi alçar novos voos, e prestei concurso para o Governo do Estado do Amapá, Tribunal de Justiça e Ministério Público, e obtive aprovação em todos. Encerrei o ciclo no CRCAP, e em 2012, escolhi o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, e fui empossado como Analista Judiciário – Especialidade Contabilidade. Entusiasmado pela vivência no Sistema CFC/CRCs, coordenei diversas campanhas de chapas que estavam concorrendo as eleições do CRCAP, desde 2008, 6 (seis) campanhas, e obtive conquista em todas. Em 2016, assumi a Presidência do CRCAP. Após 2 anos, tive a oportunidade de tomar posse como Conselheiro no CFC e ser reconduzido em 2022. Em 2017, mobilizei alguns veteranos da

Contabilidade para fundar a Academia Amapaense de Ciências Contábeis – Amacicon, e em 2019, junto com alguns peritos atuantes no Estado, fundamos a Associação dos Peritos Contadores do Amapá - Aspecon. Não há nada melhor do que fazer o que gostamos. Em muitos momentos, estamos tão envolvidos que nem percebemos o tempo passar; não é trabalho, é lazer, satisfação, envolvimento integral. Grato à Contabilidade por tudo que vivenciei, como as relações que construí e as pessoas que conheci em todos os estados da Federação. Aprendi que o débito e o crédito são, na verdade, causa e consequência, ação e reação, ambivalência, a força dual que também move o mundo; esse aprendizado levei para vida.

Em suas palavras, como é atuar como presidente da Amacicon - Academia de Ciências Contábeis do Amapá - e quais são as principais ações e objetivos do seu mandato?

Em 2017, tive a grata satisfação de ser conduzido, aos 35 anos, como primeiro presidente eleito por unanimidade, entre 17 (dezessete) imortais, confrades, com previsão de 33 (trinta e três) cadeiras, para conduzir a Amacicon. A honra de conduzir uma entidade que, entre seus objetivos, tem a missão de "Cultuar a memória de todos aqueles que contribuíram para o aprimoramento da Ciência Contábil", é imensurável. Resgatar a história de quem contribuiu para a consolidação da profissão e homenagear em vida a trajetória de quem está atuando com altivez é muito gratificante.

Estamos atuando em parceria direta com o Conselho Regional, desde 2017. Os maiores eventos da Contabilidade

do estado têm a marca e a presença da Amacicon. Estamos também em sintonia com as ações da Abracicon.

Outro ponto a ser destacado em nossa atuação é quanto a "Desenvolver, fomentar, realizar ou participar de



Nossa próxima missão é conduzir no Estado, o projeto da Abracicon – Concurso Nacional de Monografia de Graduação em Ciências Contábeis, com a primeira edição prevista para 2023. Já estamos alinhando com os coordenadores de curso e CRC Jovem, para mobilização rumo à participação e representação nacional.



eventos, cursos e treinamentos". O fomento pela participação dos profissionais nos eventos da classe é uma constante. A título de exemplo, a Amacicon está diretamente envolvida na realização do "Encontro Dos Profissionais da Contabilidade, Empresários e Acadêmicos", que reúne, em média, mais de 500 pessoas no mês de abril, na oportunidade da passagem do Dia do Profissional da Contabilidade.

A Amacicon realizou no estado, em parceria com o CRCAP, Abracicon e CFC, em maio de 2022, o "Dia D da Educação Contábil", com palestras e debates sobre a matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis e as alterações propostas pela Resolução CNE/CES n.º 10, de 16 de dezembro de 2004. A adesão dos docentes e coordenadores de curso foram significativas, demonstrando que os profissionais atendem aos chamados institucionais.

Nossa próxima missão é conduzir no Estado, o projeto da Abracicon – Concurso Nacional de Monografia de Graduação em Ciências Contábeis, com a primeira edição prevista para 2023. Já estamos alinhando com os coordenadores de curso e CRCJovem, para mobilização rumo à participação e representação nacional.

O grande objetivo é sempre estar alinhado com as ações das instituições contábeis, entre elas, CRCAP, Abracicon, faculdades, CFC e demais entidades, propondo novas ações e projetos e executando em parceria com as que estão sendo desenvolvidas.

Já estamos nos trâmites burocráticos para passar o bastão da Presidência, finalizando um ciclo e oxigenando ainda mais a condução dessa egrégia entidade.

A sociedade vem aprendendo a valorizar, cada vez mais, a contabilidade principalmente após (e durante) a pandemia, como fica o cenário da profissão contábil na sua opinião?

Lembro que durante a atuação profissional como Contador-Fiscal no CRCAP, durante uma diligência de fiscalização em um escritório, conversando com um decano

da Contabilidade, perguntei como estava a valorização do profissional, e em resposta ele comentou que “a valorização deve começar pelo próprio profissional”. Outro fato que lembro é que certa vez, entrando no Fórum do Município de Macapá, deparei-me com um cartaz que continha o seguinte título: “Campanha de valorização dos magistrados”. Portanto, em todas as épocas e trajetória da sociedade, a busca pela valorização é uma constante. É oportuno destacar que a postura profissional, a ética, a busca constante pelo aprimoramento são fatores de valorização e são propulsores do reconhecimento. Em período de crise é que temos oportunidade de nos reinventar.

O impacto financeiro causado pela quarentena e pela situação de lockdown, gerou enfermidades a muitos CNPJs. Os prognósticos, diagnósticos e tratamento patrimoniais e financeiros foram também prescritos pelos profissionais da contabilidade, evitando a falência de muitos empreendimentos. Dessa forma a Covid-19 tornou ainda mais evidente a essencialidade do profissional da contabilidade.

A pandemia gerou, entre diversas consequências, impacto social, financeiro, econômico e patrimonial, acabou sendo refletido, em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das entidades públicas e privadas. Nesse cenário, podemos assinalar a grande importância dos profissionais de contabilidade através do controle das operações e do fornecimento de informações contábeis relevantes.

O perigo que a pandemia representou às pequenas e médias empresas demandou dos profissionais da contabilidade, monitoramento e readequando dos custos e despesas, no gerenciamento

à adesão aos benefícios emergenciais de preservação do emprego e da renda instituído pelo Governo federal. O atendimento das obrigações acessórias fiscais e trabalhistas demandaram tempo e readequação da forma de atendimento aos clientes; alguns já estavam preparados em suas estruturas



Os efeitos da pandemia ainda ressoam em muitas empresas. O contador possui as ferramentas necessárias para guiar o gestor em direção a recuperação e crescimento do empreendimento, detalhando informações que contribuem para a saúde financeira do negócio. O ambiente virtual contábil tornou-se imperioso, sendo um dos legados, antecipados, ao segmento contábil.



para o atendimento remoto, home office. Outros, de forma compulsória, tiveram que se reinventar.

Os efeitos da pandemia ainda ressoam em muitas empresas. O contador possui as ferramentas necessárias para guiar o gestor em direção a recuperação e crescimento do empreendimento, detalhando informações que contribuem para a saúde financeira do negócio. O ambiente virtual contábil tornou-se imperioso, sendo um dos legados, antecipados, ao segmento contábil.

Na sua visão como docente na área contábil, como está o desenvolvimento profissional dos contabilistas do Amapá, e do Brasil?

Hoje no Estado do Amapá, somos 1.697 profissionais da contabilidade, segundo dados acessados em outubro do site do CFC, e a população do Amapá é de 877.613 habitantes, conforme dados do IBGE de 2021. Noto que a empregabilidade da Contabilidade começa desde a graduação. Em algum momento da vida das entidades públicas e privadas, a presença do profissional da contabilidade é ou será compulsória. Portanto, é incontroverso a essencialidade deste profissional. E no Amapá não é diferente. Difícilmente encontramos alguém da área contábil sem a devida ocupação. No Amapá, a Contabilidade é sinônimo de oportunidade e prosperidade.

Somando-se a essa empregabilidade, a era digital alavancou os empreendimentos contábeis; o fácil acesso e transmissão de dados financeiros e a inteligência artificial tornam o profissional da contabilidade mais produtivo, ao mesmo tempo que reduz custo e tempo de execução nas tarefas. A contabilidade se tornou um instrumento essencial à gestão.

Acredito que o desenvolvimento contábil passa também pela comunicação institucional, a qual sempre é um

desafio; temos que avançar muito, pois a classe contábil (boa parte) não sabe das ações desenvolvidas pelo sistema, sua pujança, seu reconhecimento pelas outras instituições, seu estágio de desenvolvimento. Atuando, desde 2007, no sistema, vejo o quanto avançamos, em destaque, nas relações políticas institucionais, que são fundamentais para a valorização nacional e internacional da Contabilidade Brasileira.

Vejo que o Conselho Federal de Contabilidade, como instituição representativa da profissão, ascende a cada ano, no cenário nacional e internacional, os degraus merecidos. A exemplo, representantes em diversos órgãos e em entidades internacionais. O diálogo contábil com os ministérios, secretárias, entidades governamentais e não governamentais vem garantindo


uma ascensão e visibilidade salutar, há muito tempo esperada. Percebo que toda a engenharia pretérita realizada e arquitetura atual engendrada garantem os frutos que já estamos colhendo quanto ao reconhecimento e valorização e devido campo de atuação. Mas como somos seres desejantes, e não haverá nenhum objeto ou ações que possam garantir a satisfação plena, é nosso dever a busca constante pelo desenvolvimento contábil.

Tendo atuado como coordenador do curso preparatório para provas e concursos na área contábil e exame de suficiência desde 2011, como você vê o engajamento dos novos profissionais da área da contabilidade?

Com imensa alegria, vejo que, nos

últimos concursos públicos ofertados na área contábil no Estado, foram aprovados e empossados um quantitativo significativo de profissionais da contabilidade que vivem no Estado, apesar da grande concorrência de outros locais. Isso demonstra o engajamento na preparação, pois a concorrência é grande. Portanto, colaborei e presenciei, não só a aprovação no Exame de Suficiência, mas também em concursos públicos. Por outro lado, no segmento privado, conheço diversos amigos e colegas profissionais que não só atuam de forma local, mas estão prestando serviços, até mesmo, atuando através de filiais em outros estados da Federação. Seja no segmento público ou privado, os profissionais do Amapá estão dando a sua contribuição para o alavancamento das empresas e das entidades em nível estadual e nacional.





Segurança no trabalho e gestão de riscos: aplicação, importância e benefícios na prevenção de acidentes

Rosane Rosário do Nascimento e Alvani Bomfim de Sousa Júnior

RESUMO

Diante de um cenário onde a relação doenças ocupacionais está em constante presença na vida do trabalhador e tendo em vista a busca pela produtividade e crescimento no mercado pelas organizações, a aplicação da segurança no trabalho torna-se um fator importante na preservação da saúde do trabalhador, na mitigação dos riscos e na manutenção da produtividade das empresas. O estudo tem por finalidade analisar a importância e aplicação do gerenciamento de riscos e controle de riscos quando interligado ao processo de segurança no trabalho, atuando em suas ações. A gestão

de segurança e saúde no trabalho é uma das áreas mais importantes para as organizações. Oferecer condições seguras para a realização de atividades laborais não é só uma obrigação como também fundamental para o funcionamento das empresas. Trata-se de um estudo de revisão sistemática de literatura, com levantamento de dados, partindo de uma pesquisa exploratório com caráter observatório, fomentando o estudo de caso. O estudo possibilitou identificar a importância da segurança do trabalho e a identificação dos riscos no ambiente de trabalho, independente

do setor e do segmento da empresa. Ressalta-se que as medidas de controle dos riscos atuam como uma medida preventiva e dessa forma busca evitar que os acidentes ocorram. Além disso, é necessária a conscientização de toda a equipe envolvida no processo para tornar possível preservar a saúde e a integridade física do trabalhador, além de proporcionar melhorias organizacionais.

Palavras-chave: Gestão. Riscos. Segurança no trabalho.

1. INTRODUÇÃO

Com o mercado cada vez mais competitivo, a produtividade e a otimização dos processos são fatores diferenciais para que as empresas se mantenham firmes no mercado. Para que esses fatores se tornem eficientes, é importante cuidar de outros componentes da empresa que influenciam como um todo o capital humano.

Os colaboradores são peças-chaves no desenvolvimento dos processos e organizações. Com as normas e legislações mais exigentes e a preocupação com o bem-estar do trabalhador, as empresas buscam sempre ações de prevenção de acidentes e de condições seguras de trabalho. Porém, o cenário ainda é muito preocupante, o que torna de extrema importância que a gestão de riscos se torne uma rotina dentro das organizações.

Quando ocorre um acidente de trabalho, não só o trabalhador sofre as consequências, mas há diversos fatores que influenciam todo o processo da empresa e dificulta suas operações. Diante disso e da preocupação com o bem-estar dos colaboradores, como a gestão de riscos aplicada à segurança no trabalho pode auxiliar na prevenção de acidentes e redução dos riscos?

O estudo tem por finalidade analisar a importância e aplicação do gerenciamento de riscos e controle de riscos quando interligado ao processo de segurança no trabalho, atuando em suas ações. Tem como objetivos específicos identificar os fatores de riscos comuns nas empresas, verificar os índices de acidentes de trabalho no Estado de Sergipe e descrever os benefícios da gestão de riscos integrada à segurança no trabalho.

A gestão de segurança e saúde no trabalho é uma das áreas mais importantes para as

organizações, oferecer condições seguras para a realização de atividades laborais não é só uma obrigação como também fundamental para o funcionamento das empresas. Este é um tema que gera discussões e debates e, portanto, traz mais informações e estudos sobre tal. A temática permite aos gestores a tomada de decisão ao analisarem diversos cenários e possibilidades, colocando a segurança dos



Os colaboradores são peças-chaves no desenvolvimento dos processos e organizações. Com as normas e legislações mais exigentes e a preocupação com o bem-estar do trabalhador, as empresas buscam sempre ações de prevenção de acidentes e de condições seguras de trabalho.



trabalhadores como ponto importante no seu planejamento. Por fim, espera-se que, com a utilização de técnicas apropriadas a cada sistema de operação, possam ser constituídos instrumentos de auxílio de tomadas de decisão pelos operadores, em conjunto com outros profissionais, para melhor se definirem pontos que possam ser evitados acidentes de trabalho, com prejuízos ao trabalhador e à empresa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Segurança e saúde no trabalho

Qualquer ambiente de trabalho apresenta alguns riscos aos seus colaboradores mesmo que mínimo. A questão principal é reduzir a probabilidades de estes acontecerem e se tornarem um acidente de trabalho quase nulo.

A segurança e saúde no trabalho (SST) atua para que os riscos não afetem a rotina dos processos nem se desenvolvam ao ponto de pôr a segurança dos trabalhadores em perigo.

A segurança no trabalho é uma ferramenta empresarial que, cada vez mais, se torna uma exigência social. Assim o sendo, compete às empresas a escolha pelos caminhos que possam vir minimizar os riscos a que estão expostos seus funcionários, pois, apesar de todo o avanço tecnológico, toda atividade envolve certo grau de insegurança.

Segurança do Trabalho pode ser definida como a ciência que, por meio de metodologias e técnicas apropriadas, estuda as possíveis causas de acidentes do trabalho, objetivando a prevenção de sua ocorrência, cujo papel é assessorar o empregador, buscando a preservação da integridade física e mental dos trabalhadores e a continuidade do processo produtivo (VOTORANTIM METAIS, 2005).

Segundo Benite (2004), um Sistema de gestão de Segurança e Saúde no Trabalho,

É um conjunto de iniciativas, consubstanciadas através de políticas, programas, procedimentos e processos que integram a atividade da organização com o intuito de facilitar o cumprimento dos pressupostos legais e, ao mesmo tempo, conotar coerência à própria concepção filosófica e cultural da

organização, de modo a conduzir suas atividades com ética e responsabilidade social.

Portanto, o sistema de gestão de segurança e saúde do trabalho deve atravessar todos os aspectos da empresa para que a prevenção seja eficaz. Isto significa que este sistema de gestão deve abranger todas as atividades, situações, comportamentos e atitudes do âmbito da organização.

Segundo Quelhas, Alves e Filardo (2003),

O princípio básico de um sistema de gestão baseado em aspectos normativos cria a necessidade de determinar parâmetros de avaliação que incorporem não só os aspectos operacionais, mas também, a política, o gerenciamento e o comprometimento da alta administração com o processo e mudança e melhoria contínua das condições de segurança, saúde e trabalho. Tais aspectos têm fundamental importância, pois na maioria das vezes estas melhorias exigem, além do comprometimento, altos investimentos que necessitam de planejamento de curto, médio e longo prazo para correta execução.

A ausência de um sistema eficaz de segurança finda por causar problemas de relacionamento humano, produtividade, qualidade dos produtos e/ou serviços prestados e o aumento de custos e consequente geração de prejuízos uma vez que todo e qualquer acidente no trabalho implica baixa na produção, investimentos perdidos em treinamentos e outros custos.

Um Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional promove um ambiente de trabalho seguro e saudável através de uma estrutura que permite à organização identificar e controlar consistentemente seus riscos à segurança e à saúde, reduzindo o potencial de acidentes,

auxiliando na conformidade legislativa e melhorando o desempenho geral.

A regulamentação sobre SST no Brasil é abrangente e detalhada, contudo, na maioria das vezes não é cumprida de forma correta, sobretudo em alguns segmentos onde os trabalhadores são menos organizados.

A prevenção de acidentes no trabalho deve ser norteadada pelo atendimento e respeito às normas e legislação. Porém, cabe às empresas garantir através de procedimentos, ambientes e condições adequados à proteção dos seus colaboradores em relação às especificidades não tratadas na legislação.



A regulamentação sobre SST no Brasil é abrangente e detalhada, contudo, na maioria das vezes não é cumprida de forma correta, sobretudo em alguns segmentos onde os trabalhadores são menos organizados.



2.2 Gestão de Riscos

As práticas da gestão de segurança no trabalho contribuem para a proteção contra os riscos existentes no ambiente laboral, reduzindo e prevenindo acidentes, sendo assim um benefício tanto para o trabalhador quanto para a empresa.

Para minimizar casos de acidentes,

a organização internacional de normatização (ISO) traz a OHSAS 18001, que foca na gestão de segurança e saúde do trabalho (GSST). Um dos principais pontos da OHSAS 18001 é a gestão de riscos e perigos que uma instituição pode proporcionar ao trabalhador. Essa norma define a listagem de todas as ações da empresa que podem ser classificadas nestes dois termos.

Verzuh (2000, p. 109) afirma que “o gerenciamento dos riscos é um meio pelo qual a incerteza é sistematicamente gerenciada para aumentar a probabilidade de cumprir projetos”. Já Kerzner (2000) constrói seu conceito a partir da sistemática de trabalho que compõe o gerenciamento em si.

Gerenciamento de riscos é a “implementação das estratégias de controle e prevenção, que são definidas a partir da avaliação da tecnologia de controle disponível, da análise de custos e dos benefícios, da aceitabilidade dos riscos e dos fatores sociais e políticos envolvidos” (CANTER, 1989: apud FREITAS, 1996).

O gerenciamento de riscos da OHSAS 18001 não é apenas um instrumento para evitar acidentes de trabalho, mas também pode evitar problemas de doenças devido às ações repetitivas realizadas no decorrer dos anos no trabalho, que pode gerar lesões como LER (Lesão por Esforço Repetitivo) ou DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho).

O gerenciamento de riscos é um processo sistemático usado para identificar, analisar e responder aos riscos de um projeto, cujo objetivo é maximizar a probabilidade dos eventos positivos e, se possível, neutralizar os eventos negativos ou minimizar suas consequências para o objetivo do processo em ação (GÓMEZ, 2010).

O risco dentro de um projeto é uma condição incerta de ocorrer e, caso ocorra, terá sempre um impacto positivo ou negativo sobre pelo menos um dos objetivos do projeto, como o tempo, o custo, o escopo ou a qualidade. O risco poderá ter uma ou mais causas e um ou mais impactos, como, por exemplo, a falta de pessoal suficiente para trabalhar dentro de uma área de conhecimento do projeto; e a contratação inadequada de profissional, podendo comprometer o cronograma, a qualidade e o custo do projeto.

2.2.1 Perigo X Riscos

O OHAS 18011 oferece as diretrizes necessárias para análise e levantamento dos perigos e riscos. Todavia, para a realização dessas atividades, é importante diferenciar riscos e perigos.

Risco, do original em inglês risk, pode ser definido como “a combinação da probabilidade e consequência da ocorrência de um evento perigoso e da severidade da lesão ou dano à saúde das pessoas causado por esse evento” (ILO, 2001). Perigo, do original em inglês hazard, significa “o potencial inerente para causar lesão ou dano à saúde das pessoas” (ILO, 2001).

Segundo a OHSAS 18001, o Risco é a Combinação da Probabilidade da ocorrência de um acontecimento perigoso ou exposição e da severidade das lesões, ferimentos, ou danos para a saúde, que pode ser causada pelo acontecimento ou pela exposição.

O requisito 3 da OHSAS 18001:2007 define Perigo como Fonte, situação ou ato com potencial para o dano em termos de lesões, ferimentos ou danos para a saúde ou uma combinação destes. Em termos mais simples, a palavra “perigo”

refere-se à fonte geradora do problema.

Depois de diferenciado, é importante avaliar as fontes de riscos e perigos da organização, tanto aqueles que poderão proporcionar algum tipo de risco ao colaborador ou indivíduo presente. As fontes de perigos são todas aquelas que, de alguma maneira, apresentam riscos ao funcionário ou as outras pessoas presentes no local.



Para que a análise dos riscos aconteça de forma clara e objetiva, é importante que o entendimento de gerenciamento de riscos seja definido na elaboração e na implantação de medidas de prevenção, redução e controle dos riscos.



2.2.2 Análise dos riscos e perigos

Para que a análise dos riscos aconteça de forma clara e objetiva, é importante que o entendimento de gerenciamento de riscos seja definido na elaboração e na implantação de medidas de prevenção, redução e controle dos riscos. Uma análise de riscos bem elaborada consiste na avaliação de probabilidade de um

risco acontecer e na mensuração do seu possível impacto e consequências na organização.

A avaliação de riscos, do original em inglês risk assessment, é o processo de avaliação de riscos à segurança e à saúde, oriundos dos perigos do trabalho (ILO, 2001).

A análise de risco é uma medida de prevenção tomada pelas empresas para evitar que estes possam vir a acarretar possíveis acidentes, objetivando gerar métodos e orientações gerais de gestão com o intuito de prevenir e evitar os acidentes laborais.

A avaliação de riscos permite a comparação de fatos e dados, mas ela em si não decide. O gerenciamento de riscos, por outro lado, contempla imensa gama de ações: mudanças no processo de produção ou implementação de equipamentos de segurança; formas e valores de compensações para vítimas e o meio ambiente afetado; legislações e intervenções governamentais, entre outras (COVELLO, 1992: apud FREITAS, 1996).

A etapa inicial da análise de riscos incide em se examinarem e em se detalharem os riscos diagnosticados anteriormente, e que Alberton (1996) afirma acontecer com a intenção de detectar a prevalência de ocorrência de acidentes em razão de riscos no ambiente. Este autor ressalta a importância de verificar os efeitos e as consequências de acidentes.

O objetivo é sempre analisar como esses riscos poderiam ser extintos ou, ao menos, reduzidos. Portanto, a análise de risco é qualitativa e seu objetivo final é propor medidas que eliminem o perigo ou, no mínimo, reduzam a frequência e as consequências dos possíveis acidentes se eles forem inevitáveis.

2.3 Acidentes de trabalho

A segurança no trabalho e o gerenciamento de riscos são procedimentos utilizados pelas companhias com a finalidade clara de aperfeiçoar seus processos, bem como oferecer a seu capital humano ambiente laboral com condições adequadas de trabalho e segurança.

Conforme a legislação brasileira, o acidente do trabalho é definido como “ocorrência imprevista e indesejável, instantânea ou não, relacionada com o exercício do trabalho, de que resulte ou possa resultar lesão pessoal”. De acordo com a gravidade, os acidentes de trabalho subdividem-se em com afastamento ou sem afastamento (ABNT, 2001).

[...] Acidente do trabalho é todo aquele que ocorrer pelo exercício do trabalho, a serviço da empresa, provocando lesão corporal, perturbação funcional ou doença que cause morte, perda ou redução, permanente ou temporária, de capacidade para o trabalho (CARDELLA, 2009).

A legislação norteia a prevenção de acidentes de trabalho, em relação a esses acidentes, observa-se que são tratados a partir de causas imediatas, descontextualizadas, partindo de suas origens organizacionais e gerenciais.

A segurança do trabalho, para ser entendida como prevenção de acidentes na indústria, deve preocupar-se com a preservação da integridade física do trabalhador, mas também precisa ser considerada como fator de produção. Os acidentes, provocando, ou não, lesão no trabalhador, influenciam negativamente na produção através da perda de tempo e outras consequências tais como: perdas materiais, diminuição da eficiência do trabalhador acidentado ao retornar ao trabalho, aumento da renovação de mão de obra, elevação dos prêmios de seguro

de acidente e moral dos trabalhadores afetada.

Souza (2000) demonstrou que os acidentes de trabalho na indústria recebem tratamento diferenciado em função do tipo de indústria e do tipo de acidente. Segundo o autor, em pesquisa realizada em refinaria de petróleo, foi constatado que o modelo de relatório de investigação de acidentes para contratados não contém, por exemplo, campo para preenchimento das causas básicas, diferentemente do modelo para pessoal próprio.

“**Conforme a legislação brasileira, o acidente do trabalho é definido como “ocorrência imprevista e indesejável, instantânea ou não, relacionada com o exercício do trabalho, de que resulte ou possa resultar lesão pessoal”.**



3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão sistemática de literatura. Para a confecção do presente estudo, os dados foram coletados no site da Fundacentro

e do Ministério do Trabalho, nas bases de dados da Scientific Electronic Library (SciELO), site do Ministério da Previdência Social, consulta à legislação mediante o site do Palácio do Planalto – Presidência da República, site Portal Brasil, analisando os dados estatísticos de acidentes de trabalho.

Assim, para o levantamento de dados, partiu-se de uma pesquisa exploratório com caráter observatório, fomentando o estudo de caso. Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico (GIL, 2007, P. 54).

Os descritores utilizados foram: acidentes de trabalho, economia, indicadores e índices, saúde do trabalhador, gestão de riscos e prevenção, causas e consequências. Foram incluídos no estudo os dados coletados e disponibilizados no site da Fundacentro que dispõe os dados de acidentes ocupacionais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Muitas empresas que buscam implantar a gestão de riscos iniciam a fase de identificação de perigos, entretanto não dão continuidade ao programa. Deste modo, a grande maioria das técnicas existentes para a identificação de riscos é bem difundida nas empresas por meio de reuniões de segurança no trabalho, reuniões de CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), lista de verificação, inspeções de campo, relatórios, análises e divulgação de acidentes.

Para que o entendimento da análise de riscos aconteça de forma clara, é interessante que o entendimento da gestão de riscos seja definido como sendo a elaboração e a implantação de medidas e procedimentos, técnicos e administrativos, que têm por objetivo prevenir, reduzir e controlar os riscos,

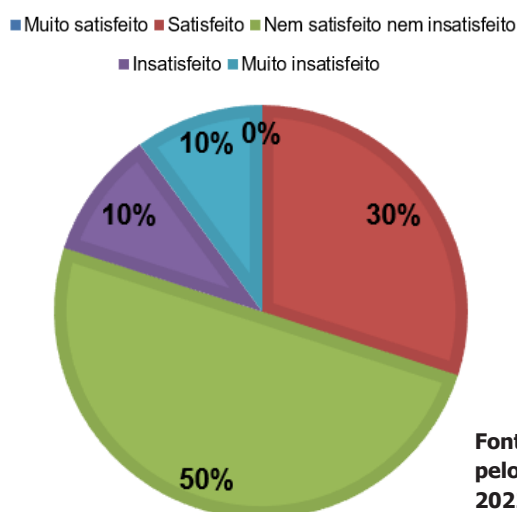
bem como manter uma instalação operando dentro de padrões de segurança considerados toleráveis ao longo de sua vida útil.

Analisando os riscos existentes no ambiente estudado, compreende a importância da análise dos riscos para a sua mitigação e a redução dos acidentes

de trabalho. Foram questionados aos trabalhadores, algumas situações, buscando identificar os riscos e as ações da empresa quanto à prevenção.

Questionados sobre a satisfação quanto aos equipamentos de segurança ofertados pela empresa, têm-se as respostas no **Gráfico 1**.

Gráfico 1 - Satisfação com os equipamentos de segurança, proteção individual e coletiva disponibilizados pela empresa



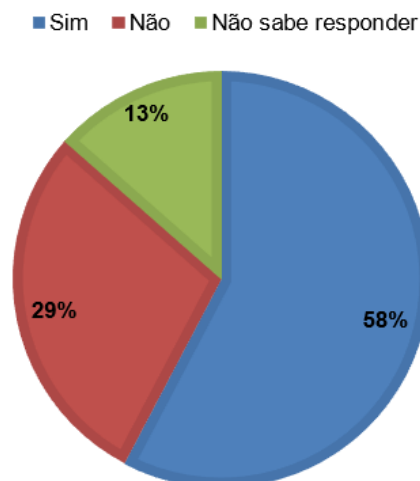
Assim, em relação aos EPIs/EPCs disponibilizados, 50% alegaram ser indiferente, conforme demonstra o **gráfico 1**. Esta circunstância causa preocupação, já que as funcionárias não têm consciência da importância dos EPIs para prevenção dos riscos ocupacionais.

Quando questionados sobre a presença de riscos, ou não, no ambiente de trabalho, as respostas foram as seguintes.

No **gráfico 2**, cerca de 58% dos entrevistados informaram que já identificaram riscos no ambiente de trabalho, e somente 29% informa que não visualizaram. Isso significa que a maioria dos trabalhadores conseguem ter essa preocupação com sua segurança.

Em relação ao respeito da empresa para com os trabalhadores, ao individualismo e particularidades no trabalho, 70% estão satisfeitos, em razão da empresa seguir todas as leis trabalhistas e atender a todos os critérios de boa conduta.

Gráfico 2 – Há riscos visíveis no ambiente de trabalho?



Quando perguntados sobre a influência do trabalho em alguma lesão ou doença sofrida, 50% dos entrevistados mostraram indiferença, como mostra o **gráfico 03**. Dois colaboradores informaram sofrer pequenos incidentes, mas segundo os mesmos nada grave ou que prejudicasse no trabalho.

Isso, significa que os colaboradores ainda não têm uma visão da importância da segurança no trabalho para evitar acidentes e, principalmente, dos deveres de cada um e dos empregadores nesse processo, a fim de que se evitem problemas maiores.

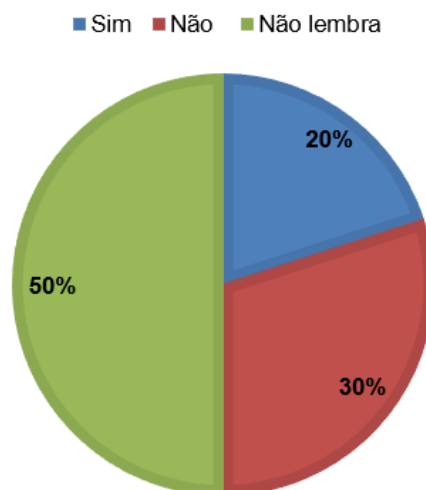
Quando questionados se o ambiente de trabalho lhes eram favoráveis à realização de suas atividades laborais, 80% responderam que sim, e somente 20% informaram que poderia haver melhorias para tornar o trabalho menos cansativo e mais produtivo.

Após analisar o ambiente de trabalho, foi possível identificar os riscos e avaliar a gravidade deles, constatando que há riscos ergonômicos de grau médio e risco físico e de acidentes, ambos de grau pequeno.

Tanto os riscos ergonômicos como o risco físico podem vir a provocar doenças ocupacionais em longo prazo. No caso das condições ergonômicas, alguns equipamentos podiam ser trocados por modelos que se enquadrem nas condições de segurança defendidas nas normas, tendo como base as medidas dos colaboradores, assim como os balcões e as cadeiras. Quanto aos entregadores, seria interessante a compra de coletes para coluna, a fim de protegê-los de possíveis impactados pelo peso que eles carregam.

Os riscos ergonômicos advêm de postura inadequada, jornada de trabalho

Gráfico 3 – Influência do trabalho em alguma lesão



Fonte: elaborado pelos autores, 2022

prolongada e movimentos repetitivos. Esses podem provocar doenças em toda a extensão da coluna, desde o pescoço até a cervical. Além disso, podem desencadear Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho – LER/DORT, limitando o rendimento do funcionário.

Outros fatores identificados são que a iluminação e a ventilação do ambiente estão adequadas, porém não há ambientes para descanso, nem banheiro para os colaboradores fazerem as necessidades, nem copa para que se alimentem e/ou que venham a se hidratar. Não obstante, os riscos de acidentes são derivados das instalações elétricas próximas às trabalhadoras, da insuficiência de equipamentos de emergência, da falta de sinalização, do leiaute e da instalação apertados que podem causar tanto danos físicos como danos materiais. Há também o manuseio de máquinas de fatiar alimentos, os quais

manuseiam sem nenhum equipamento real de segurança, podendo causar acidentes.

Na ocorrência de acidentes relacionados às atividades laborais exercidas pode causar ferimentos leves ao trabalhador, enquanto os acidentes, por consequência de falha estrutural, podem gerar danos para toda a empresa. Uma análise de risco bem elaborada consiste na avaliação da probabilidade de um perigo acontecer e na mensuração do seu possível impacto e consequente prejuízo para a organização.

A importância da gestão de risco reflete nos benefícios que ela pode trazer para a empresa, tais como: a preservação de bens e vidas humanas, manutenção do fluxo produtivo e reputação da empresa, funcionários motivados, aumento da produção e competitividade, entre outros.

4.1 Mitigação dos riscos de impacto negativo

De acordo com alguns impactos encontrados e possíveis riscos para a saúde e segurança do trabalho, serão detalhados alguns aspectos para mitigação de desses riscos:

- Ruído dos ventiladores: por se tratar de ruído leve, tal risco pode ser evitado realizando a manutenção periódica das máquinas, fazendo a substituição dos climatizadores e dos ventiladores por ar-condicionado.
- Postura inadequada, jornada de trabalho prolongada e movimentos repetitivos: sugere-se realizar, adequadamente, pausa ativa (ginástica laboral), passiva (descanso) durante a jornada de trabalho, com supervisão de um profissional especializado de acordo com as necessidades do trabalhador, também realizar mudanças de equipamentos que se enquadre nas normas exigidas.
- Instalação de copa e banheiro: ajustar o leiaute do estabelecimento para que seja possível a adição de dois espaços, tais como o local de descaso e um banheiro, para que o colaborador possa estar tranquilo quanto a eventuais situações.
- Equipamentos de emergência insuficientes: sugere-se instalar mais lâmpadas de emergência ao redor do estabelecimento, a fim de auxiliar no processo de evacuação em casos de acidentes e também realizar aquisição de extintores.
- Compra de coletes para coluna para os entregadores: evitar impactos e danos a coluna dos colaboradores.
- Exposição aos equipamentos de corte: de acordo com a NR 6, fornecer e tornar

obrigatório o uso de luva de malha de aço na atividade de corte, de modo que seja utilizada na mão oposta àquela que opera o equipamento e/ou a máquina.

- Disposição de leiaute desordenado: sugere-se adaptar o arranjo físico da empresa, tornando-o um leiaute correto às atividades do estabelecimento.



Ressalta-se que as medidas de controle dos riscos atuam como uma medida preventiva e, dessa forma, busca evitar que os acidentes ocorram (...) é necessária a conscientização de toda a equipe envolvida no processo para tornar possível preservar a saúde e a integridade física do trabalhador, e proporcionar melhorias organizacionais.



CONCLUSÃO

O estudo possibilitou identificar a importância da segurança do trabalho e a identificação dos riscos no ambiente de trabalho, independente do setor e do segmento da empresa. Ressalta-se

que as medidas de controle dos riscos atuam como uma medida preventiva e, dessa forma, busca evitar que os acidentes ocorram. Além disso, é necessária a conscientização de toda a equipe envolvida no processo para tornar possível preservar a saúde e a integridade física do trabalhador, e proporcionar melhorias organizacionais.

Com a aplicação prática, foi possível verificar que uma análise dos riscos pode ser uma importante ferramenta na identificação e mitigação deles, propondo soluções importantes para cada empresa, tendo foco específico e buscando sanar os problemas atuais da organização. Outro fator importante nesse estudo é que ainda é muito pouco o conhecimento dos trabalhadores acerca da segurança no trabalho e que é preciso realizar mais ações e informações para que estes possam identificar no dia a dia os riscos existentes e auxiliar a organização na mitigação deles, evitando possíveis consequências.

Ainda, através do questionário aplicado aos colaboradores, foram identificadas questões que causam indiferença do ponto de vista das funcionárias, provindas de fatores organizacionais, que poderiam ser aprimorados através da gestão organizacional, pois havendo qualidade de vida os colaboradores, tornam-se mais produtivos e proporcionam, como resultado da satisfação pelo trabalho, benefícios para a empresa.

Por fim, desenvolveram-se medidas de controle para os riscos identificados no mapa e estratégias de melhoria para as indiferenças percebidas no questionário, medidas estas que podem trazer o aumento da capacidade produtiva e competitiva da empresa.

REFERÊNCIAS

- ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Cadastro de acidente do trabalho: procedimento e classificação, NBR 14280. Rio de Janeiro, 2001.
- Alberton, A. Uma metodologia para auxiliar no gerenciamento de riscos e seleção de alternativas para investimentos em segurança. (Dissertação, Mestrado em engenharia de produção), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1996.
- BENITE, A. G. Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho para Empresas Construtoras. São Paulo: Dissertação Apresentada à Escola Politécnica da Universidade Estadual de São Paulo para obtenção de Título de Mestre em Engenharia, USP, 2004.
- BRITISH STANDART INSTITUTION. Guide to occupation health and safety management systems –BS 8800. Londres, 1996.
- CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- FREITAS, Carlos Machado de. Acidentes Químicos Ampliados: Incorporando a Dimensão Social nas Análises de Riscos. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1996.
- GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- Gómez, T. C. Gerenciamento de riscos utilizando o PMBOK. 85 fls. (Monografia, Graduação em Ciência da Computação). Faculdade Lourenço Filho, 2010.
- ILO (International Labour Office), 2001. Guidelines on Occupational Safety and Health Management Systems. ILO Meeting of Experts on Guidelines on Occupational Safety and Health Management Systems MEOSH 2001/2. Geneva: ILO.
- ILO (International Labour Office), 2001. Report of the Meeting of Experts on Guidelines on Occupational Safety and Health Management Systems. ILO Governing Body 281 Session. Geneva: ILO.
- Kerzner, H. Gestão de Projetos: As melhores práticas. Bookman, Porto Alegre, 2000.
- QUELHAS; O. L. G.; ALVES, M. S.; FILARDO; P. S. As práticas da gestão da segurança em obras de pequeno porte: Integração com os conceitos de sustentabilidade. Revista Produção, Vol. 4, n.2, 2003.
- SISTEMA DE GESTÃO VOTORANTIM. Manual do Observador. 1.ed. Juiz de Fora: VOTORANTIM METAIS, 2005.



Rosane Rosário do Nascimento

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais – UFS. Graduada em Engenharia de Produção pela FJAV e em Pedagogia pela UNIT. Pós-graduada em Finanças Corporativas, Auditoria e Controladoria pela UNIT e em Segurança no trabalho e Gestão de pessoas pela Faciba.

Alvani Bomfim de Sousa Júnior

Doutor em Contabilidade (UML), Mestrado em Administração pela Uninter, Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Negócios de Sergipe - Fanese; Licenciado em Matemática pela Uninter e Pedagogia pela Faculdade Jardins – FACJARDINS; Especializações em Auditoria e Perícia Contábil pela Universidade Católica Dom Bosco - UCDB.



Fusões e aquisições no setor bancário brasileiro: sinergias e rentabilidade

Gabrielly Mendes Costa e Juliano Lima Pinheiro



1. RESUMO

O objetivo deste estudo consiste em identificar como a probabilidade de aumento na rentabilidade, por meio de sinergia, podem influenciar a tomada de decisão sobre os processos de F&As empreendidos por instituições bancárias adquirentes, em processos ocorridos entre o primeiro trimestre de 2016 e o segundo trimestre de 2022. Além disso, fez-se uma análise dos bancos, medindo os seus determinantes internos e sua concentração por meio do HHI – Herfindahl-Hirschman Index. Para isso,

foram analisados dados contábeis de 18 bancos que sofreram F&A, utilizando o modelo logit binário. Como variáveis independentes para mensurar a sinergias operacionais e rentabilidade foram utilizados ROA, ROE, EVA e Margem Líquida. Além disso, o modelo também contém variáveis de controle como o HHI, para medir a concentração, e determinantes internos do setor bancário: tamanho, capital, níveis de risco, liquidez da carteira e custos operacionais. O modelo logit pooled com cutoff de 0,13 obteve ajuste geral de 69,15%, logo,

apresentou valor preditivo e a curva ROC com alta concavidade. Entretanto, apenas tamanho e capital estão associados positivamente ao processo de F&A. A liquidez é associada negativamente ao processo de F&A e as variáveis de sinergias operacionais, rentabilidade, risco de crédito, o custo e HHI nas instituições bancárias adquirentes não estão associadas significativamente.

Palavras-chave: Fusões e aquisições; sinergias; rentabilidade; HHI; instituições bancárias.

1 INTRODUÇÃO

Fusão e aquisição (F&A) é uma atividade que afeta diretamente a concorrência e pode alterar os arranjos produtivos em um país ou em várias economias, além de ser vista como uma forma de ajuste para garantir sustentabilidade e competitividade diante das barreiras impostas pelo mercado (Franco & Camargos, 2011). Os autores afirmam ainda que o equilíbrio de mercado, acumulação permanente de capital, geração de riqueza, o papel do dinheiro e dos mercados financeiros, aumento da concorrência e inovação tecnológica são características marcantes do sistema capitalista e proporcionam um ambiente propício para F&A corporativas.

As operações de F&As são utilizadas como parte de uma estratégia que visa ampliar o escopo e os negócios das empresas adquirida (Souza et al., 2019). Do ponto de vista econômico e financeiro, a sinergia tem sido uma das principais razões do processo F&A, com a expectativa de que a nova empresa valha mais do que o valor combinado das duas separadas, como resultado da incorporação dos benefícios e ganhos projetados com a união (Franco & Camargos, 2011).

Segundo Camargos e Camargos (2011), o processo de F&A deve ser realizado com cautela, principalmente devido à complexidade da operação e aos riscos envolvidos. Franco e Camargos (2011) afirmam que esse processo é trabalhoso e seu sucesso está relacionado a elevada complexidade operacional e de gestão e exige conhecimento e experiência dos seus condutores para poder minimizar as características difíceis da atividade.

Em relação ao setor bancário, observa-se que o movimento de F&A teve início nos

países desenvolvidos e vem apresentando um grande crescimento desde a década de 1990, gerando um processo de consolidação sem precedentes entre as instituições financeiras (Díaz, Azofra & Gutiérrez, 2008). Esse movimento levou a uma redução drástica do número de bancos, dando lugar a grandes instituições financeiras com atuação global (Souza et al., 2019).

“
Do ponto de vista econômico e financeiro, a sinergia tem sido uma das principais razões do processo F&A, com a expectativa de que a nova empresa valha mais do que o valor combinado das duas separadas, como resultado da incorporação dos benefícios e ganhos projetados com a união.
”

Novickyty & Pedroja (2014) afirmam que o setor financeiro é um dos setores mais dinâmicos e, por isso, vive continuamente a maioria das mudanças estruturais. As operações de F&A são incentivada com o objetivo de obter mais autoridade no ambiente bancário, buscando benefícios

financeiros, a fim de aumentar a gama de serviços prestados, a economia de escala, utilizar os recursos de forma eficiente para gerar aumentando o retorno e o desenvolvimento da atividade (Novickyty & Pedroja, 2014). Os autores ainda afirmam que na aquisição um banco menor ou menos eficiente ajuda a diversificar as receitas, criando sinergia operacional.

Hitt et al. (2012) e Dutordoir et al. (2014), por sua vez, estabeleceram que as F&A podem criar pouco ou nenhum valor (sinergia). Um dos principais motivos é o fato de o vendedor pagar a mais pelo banco adquirido ao selecionar objetivos errados e processos de integração ineficientes. A sinergia pode ser alcançada otimizando o desempenho dos bancos fundidos com a obtenção de economia de escala. No entanto, afirma-se que tal objetivo de um banco nem sempre pode ser combinado com o objetivo do mercado ou de instituições distintas para garantir a estabilidade. É por isso que tal consolidação pode causar o efeito contrário, ou seja, reduzir a eficiência e causar um ambiente anticompetitivo (Sood, Ahluwalia 2009).

Sendo assim, com base nos estudos anteriores, não há consenso sobre a sinergia dessas operações e há poucos indícios de características específicas dos bancos envolvidos que afetam esse processo (Souza et al., 2019). Considerando esses aspectos, o presente estudo pretende responder à seguinte questão de pesquisa: **Como a probabilidade de aumento na rentabilidade, por meio de sinergia, podem influenciar a tomada de decisão sobre os processos de F&A do setor bancário?** Nessa ótica, o objetivo desse estudo consiste em identificar como a probabilidade de

aumento na rentabilidade, por meio de sinergia, podem influenciar a tomada de decisão sobre os processos de F&A's empreendidos por instituições bancárias adquirentes, em processos ocorridos entre o primeiro trimestre de 2016 e o segundo trimestre de 2022. Além disso, fez-se uma análise dos bancos, medindo os seus determinantes internos e sua concentração por meio do HHI – Herfindahl-Hirschman Index.

Esta pesquisa irá investigar as seguintes hipóteses de pesquisas:

H1: a probabilidade de uma empresa realizar F&A está associada positivamente à sinergia operacionais e rentabilidade nas instituições bancárias adquirentes.

H2: a probabilidade de uma empresa realizar F&A está associada positivamente aos determinantes internos nas instituições bancárias adquirentes.

H3: a probabilidade de uma empresa realizar F&A está associada positivamente à HHI nas instituições bancárias adquirentes.

O estudo se justifica por contribuir na identificação de sinergias operacionais estarem associadas ao processo F&A, na perspectiva de aumentar a compreensão do tema e ser relevante para a área acadêmica e empresarial, ainda carente de sustentação teórica e empírica. Dessa maneira, o artigo contribui para preencher essa lacuna de pesquisa, aumentando o corpo de evidências empíricas sobre a atividade em questão, diferenciando-se por olhar na visão do banco adquirente, utilizando a metodologia logit. O tema é relevante para que o mercado conheça a associação dos resultados econômico-financeiros e a estratégia de crescimento nas F&A's; contribui também por estudar as transações de F&A que foram

realizadas no setor bancário nos últimos anos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 F&A's: Aspectos Teóricos

Segundo Souza et al. (2019), quando uma empresa decide expandir ou diversificar, existem basicamente dois caminhos possíveis: crescimento interno ou F&A. De acordo com Teplý, Stárová e Černohorský (2010), uma aquisição



Por outro lado, o processo de fusão envolve uma operação em que, uma vez realizada, uma ou ambas as entidades envolvidas deixam de existir legalmente e os acionistas da empresa incorporada obtêm a participação consentida de uma única entidade sucessora.



é definida como uma transação na qual uma empresa licitante adquire o controle acionário de outra empresa (também conhecida como empresa-alvo), mas as duas permanecem entidades juridicamente separadas. Por outro lado, o processo de fusão envolve uma operação em que, uma vez

realizada, uma ou ambas as entidades envolvidas deixam de existir legalmente e os acionistas da empresa incorporada obtêm a participação consentida de uma única entidade sucessora (Souza et al., 2019).

De acordo com Ross, Westerfield & Ross (2002), uma aquisição pode ser entendida como uma operação para identificar uma mudança permanente na estrutura societária, podendo ser estruturada como: 1. stock purchase – compra ou venda de algumas ou todas as ações e 2. asset purchase - através da venda de ativos ou passivos do complexo empresarial. Uma fusão é uma operação por meio de uma troca de ações, que pode resultar em união operacional das empresas envolvidas, das quais apenas uma permanece legal, mantendo a identidade jurídica; ou a criação de uma nova, conhecida como consolidação (Ross, Westerfield & Ross, 2002).

Scherer e Ross (1990) e Kloeckner (1994) enfatizam que outras razões podem ser derivadas dessas duas razões: 1. expansão ou internacionalização empresarial: podem ser mais vantajosas estratégica, temporal e financeiramente; 2. expectativas assimétricas: expectativas diferentes para o futuro levam os investidores a atribuir valores diferentes, desencadeando propostas de aquisição; 3. racionalidade limitada nas decisões, pois sob condições de incerteza, nem sempre tomam decisões racionais; 4. utilizar fluxos de caixa excedente, ao invés de distribuí-los na forma de dividendos; 5. motivos fiscais: utilização de créditos (prejuízos passados) em anos subsequentes; 6. oportunidades de investimento: quando o valor de mercado é inferior ao seu valor contábil; 7. busca do poder de monopólio, aumentando a concentração de mercado, reduzindo

a competitividade e a concorrência; 8. razões gerenciais: para atender aos interesses de gestores; e 9. razões financeiras, utilizando capacidade de endividamento ocioso e reduzindo custos de capital, advindos da redução dos custos de captação.

2.2 Sinergias Operacional e Rentabilidade em Processo de F&A no Setor Bancário

O setor bancário desempenha um papel importante no funcionamento do sistema econômico, principalmente devido à sua função de intermediário financeiro e a promoção de mecanismos de pagamento dentro da sociedade (Campos, Souza & Matos, 2015). Souza et al. (2019) afirma que o processo de globalização promoveu o desenvolvimento do setor mundialmente, onde as atividades bancárias deixaram de se centrar apenas nas intermediações entre depositantes e mutuários de recursos financeiros, passando também a explorar novos produtos e serviços. Franco e Camargos (2011) discutem que os bancos são considerados um caso especial em questões de concorrência por serem responsáveis pela maior parte da riqueza de muitos indivíduos e por serem mais vulneráveis a riscos sistêmicos, crises de liquidez e corridas bancárias, uma falência bancária tem custos sociais bastante elevados.

De acordo com Modro, Santos (2015) no Brasil, grandes mudanças na atividade bancária ocorreram a partir da década de 1990, mais precisamente a partir de 1994, com a criação do Plano Real. A desregulamentação do setor bancário brasileiro permitiu maior participação de bancos estrangeiros, o desenvolvimento da internacionalização dos bancos

brasileiros e a intensificação das F&A no setor. Consequentemente, os bancos brasileiros têm apresentado forte crescimento, aumentando sua relevância no cenário econômico nacional e internacional (Modro; Santos, 2015). A ocorrência frequente de F&A por parte de instituições bancárias tem afetado a consolidação acelerada do setor,

“ Para aproveitar as economias de escala e diversificar o risco, o que faz existir certa preocupação se tais operações aumentariam a eficiência dos bancos e se tais ganhos de eficiência podem ser devidos ao aumento do tamanho ou tornar os bancos mais rentáveis (...) além de se melhorar a eficiência, alterando o mix de insumos e produtos para otimizar custos e receitas.



sendo uma resposta à necessidade de os bancos se tornarem maiores, mais diversificados e oferecerem serviços

mais abrangentes para competir globalmente (Pires, 2011). Os bancos são incentivados a realizar F&A com outras instituições, bancárias e não bancárias, para aproveitar as economias de escala e diversificar o risco, o que faz existir certa preocupação se tais operações aumentariam a eficiência dos bancos e se tais ganhos de eficiência podem ser devidos ao aumento do tamanho ou tornar os bancos mais rentáveis do que eram antes da integração, além de se melhorar a eficiência, alterando o mix de insumos e produtos para otimizar custos e receitas (Souza et al., 2019).

Souza et al. (2019) explicam que uma motivação "sinérgica" se refere ao valor das firmas juntas, que deve ser maior que a soma de seus valores individuais, trazendo benefícios positivos tanto para compradores quanto para vendedores, pois a empresa-alvo não aceitará ofertas que possam custeá-las, e a empresa compradora só entrará no negócio se perceber que obterá uma vantagem no processo. Diferentes tipos de F&A podem capturar diferentes fontes de sinergia porque refletem diferentes mudanças trazidas por novas decisões operacionais, financeiras e de diversificação de riscos (Seth, 1990).

A rentabilidade é um aspecto fundamental para garantir a sua sustentabilidade e evitar impactos negativos para os credores, depositantes em particular e para a estabilidade do sistema financeiro em geral, refletindo basicamente nas decisões de gestão e qualidade da carteira, no controle das políticas do banco e o seu desempenho financeiro (Batista, 2018).

O processo de F&A, pode ser visto sob a ótica da teoria econômica neoclássica, que afirma que um novo portfólio de ativos será mais produtivo do que a soma

de suas partes. Dessa forma, ganhos sinérgicos na F&A tornam o crescimento e desenvolvimento da empresa em um caminho mais curto (Pires, 2011). Diversas teorias têm contribuído para o impacto das F&A e Weston, Siu e Johnson (2001) fornecem discussão sobre esses aspectos, onde a criação de valor utiliza cada vez mais os conceitos de eficiência e sinergia, buscando prever o valor de uma empresa após o anúncio de uma F&A. Baseada nos valores crescentes, os autores sustentam que os anúncios de F&A aumentam o valor de uma empresa, enquanto a teoria baseada nos custos de agência sustenta que o valor tende a diminuir após uma transação. Há também uma hipótese de que F&A não têm efeito sobre o valor da firma, uma vez que qualquer ganho na firma-alvo implica apenas em transferência de riqueza (Weston, Siu & Johnson, 2001). As combinações de recursos especializados das empresas envolvidas, bem como oportunidades e condicionalismos ambientais, fornecem a base para que criem sinergia (Souza et al., 2019).

2.3 Antecedentes Empíricos de F&As

Houston e Ryngaert (1994) tratam especificamente dos ganhos globais (a média ponderada dos ganhos para os adquirentes e os alvos) de uma amostra de fusões bancárias com o objetivo de examinar a percepção do mercado de ativos sobre as operações de F&A no setor bancário americano. Os autores utilizaram 153 anúncios de F&A entre os anos 1985 e 1991 nos EUA, estudando eventos e regressão multivariada (OLS). Os resultados mostram que o mercado respondeu positivamente às fusões nas quais os bancos envolvidos apresentaram uma rentabilidade (ROA) superior à média do setor. Quando um banco com

bom desempenho e lucratividade adquire um outro banco com desempenho igual ou superior, o mercado reage positivamente. O ano em que as F&As foram consolidadas influenciou na percepção do mercado, pois, quando a F&A foi realizada em anos de maior estabilidade econômica, as F&As criaram mais valor do que aquelas feitas em anos de instabilidade.

“ Quando um banco com bom desempenho e lucratividade adquire um outro banco com desempenho igual ou superior, o mercado reage positivamente. O ano em que as F&As foram consolidadas influenciou na percepção do mercado. ”

Camargos e Barbosa (2009) tiveram como objetivo avaliar se as F&As de empresas brasileiras resultaram em sinergias operacionais e criaram valor para os acionistas. Além disso, buscou-se identificar a existência de correlação entre três medidas utilizadas de criação de valor, visando justificar o seu uso como proxies alternativas do desempenho empresarial. Assim, realizou-se um estudo descritivo que utilizou os testes Wilcoxon e Rank Test para analisar 72 processos de F&As ocorridos entre o primeiro trimestre de 1996 e o último de 2004. O estudo concluiu que as F&As

resultaram nas sinergias e a maximização do valor de mercado, além da riqueza dos acionistas, com correlações significativas entre as variáveis de criação de valor.

Franco e Camargos (2011) buscaram identificar se os processos de F&As empreendidos por instituições financeiras bancárias de capital aberto brasileiras resultaram em sinergias operacionais, aumento da rentabilidade e criaram valor para os acionistas em processos ocorridos entre 1996 e 2007. Com dados secundários do tipo cross-section de 19 processos de F&As empreendidos por 7 instituições, optou-se pela comparação agregada das médias de cada métrica, por meio do teste de Wilcoxon. Os resultados evidenciaram que os bancos conseguiram gerar valor ao acionista, aumentar sua rentabilidade e obter sinergias operacionais, uma vez que todas as variáveis estimadas apresentaram melhora após o evento F&A. Entretanto, o mesmo não pode ser dito em relação aos consumidores, pois o HHI apontou forte tendência de concentração do setor, apesar de que em nenhum dos três aspectos analisados (ativos totais, depósitos bancários e operações de crédito), o mercado bancário esteja operando em uma situação de monopólio, mas, sim, em uma situação de competição monopolística.

Oliveira et al. (2017) teve como objetivo identificar os fatores determinantes para a realização de F&A envolvendo empresas brasileiras adquirentes, listadas na BM&FBOVESPA no período de 2010 a 2015. Foram analisados dados econômicos, contábeis e de mercado de 130 processos de F&As, para uma amostra de 75 empresas, divididas em dois grupos. Foram testadas 10 hipóteses por meio de um Modelo Logit de Efeitos Agrupados (GEE). Os resultados obtidos

sinalizam que os fatores determinantes para a realização de F&A foram: criação de valor para o acionista, política de dividendos e/ou recompra de ações, custo de reposição e valor de mercado e tamanho da empresa. Além disso, constatou-se que o tempo é um fator a ser observado quando da ocorrência de operações envolvendo F&A.

3. METODOLOGIA

O presente estudo classifica-se como descritivo, com abordagem quantitativa, levantamento documental, além de mensurar, avaliar e coletar dados sobre

o fenômeno de interesse e emprego de métodos econométricos para testar as pressuposições e hipóteses do estudo ex post facto (Martins & Teóphilo, 2009). A pesquisa é também do tipo cross-section, por ter um mesmo conjunto de instituições bancárias que tiveram F&As analisadas no período específico de março de 2015 a março de 2022 (dados trimestrais), sendo que nem todas as empresas adquiridas são brasileiras, mas todas as adquirentes são. A escolha do período foi determinada com o objetivo de conseguir uma grande quantidade de dados, que forneçam robustez à pesquisa e concedam embasamento quantitativo ao objetivo e problema da pesquisa. O período de estudo começa após a

recessão de 2015, que se caracterizou por um declínio na atividade econômica que se espalha para diferentes setores da economia, decorrente não apenas de uma crise de confiança dos investidores, mas também de divisões políticas. E vai até o último trimestre anterior a esta pesquisa. Os dados foram obtidos pelo software da Refinitiv® e pelo site do Bacen. Foi realizada a coleta das demonstrações financeiras, posteriormente, o tratamento dos dados. Utilizou-se de uma amostra não probabilística e intencional por acessibilidade, e as ferramentas para tratamento dos dados foram o software Microsoft Excel® e o STATA 13. Os bancos que constituem a amostra estão na Figura 1.

Banco Adquirente	Empresa adquirida	Setor do Negócios	Data Anunciada
Banco BS2 SA	Weel Bsd Fomento Mercantil Ltda	SBI	07/06/2021
Banco do Brasil SA	Indicator 2 Iot Fundo de Investimento em Participações Capital Semente	IC	12/05/2021
	BV Financeira SA Crédito Finan. e Invest.	SBI	28/05/2020
	Banco Patagonia AS – Argentina	SBI	15/06/2018
Banco ABC Brasil SA	Banco ABC Brasil SA (Aquisição de Ações de Emissão da Própria Companhia)	SBI	11/09/2017
Banco BMG SA	Granito Meios de Pagamento	SIC	13/09/2018
	Bossa Nova Investimentos e Administração SA	SBI	23/03/2017
	Undisclosed Brazilian Subsidiary	SBI	27/02/2015
Itaú Unibanco Holding SA	Paigo – Uruguai	SIC	15/03/2022
	Resonance Uruguay SA- Uruguai	SIC	15/03/2022
	Asset1 Investimentos Ltda	SBI	25/02/2021
	Providencia SA de Seguros -Paraguai	Seguro	17/11/2020
	Verbank Securities Casa de Bolsa SA – Paraguai	SBI	22/07/2020
	CGB III SA – Chile	SBI	15/09/2017
	Itaú Unibanco Holding SA	SBI	25/05/2017
XP Inc	SBI	11/05/2017	

Itaú Unibanco SA	Econstar SA – Uruguai	SBI	14/03/2022
	Ideal Corretora de Títulos e Valores Mobiliários SA	SBI	13/01/2022
	Guaimbe Solar Holding SA	SBI	05/01/2022
	Guaimbe Solar Holding SA	SBI	17/03/2021
	Novo Estado Participações SA	SBI	01/09/2020
	Pravaler as	SBI	30/05/2019
	Energisa Participações Minoritárias SA	SBI	21/12/2018
	XP Holding Investimentos SA	SBI	11/05/2017
	XP Holding Investimentos SA	SBI	10/05/2017
	Banco Itaú BMG Consignado S A	SBI	29/09/2016
	Banco BTG Pactual SA-Non Performing Loans Portfolio	SBI	31/12/2015
	Banco Bradesco SA	DinDin Soluções Financeiras SA	SIC
Banco C6 SA		SBI	11/04/2020
BAC Florida Bank,Coral Gables,FL - Estados Unidos		SBI	06/05/2019
Banco BTG Pactual SA-Large Cap Credit Portfolio		SBI	04/12/2015
HSBC Bank Brasil SA Banco Múltiplo, HSBC Serviços e Participações Ltda		SBI	03/08/2015
Banco Cooperativo do Brasil SA	Cabal Brasil Ltda	SBI	31/03/2020
Banco Daycoval SA	Banco Citibank SA-Small & Medium Cap Credit Portfolio	SBI	28/10/2016
Banco Indusval SA	Cripton Comercializadora de Energia Ltda	SBI	13/01/2020
Banco Inter SA	BMG Granito Soluções em Pag.	SIC	17/11/2020
	Banco Inter SA	SBI	12/03/2020
	Matriz Participações SA	SBI	06/11/2019
Banco Modal SA	W2D Tecnologia e Soluções Ltda	Seguro	01/12/2021
	Live On Meios de Pagamento SA	SIC	06/10/2021
	Nova Capital Agente Autônomo de Investimentos SA Ltda	SBI	23/06/2021
	Elbrus Agentes Autônomos de Investimentos SA Ltda	SBI	23/06/2021
	Valore Investimentos Agente Autônomo de Investimentos SA	SBI	23/06/2021
	Eleven Serviços de Consultoria e Análise SA	SBI	07/02/2021

Banco Smartbank SA	Iouu Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda	SBI	20/04/2021
Banco Pan SA	Mosaico Tecnologia ao Consumidor SA	SBI	03/10/2021
Banco Santander (Brasil) SA	Banco Ole Bonsucesso Consignado SA	SBI	14/03/2019
	Santander SA Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros	Seguro	22/11/2017
	Super Pagamentos e Adm. de Meios Eletrônicos SA	SBI	14/03/2016
	Banco PSA Finance Brasil SA	SBI	24/07/2015
	PSA Finance Arrendamento Mercantil SA	SBI	24/07/2015
	P S A Corretora de Seguros Ltda	Seguro	24/07/2015
Grupo Safra SA	Ole Holdco Luxembourg SCSp - Luxemburgo	SBI	21/07/2021
	Bank Hapoalim BM-Banking Business - Suíça	SBI	03/10/2017
Banco Votorantim SA	Trademaster Serviços e Participações SA	SBI	24/02/2021
	EM2104 Participações LTDA	SBI	11/04/2020

SBI= Serviços bancários e de investimento; SIC= Serviços Industriais e Comerciais; IC= Investimentos Coletivos.

Figura 1. Bancos componentes da amostra do estudo

Fonte: Elaborada pelos autores.

3.1 Definição das variáveis da pesquisa

As variáveis de interesse escolhidas para mensurar a sinergia e rentabilidade

são: retorno sobre o patrimônio líquido, retorno sobre o ativo, valor econômico agregado, margem bruta, margem operacional e margem líquida. As variáveis de controle de determinantes

internos são: tamanho, capital, risco, liquidez a e custos. Além disso, a variável controle de concentração do setor é medida por meio do HHI. A Figura 2 apresenta a cada variável:

Métrica	Sigla	Fórmula	Interpretação Teórica	Fonte
Retorno sobre o Ativo	ROA	LL / AT	Expressa a eficiência global da empresa na geração de lucros por meio de sua estrutura de ativos.	Franco e Camargos (2011); Camargos e Barbosa (2010); Viglioni et al. (2018).
Retorno sobre o PL	ROE	LL / PL	Reflete o retorno gerado pela empresa relativo ao capital investido pelos acionistas.	Franco e Camargos (2011); Camargos e Barbosa (2010); Viglioni et al. (2018).

Valor econômico agregado	EVA	$LL - (PL \times CDI)$	Mede a performance depois de descontado o seu custo de capital. Quanto criou ou destruiu de valor para seus acionistas.	Viglioni et al. (2018); Oliveira et al. (2017)
Margem Bruta	MB	Lucro Bruto / RL	Indica se tiveram economias de escala.	Camargos e Barbosa (2010); Franco e Camargos (2011).
Margem Líquida	ML	LL / RL	Sinaliza se melhorou a eficiência, aumentando o % do lucro líquido em relação à receita.	Camargos e Barbosa (2010); Franco e Camargos (2011).
Margem Operacional	MO	Lucro Operacional / RL	Sinaliza se apresentou economia de escala com o maior porte.	Camargos e Barbosa (2010); Franco e Camargos (2011).
Tamanho da Empresa	TA	Ln do Ativo Total	Avalia como o tamanho do banco influencia a eficiência das instituições financeiras.	Camargos e Barbosa (2010); Viglioni et al. (2018); Oliveira et al. (2017).
Capital	CA	Capital próprio / AT	Avalia a solidez financeira.	Nunes (2011); Athanasoglou et al. (2004).
Risco de Crédito	RC	PPE / Empréstimos Totais	Implica em mudanças na sua solidez financeira.	Nunes (2011); Athanasoglou et al. (2004).
Liquidez	L	Empréstimos Totais / AT	Avalia como está a velocidade de transformar o ativo em dinheiro.	Nunes (2011); Athanasoglou et al. (2004).
Custos	C	Custos Operacionais / AT	Avalia a eficiência em relação ao desempenho.	Nunes (2011); Athanasoglou et al. (2004).
Herfindahl-Hirschman Index	HHI	$\sum_{i=1}^n S_i^2$	Mede o nível de concentração de um mercado. Market Share = Receita / Receita total das empresas do setor	Novickytė e Pedroja (2014); Franco e Camargos (2011); Nunes (2011).

CDI: taxa livre de risco; LL: lucro líquido; PL: patrimônio líquido; RL: receita líquida; VMAO: valor de mercado de ações ordinárias; AT: ativo total; PPE: provisão para perdas de empréstimo.

Figura 2. Síntese das variáveis da amostra do estudo

Fonte: Elaborada pelos autores.

3.2 Modelos econométricos - Regressão logística

Para identificar-se com as operações de F&A, as empresas criam sinergias e rentabilidade será necessário trabalhar com modelos para variáveis discretas, ou seja, aqueles que utilizam variáveis qualitativas como variável dependente, como o de regressão logística, ou modelo logit binário – técnica estatística utilizada para descrever o comportamento

existente entre uma variável dependente binária, ou dicotômica, e variáveis independentes, podendo essas últimas serem métricas ou não (Fávero et al., 2009). Dessa forma, nos anos em que foi identificada a realização de F&A, atribuiu-se o valor 1 (um); em contrapartida, para os demais anos e para as empresas que não realizaram F&A atribuiu-se valor 0 (zero). Trabalhando com o modelo de regressão balanceado, segundo Gujarati (2011), este modelo permite

estimar a probabilidade de ocorrência e identificar as variáveis independentes que contribuem para a sua predição, não exigindo a suposição da normalidade das variáveis independentes. Dessa maneira, foi necessário realizar o teste Likelihood-ratio para verificar a aplicação do modelo Pooled Ordinary Least Squares (POLS) como hipótese nula e, por outro lado, a aplicação de painel como hipótese alternativa. Assim, o modelo está representado na **Equação 1**:

$$L_{i,t} = \ln\left(\frac{P_i}{(1-P_i)}\right) = \beta_0 + \beta_1 ROA_{it} + \beta_2 ROE_{it} + \beta_3 EVA_{it} + \beta_4 MB_{it} + \beta_5 MO_{it} + \beta_6 ML_{it} + \beta_7 TA_{it} + \beta_8 CA_{it} + \beta_9 RC_{it} + \beta_{10} L_{it} + \beta_{11} C_{it} + \beta_{12} HHI_{it} + u_{it} \quad (1)$$

Em que:

$\ln(P_{i,t}/(1-P_{i,t}))$ = Sendo que $P_{i,t}=1$ se as empresas realizaram processo de F&A e, ao contrário, $1-P_{i,t}=0$ se as companhias não realizaram processo de F&A.

$i = 1, \dots, N$ empresas bancárias listadas na figura 1;

$t = 1, \dots, T$ períodos anuais de 1/2016 a 2/2022;

β_0 : intercepto do modelo;

ROA: Retorno sobre o Ativo;

ROE: Retorno sobre o patrimônio líquido;

EVA: Valor econômico agregado;

ML: Margem Líquida;

MB: Margem Bruta;

MO: Margem Operacional;

TA: tamanho ativo total;

CA: Capital;

RC: Risco de Crédito;

L: Liquidez;

C: Custos;

HHI: Herfindahl-Hirschman Index;

u_{it} : Termo de erro que varia com as unidades e com o tempo.

Posteriormente, medidas de ajustes e análises são fundamentais para interpretação adequada dos resultados almejados. Analisou a existência de problemas de multicolinearidade, através do uso do Variance Inflation Factor (VIF). Para Hair et al. (2009), valores acima de 10 podem indicar sérios problemas de multicolinearidade. Testou-se também a aderência do modelo com o teste de Hosmer e Lemeshow, que testa a hipótese de que os dados observados são significativamente diferentes dos valores previstos pelo modelo (Fávero et al., 2009). E, por último, a medida de especificidade refere-se ao percentual de acerto, considerando somente as observações que não são evento. No caso da curva Receiver Operating Characteristic (ROC), utilizada para a análise dos modelos, seu gráfico demonstra a variação da sensibilidade

em função de 1-especificidade, ou seja, o comportamento do trade-off entre a sensibilidade e especificidade. O modelo escolhido deve ser aquele que apresenta a maior área abaixo da curva ROC, visto que essa apresenta maior eficiência global de previsão (Fávero & Belfiore, 2017).

4. RESULTADOS

Inicialmente foi realizado o teste VIF, concluindo-se que a regressão é sensível aos problemas de multicolinearidade através das variáveis MB, MO e ML. Então analisou-se a matriz de correlação das variáveis e percebeu que apenas a ML tem baixa correlação, optando-se por excluir do modelo as variáveis MB e MO, de forma que as demais variáveis assim apresentaram valores de VIF aceitáveis, podendo-se estimar o modelo com confiança.

Estimado então o modelo, observa-se que o teste LR apresentou a hipótese nula de que todos os coeficientes estimados são conjuntamente iguais a zero obtendo-se $\text{Prob} > \chi^2 = 0,0000$, rejeitando-se

H0 e evidenciando que é passível de ser analisado o modelo. A partir de então, realizou-se a análise do efeito marginal, obtendo uma probabilidade média de ocorrência de F&A de 0,09204211, ou seja, 9,20%. Também, mostra que é possível verificar o efeito de uma variação unitária explicativa sobre a probabilidade de ocorrência do evento F&A. Logo, podemos destacar as variáveis explicativas que tiveram significância estatística na análise do efeito marginal são: i. para cada aumento de uma unidade no tamanho, a probabilidade

de F&A aumenta em aproximadamente 3,31%; ii) para cada aumento de uma unidade no capital, a probabilidade de F&A aumenta em aproximadamente 35,13%; e iii) para cada diminuição de uma unidade no liquidez, a probabilidade de F&A diminui em aproximadamente 31,59 %.

Realizou-se uma inspeção dos dados, e o resultado evidenciou que existem 454 dados que não sofreram processo de F&A e 68 que sofreram, sendo um total de 522 observações (18 empresas

em 29 trimestres). Assim, a proporção da amostra equivalente ao processo de F&A é obtida a partir divisão $68/522 = 13\%$. Conforme Fávero e Belfiori (2017) uma das maneiras de analisar o valor preditivo do modelo é utilizar a tabela de classificação. Os valores acima deste ponto de corte indicam a presença do evento de interesse, e os valores situados abaixo indicam a ausência. Assim seria possível comparar a classificação prevista versus a observada, com a finalidade de se organizar as saídas do modelo e viabilizar a interpretação dos dados.

Processo de F&A	Classificação pelo modelo		Percentual parcial de classificação correta do modelo
	F&A (Y=1)	F&A (Y=0)	
FeA (Y=1)	38	22	38 / 60 = 63,33%
FeA (Y=0)	127	296	296/423 = 69,98%
Percentual total de classificação correta do modelo			334/483 = 69,15%

Figura 3. Síntese das variáveis da amostra do estudo
Fonte: Elaborada pelos autores.

A partir dos resultados da matriz de classificação, verificou-se um bom ajustamento geral do modelo, porém não apresentou sensibilidade adequada. Então, foi realizada uma alteração no ponto de corte (cutoff) de 0,5 para 0,13, reduzindo o ajustamento geral do modelo de 87,58% para 69,15%. Observou-se aumento da sensibilidade de 0% para 63,33%, o que representa que dos 60 dados informados como 1 na base, captou 63,33%. Ou seja, das 60 empresas em processo de F&A, 38 foram captadas, acerto de 63,33%. Já sobre a especificidade, evidencia uma redução de 100% para 69,98%, ou seja, 423 dos dados informados como 0. Ou seja, das 423 empresas sem F&A, 296 foram captadas, o que indica 69,98% de acerto.

A partir do estabelecimento do ponto de corte e ajuste foi possível construir a curva ROC, no qual quanto maior a área entre a curva e a reta diagonal maior é a capacidade de discriminar os grupos de empresas que sofreram F&A e as que não sofreram F&A. Verifica-se, que a sensibilidade é representada no eixo Y e a especificidade no eixo X. Considerando que se a curva apresentar angulação diferente de 45°, tem um alto valor

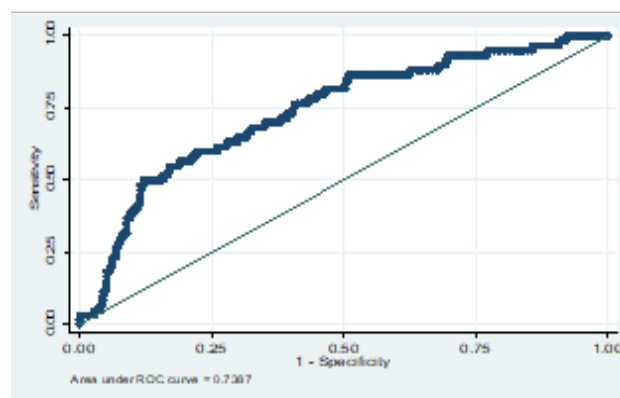


Gráfico 1- Curva ROC
Fonte: Dados da pesquisa.

preditivo, visto que a curva apresenta alta concavidade. O modelo estimado apresentou 73,87% de capacidade preditiva, conforme destacado no Gráfico 2, o que apresenta uma referência de discriminação aceitável.

O teste Hosmer-Lemeshou avaliou se há diferenças significativas entre frequências observadas e as amostras observadas, a partir da estratificação dos valores das observações e faixas. Evidenciando que se aceita a hipótese nula do teste, podendo ser considerado bem ajustado e apresentar bom ajuste, assim como

também evidenciado a partir da Curva ROC quanto ao poder preditivo. Através do teste Likelihood-ratio, verificou-se que se trata de dados em painel no modelo de pooled, pois se aceitou a hipótese nula, que verificava a aplicação do modelo pooled (H0) versus o estimador em painel (Ha). Outra observação analisada, foi

o valor do rho, no qual foi diferente de zero, logo pode-se inferir que a variância no painel é importante, e o estimador em painel é diferente do estimador do modelo pooled. Então, a partir da análise dos resultados encontrados no efeito marginal, após a estimação do modelo pooled, temos:

Variável Dependente	Variáveis Explanatórias	Hipótese	β	EP. (β)	p-value
F&A	ROA	H1	0.430048	259.239	0.868
	ROE	H1	-0.20612	0.22997	0.370
	EVA	H1	-1.16E-12	0.0000	0.841
	ML	H1	-0.00034	0.04892	0.995
	TA	H2	0.033111	0.01063	0.002***
	CA	H2	0.351269	0.17357	0.043**
	Risco	H2	0.000611	0.0035	0.861
	Liquidez	H2	-0.31586	0.09385	0.001***
	Custos	H2	0.00124	0.03121	0.968
	HHI	H3	0.090681	0.27148	0.738

Figura 4. . Modelo efeito marginal

Legenda. *, **, *** = significância a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaborados pela autora.

De acordo com os resultados do efeito marginal, se rejeita a hipótese H1 investigada, porque a probabilidade de uma empresa realizar F&As não está associada significativamente à sinergia operacionais e rentabilidade. Os resultados das variáveis (ROA, ROE, ML) não corroboram a literatura estudada por Franco e Camargos (2011) e Camargos e Barbosa (2010), que concluíram que as instituições financeiras bancárias que adotaram a estratégia de F&A conseguiram aumentar sua rentabilidade e obtiveram sinergias, uma vez que todas as variáveis estimadas apresentaram melhora após consolidação do evento. Os resultados das variáveis ROA, ROE e

EVA também não corroboram o estudo de Viglioni et al. (2018), que encontra significância estatística entre as variáveis de rentabilidade, tendo sinal negativo para as três variáveis. Os resultados para a variável de EVA, também contradizem o estudo de Oliveira et al. (2017). Esses autores afirmam que empresas com maior potencial de criação de valor, provavelmente apresentaram melhor gestão e são mais propensas a realizar F&A. Os resultados contrastam com estudos anteriores, o que pode ser explicado, conforme Batista et al. (2014) concluiu, que nem todos os eventos de F&A afetam a rentabilidade de uma empresa.

Tratando-se das variáveis de determinantes internos, que passaram por processos de F&As, a hipótese H2 é parcialmente aceitável, pois as variáveis de tamanho, capital e liquidez estão associadas significativamente, mais as variáveis de risco de crédito e custo não são significativas. Destaca-se que apenas o tamanho e capital deixam a hipótese parcialmente aceitas, pois só elas são positivamente associadas a probabilidade de uma empresa realizar F&A. A variável de liquidez tem probabilidade negativa de ocorrência.

Os resultados da variável de tamanho corroboram a literatura estudada de

Oliveira et al. (2017) e Viglioni et al. (2018), ou seja, empresas maiores são mais propensas a realizarem F&As. Camargos e Barbosa (2010) explicaram que o aumento dos lucros poderia ser compensado pelo tamanho da empresa, ou seja, aumento do tamanho proporciona sinergias operacionais e gerenciais, sem, entretanto, levar à melhora da rentabilidade das empresas envolvidas. Uma explicação para isso é que o possível aumento na rentabilidade da empresa foi compensado pelo aumento do valor do AT, do PL e das dívidas para financiá-las. O estudo de Nunes (2011) e Athanasoglou et al. (2004) investigaram os determinantes internos, mas com objetivo de medir o desempenho dos bancos, porém analisando que o desempenho gera benefícios, é positivo a F&A. Pode-se dizer que os estudos corroboram com a variável de capital, pois ela também foi significativa positiva, ou seja, um nível elevado de capital é fundamental no processo porque fortalece os bancos. E os estudos não corroboram os resultados para a liquidez para o risco de crédito e custos.

Por fim, analisando a variável de HHI, rejeita-se a hipótese H3, porque a probabilidade de uma empresa realizar F&A não está associada significativamente à concentração de mercado, resultado que corrobora o estudo de Novickytyj e Pedroja (2014), em que a operação não teve um efeito significativo, e não corrobora Nunes (2011), que teve uma relação com a performance bancária. No entanto, os resultados não são estáveis. Franco e Camargos (2011) investigaram a concentração, de modo complementar, buscando tendência de concentração advinda das frequentes operações de F&A, em que estão em uma situação de competição monopolística, mas pode chegar a um monopólio. Um mercado

operando com a presença de monopólio é menos eficiente do que um mercado operando em concorrência perfeita, o que pode deixar a não significância da hipótese ser algo vantajoso na visão da concentração de mercado.



(...) o aumento do tamanho e do capital da empresa pode gerar chance de ocorrência de F&A, pois quanto maior o valor de ativo total e do percentual de capital próprio, maior a chance de as empresas adquirirem e fazerem operações que gerem maiores benefícios e criem sinergias operacionais e aumento da rentabilidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que F&A é uma estratégia empregada regularmente pelas empresas e dadas as lacunas observadas na literatura, o objetivo deste estudo foi identificar como a probabilidade de aumento na rentabilidade, por meio de sinergia, podem influenciar a tomada de decisão sobre os processos de F&As

empreendidos por instituições bancárias adquirentes, em processos ocorridos entre o primeiro trimestre de 2016 e o segundo trimestre de 2022. Além disso, fez-se uma análise dos bancos, medindo os seus determinantes internos e sua concentração por meio do HHI – Herfindahl-Hirschman Index.

A priori, o modelo logit apresentou um resultado adequado após o tratamento das variáveis com multicolinearidade. O modelo final de regressão logística, haja vista a forma como a amostra foi selecionada, circunscritos à população estudada se limitar a bancos brasileiros, demonstrou que sinergia e rentabilidade não são significativas para F&A neste setor. Sendo assim, a partir da análise dos resultados encontrados no efeito marginal, rejeitaram-se as hipóteses H1 e H3 e aceitou parcial a hipótese H2, devido apenas ao fato de o tamanho e o capital serem associados significativamente positivos à probabilidade de uma empresa realizar F&A. Em síntese, os resultados obtidos nesta pesquisa permitem concluir que as variáveis sinergia, rentabilidade, risco, custo e HHI não são associadas à probabilidade do processo de F&A nos trimestres analisados. Ou seja, respondendo à questão de pesquisa, as empresas adquirentes não realizam as operações de F&A a partir da associação probabilística de criar sinergia, rentabilidade, o aumento na rentabilidade, por meio de sinergia, não influencia a tomada de decisão sobre as F&A, resultado que contribui para a lacuna no incipiente arcabouço teórico, propondo uma abordagem diferente das demais para se entender essa estratégia empresarial.

Os resultados significantes obtidos na pesquisa permitem concluir que, nas instituições bancárias analisadas, o aumento do tamanho e do capital da

empresa pode gerar chance de ocorrência de F&A, pois quanto maior o valor de ativo total e do percentual de capital próprio, maior a chance de as empresas adquirirem e fazerem operações que gerem maiores benefícios e criem sinergias operacionais e aumento da rentabilidade. Pode-se também concluir que, com diminuição da unidade de liquidez, a probabilidade de F&A diminui, uma vez que menor a sua liquidação menor valor para se investir em operações de F&A. Quanto melhor o valor dos seus ativos e maior sua disponibilidade própria de caixa, maior seu poder aquisitivo para a ocorrência do processo F&A. E, quanto maior a possibilidade de F&A, maior sua expansão geográfica, economias de escala e possibilidade de melhor retorno e sinergia as empresas.

Em síntese, por não se ter encontrado significância estatística, não se pode concluir que sinergias operacionais e rentabilidade criam aumento ou diminuição da probabilidade de F&A nas instituições bancárias. Entre as limitações do estudo, encontra-se o fato de serem analisadas apenas operações de curto prazo (trimestral de 2016 a 2022). Desse modo, eventos de F&A que poderiam ter causado uma mudança na rentabilidade das empresas bancárias em longo prazo não foram captados. Somando esse fato ao caráter probabilístico da metodologia aplicada, essas questões podem ter proporcionado um viés aos resultados.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação da amostra de pesquisa e das variáveis, a replicação para empresas nacionais e internacionais, com intuito de verificar também os determinantes externos no processo, se eles são influenciados pelas características econômicas, sociais e culturais de cada país. Realizar o estudo para as empresas adquiridas ou utilização de abordagem

quantitativa e qualitativa, em forma de estudo múltiplo de casos, também pode ser uma pesquisa futura, no intuito de identificar e confrontar os resultados sobre sinergia e rentabilidade em F&A.

REFERÊNCIAS

- Athanasoglou, P.P., Brissimis, N.S., (2004) The effect of mergers and acquisitions on bank efficiency in Greece. *Bank of Greece Economic Bulletin* 22, 7-34.
- Batista, C. N.; Pessanha, G. R. G.; Gonçalves, L. R.; Nogueira, L. R. T.; Candido, M. S. (2014). Impactos das fusões e aquisições na rentabilidade das empresas adquirentes: uma análise do setor de tecnologia da informação brasileiro no período de 1994 a 2013. *Anais dos Seminários em Administração, SemeAd, XVII, São Paulo.*
- Camargos, M. A. de; Barbosa, F. V. (2009) O RAE. *São Paulo* • v. 49 • n.2 • abr./jun. 2009 • 206-220.
- Camargos, M. A. de; Barbosa, F. V. (2010) Fusões e Aquisições de Empresas Brasileiras: Sinergias Operacionais, Gerenciais e Rentabilidade RAE. *Revista Contabilidade Vista & Revista, ISSN 0103-734X, UFMG, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 69-99, jan./mar.*
- Camargos, M. A., de & Camargos, M. C. S. (2011) Análise da produção científica sobre fusões e aquisições na literatura nacional, 1994 a 2010. In: *EnANPAD. Rio de Janeiro.*
- Campos, K., Souza, M. M., & Matos, L. D. S. (2015) Impacto da crise econômica do crédito nos indicadores de desempenho dos maiores bancos brasileiros: uma análise entre os anos de 2005 a 2012. *REUNIR: Revista de Adm., Contabilidade e Sustentabilidade*, 5(2).
- Dutordoir, M.; Roosenboom, P.; Vasconcelos, M. (2014) Synergy disclosures in mergers and acquisitions, *International Review of Financial Analysis* 31: 88–100.
- Famá, R.; Barros, L. A. (2000) Q de Tobin e seu uso em finanças: aspectos metodológicos e conceituais. *Caderno de Pesquisas em Adm. USP, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 27-43, out./dez.*
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017) Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada Excel, SPSS e Stata. In Elsevier (Red), Elsevier (1st ed).
- Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. L. da, & Chan, B. L. (2009) Regressão logística e regressão logística multinomial. In *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões* (bll 439–465). Elsevier.
- Field, A. (2009) *Descobrimo a estatística usando o SPSS. Porto Alegre: Artmed*
- Franco, P. M.; Camargos, M. A. de (2011) Fusões e Aquisições no Setor Bancário Brasileiro: Criação de Valor, Rentabilidade, Sinergias Operacionais e Grau de Concentração. *XXXV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro.*
- Gujarati, D. (2011) *Econometria básica. 5. ed., Rio de Janeiro: Elsevier.*
- Hair JR., J. F. J., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009) *Análise multivariada de dados. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman.*
- Hitt, M. A.; King, D.; Krishnan, H.; Makri, M.; Schijven, M. (2012) Creating value through mergers and acquisitions: challenges and opportunities, in Faulkner, D.; Teerikangas, S.; Richard J. J.. *The Handbook of Mergers and Acquisitions. Oxford University Press.*
- Houston, J. F., & Ryngaert, M. D. (1994) The overall gains from large bank mergers. *Journal of Banking & Finance*, 18(6), 1155-1176.
- Kloeckner, G. O. (1994) Fusões e aquisições: motivos e evidência empírica. *Revista de Administração, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 42-58, jan. / mar.*
- Lindenberger, E. B.; Ross, S. A.

(1981) Tobin's q ratio and industrial organization. *Journal of Business*, v. 54, n. 1, Jan.

Modro, W. M., & dos Santos, J. O. (2015) A relação entre o retorno das ações ordinárias, métricas de desempenho e fatores econômicos: um estudo dos três principais bancos brasileiros entre 2001 e 2010. *Revista Administração em Diálogo-RAD*, 17(3), 33-58.

Novickyty, L. e Pedroja, G. (2014) Banking consolidation as value creation to the buyer and the financial system (case of lithuania). *Journal of Security and Sustainability online* Volume 4(2): 159–173 [http://dx.doi.org/10.9770/jssi.2014.4.2\(5\)](http://dx.doi.org/10.9770/jssi.2014.4.2(5)).

Nunes, T.; Menezes, G.; Dias Júnior, P. (2013) Reavaliação da Rentabilidade do Setor Bancário Brasileiro: Uma Abordagem em Dados em Painel (2000-2012). XVI Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC Sul.

Oliveira, N. G. de; Pinheiro, L. E. T.; Pinheiro, J. L.; Camargos, M. A. de (2017) Fusões e Aquisições de Companhias Brasileiras: Um Estudo dos Fatores

Determinantes Sob a Ótica da Empresa Adquirente. EnANPAD 2017 SP

Pires, M. G. (2011) A integração pós-fusão dos sistemas e da tecnologia da informação nas fusões e aquisições em instituições bancárias (Tese de Doutorado, Universidade de SP).

Porter, D. C., & Gujarati, D. N. (2011) *Econometria Básica* (5 ed.). AMGH Editora Ltda.

Ross, S. A.; Westerfield, R. W.; Jaffe, J. F. (2002) *Administração financeira. Corporate finance*. São Paulo: Atlas, 2. ed. 776 p.

Scherer, F. M; Ross, D. (1990) *Industrial market structure and economic performance*. 3rd ed. Boston: Houghton Mifflin Company, 713 p.

Seth, A. (1990). Sources of value creation in acquisitions: an empirical investigation. *Strategic Management Journal*, 11(6), 431-446.

Silva, C. A. T.; Moraes, M. C. (2006) Concentração do setor financeiro brasileiro após o Plano Real. In: Congresso USP controladoria e contabilidade, 6., São Paulo.

Sood, A.; Ahluwalia, V. (2009) Mergers and Acquisitions in the Banking Sector: an Appraisal, *The Icfai University Journal of Banking Law* 7(1): 20–36.

Souza, J. A.; Vasques, M. O. S.; Mendonça, D. J. (2019) Fusões e aquisições no setor bancário e os determinantes da criação de valor: análise bibliográfica a Partir da web of science. *Revista contribuciones a la Economía*. ISSN: 1696-8360.

Teplý, P., Starova, H., & Černohorský, J. (2010) Value creation of european bank mergers and acquisitions in the 1998–2007 period. *Journal of Economics*, 58(5), 458-470.

Viglioni, M. T. D.; Carvalho, F. de M.; Benedicto, G. C. de; Prado, J. W. do (2018) Indicadores Econômico-Financeiros Determinantes de Fusões e Aquisições: um Estudo na Indústria de Tecnologia no Brasil. *Revista Cont., Gestão e Governança* 21(3), 420-438.

Weston, J. F., Siu, J. A., & Johnson, B. A. (2001) *Takeovers, restructuring & corporate governance*. Prentice Hall, New Jersey.



Gabrielly Mendes Costa

Mestranda em Controladoria e Contabilidade com ênfase em Controladoria e Finanças na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Especialista em Contabilidade e Controladoria com ênfase em Auditoria pela UFMG e em Gestão de Finanças e Controladoria pela FACUMINAS; Graduada em Ciências Contábeis pela PUC-MINAS.

Juliano Lima Pinheiro

Professor Adjunto na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Doutor e Mestre em Mercado de Capitais pela Universidade de Zaragoza, Especialista em Administração Financeira pela Fundação João Pinheiro e MBA Executivo em Finanças pelo Ibmec; Graduado em Administração de Empresas pela FCG/UNA.





O método genealógico de Michel Foucault, a sustentabilidade e a contabilidade

Thiago Vargas Maldonado

Nasci no interior do Estado de Mato Grosso, na cidade de Juína, a 720 km da capital, onde realizei o primário escolar. Por volta dos 7 anos de idade, meus pais resolveram então se mudar para a capital e foi onde realizei todo o meu ensino fundamental entre instituições particulares e públicas. O ensino médio foi bastante conturbado e acabei por interromper os meus estudos durante algum tempo, vindo a me formar através do sistema de ensino de jovens e adultos (EJA), no final de 2009. Neste mesmo ano, prestei vestibular para o curso de Ciências Contábeis na Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

para o campus de Tangará da Serra, a 260 Km de Cuiabá, instituição onde iniciei minha graduação em março de 2010.

Meu processo de formação durante a graduação foi sem dúvida um importante divisor de águas na minha vida, somente no segundo ano do curso consegui uma vaga de emprego na área contábil, no setor de contabilidade de uma empresa de médio porte da região. Este na verdade foi meu primeiro emprego formal (até então autônomo) e foi bastante importante para o estranhamento em relação às perspectivas teórica vs. prática e,

também, para a compreensão de como fazia sentido o embasamento que eu estava tendo durante o curso frente aos desafios enfrentados na prática.

Foi durante o meu processo de formação que a docência e a pesquisa me chamaram atenção como carreira e, neste ponto, devo muito aos incentivos de alguns professores muito importantes tanto na formação e incentivo à carreira acadêmica, quanto no exemplo de profissionais, entre eles cito os professores Cleci Grzebieluckas, Cleiton Franco, Karine Medeiros Anunciato, Luciênio Rosa e Silva Jr e Magno Alves Ribeiro.

Terminei minha graduação ao final de 2013, recebendo a honra de aluno laureado da turma, e com a defesa do meu trabalho de conclusão de curso intitulado “Relações de poder e gênero no ambiente contábil: um olhar sobre as representações sociais das gestoras de escritórios de contabilidade de Tangará da Serra-MT e delegadas do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso”, que discutiu as relações de gênero e as relações de poder no ambiente em questão. Em seguida, iniciei um MBA em auditoria, controladoria e finanças e, em março de 2014, ingressei como professor substituto por meio de um processo seletivo simplificado na própria Unemat, onde fiquei até o final de 2015. Foi uma adrenalina muito grande ingressar a carreira de docente, e agradeço em especial à professora Fabiana P. L. Lancelotti de Oliveira (que naquele momento era a coordenadora do curso de Ciências Contábeis) pela paciência e ajuda neste período, que foi decisivo para consolidar em mim a certeza da carreira docente, a qual eu tinha consciência do longo caminho em ensino e pesquisa que ainda teria pela frente.

Foi então que em 2015, convicto, resolvi me preparar para o próximo passo, o mestrado. Neste período de docência, já havia produzido e publicado em eventos algumas pesquisas e, ciente das limitações regionais em termos de oferta de cursos *stricto sensu*, precisei então programar toda a minha vida para uma mudança mais radical. Passei a analisar os programas de pós-graduação (PPG) com oferta de mestrados acadêmicos no Brasil, avaliando os potenciais programas

“**Defendi em 2022 a tese de doutorado intitulada “Discursos relacionados a sustentabilidade pelos pesquisadores de formação contábil: uma abordagem a partir de Michel Foucault, que interroga como a contabilidade e os discursos de sustentabilidade produzidos na área fomentam um maquinário de biopoder, que transpassa os corpos e marginalizam os que se desviam do padrão esperado.**”

que abrangeriam meu interesse de pesquisa em sustentabilidade. Acabei optando por realizar o processo seletivo do PPG em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná, o qual para minha surpresa, terminei o processo seletivo aprovado em primeiro lugar.

Em 2016 iniciei o mestrado sob a orientação do prof. Luiz Panhoca, que sem dúvida é o grande responsável por minha formação, tanto acadêmica quanto humana. Sempre digo aos que pretendem ingressar nessa carreira que a relação orientador-orientado é mais importante, se não houver conexão é muito difícil produzir conhecimento. O mestrado, apesar de bastante rápido, produz um grande salto em termos de exigência em estudos, e foi uma época de muito aprendizado e novos horizontes.

Em novembro de 2016, fui, por meio do laboratório de pesquisa dirigido pelo prof. Panhoca e pelo convite do prof. Christian, fazer algumas aulas de epistemologia da sustentabilidade na Universidad Austral de Chile, em Valdivia, Chile. Na mesma ocasião, tive a oportunidade de conhecer o projeto da referida universidade nas comunidades Mapuches da região, além de participar do congresso transdisciplinar que ocorreu nesse interim.

Em 2017, findadas as disciplinas chegara o momento da produção da dissertação. Em contato com pesquisadores do Laboratório de Estudos do Futuro da Universidade de Turku na Finlândia, surgia um interesse de parceria. Para isto conhecemos então uma modelagem para análise de metabolismos criados neste laboratório em parceria com diversas instituições por toda a Europa, onde nos concentramos em uma específica chamada *Multi-scale integrated analysis of societal and ecosystem metabolism (MuSIASEM)*. A partir de uma lacuna sobre a aplicabilidade do modelo em micronarrativas, resolvemos aplicá-

lo na cadeia produtiva da Castanha da Amazônia (também conhecida como Castanha do Pará ou Castanha do Brasil). Para realizar a pesquisa, foi necessário ir a campo, em uma cooperativa localizada em uma reserva extrativista no Município de Juruena/MT, onde, com muito esforço, tendo em vista à falta de financiamento para pesquisas no Brasil, realizamos a coleta de dados, que produziu indicadores interessantes e apontou alguns desafios ao modelo Europeu – a posterior rendeu duas publicações qualis A1 para o programa.

Ainda em 2017, durante o processo de escrita da dissertação, surge uma nova oportunidade: o processo seletivo para o doutorado. A dissertação foi defendida em fevereiro de 2018 e em março já se iniciavam as aulas do doutorado, que segui sendo orientado pelo professor Panhoca. Em 2018, foi o momento de voltar as salas de aula, quando fui convidado a ingressar o corpo docente da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Paraná onde

lecionei e fui coordenador do curso de Ciências Contábeis (2019) até o final de 2020. Concomitantemente, em setembro de 2018, também convidado, ingressei o corpo docente da Fapar/FAC (Faculdades Paranaenses) até agosto de 2022, ao qual agradeço à prof. Cibeli Duarte e aos alunos da instituição a confiança e levo com muito carinho e orgulho os profissionais formados ali.

Em julho de 2019, aprovamos um artigo no congresso bienal da International Association for Study of the Commons (Iasc), que ocorreu em Lima, Peru, onde também medieei uma das seções. Durante o doutorado, o aprofundamento do âmbito científico, em conjunto com uma curiosidade natural, levou-me a passear pelas outras áreas do conhecimento correlatas à contabilidade, o que ampliou minha visão da área.

Neste sentido, surge um interesse especial pela pesquisa crítica na área que hoje, no Brasil, conta com poucos pesquisadores

especializados. O grande desafio foi de que forma abordar isto dentro da minha corrente de pesquisa. Assim, é a partir de discussões internas a respeito de quanto o conceito de sustentabilidade, conforme entendemos e conforme foi colocado, era de fato aplicado na contabilidade que optamos pela utilização do método genealógico de Michel Foucault. A partir de uma leitura crítica da ambiente acadêmico da contabilidade, defendi em 2022 a tese de doutorado intitulada “Discursos relacionados a sustentabilidade pelos pesquisadores de formação contábil: uma abordagem a partir de Michel Foucault, que interroga como a contabilidade e os discursos de sustentabilidade produzidos na área fomentam um maquinário de biopoder, que transpassa os corpos e marginalizam os que se desviam do padrão esperado. Atualmente sou professor na Universidade Positivo em Curitiba/PR e sigo atuando em áreas de pesquisa relacionadas à sustentabilidade e à pesquisa crítica.



Thiago Vargas Maldonado

Dr. em Contabilidade (PPGCONT/UFPR)
Docente na Universidade Positivo/PR



Receitas públicas por fontes de recursos e a padronização nacional

Nilton de Aquino Andrade

Resumo

A Administração pública depende de uma boa gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de controle para atender aos princípios da transparência e de responsabilidade fiscal, o que exige padrões de codificações estabelecidos em nível nacional, de forma a evidenciar as informações contábeis e a qualidade da gestão. Os recursos públicos podem ser de livre aplicação ou vinculados a finalidades específicas, o que depende de padronização de códigos que representem a sua origem na receita e a aplicação ou destinação na despesa. Assim, o plano de contas aplicado ao setor público – PCASP, combinado com normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, busca facilitar a

consolidação das contas públicas com critérios padronizados em nível nacional.

Palavras-Chave: Fontes de recursos, Receita e Despesa pública.

Introdução

A codificação de fonte de recursos é a ponte entre a origem receita com o gasto público, ou seja, a destinação. Representa a origem no lado da receita e a aplicação ou destinação no lado da despesa. Funcionam como um mecanismo integrador entre receitas e despesas e têm como objetivo agrupar receitas que possuem as mesmas normas de aplicação na despesa, identificando as vinculações legais existentes.

Desde a vigência da Lei n.º 4.320/1964, as receitas e as despesas públicas foram classificadas pela sua natureza e segregadas por receitas e despesas correntes e de capital, com os seus respectivos desdobramentos. A receita pública nasce da necessidade de arrecadar para ser aplicada junto à sociedade na forma de políticas públicas. Algumas receitas são vinculadas, porque nem todo recurso está disponível para qualquer tipo de despesa, cuja aplicação pode ter finalidade específica.

Em 1999, com a edição da Portaria STN n.º 42, houve atualização da discriminação da despesa, dando um novo formato à classificação programática, identificando os programas e as ações, assim como a classificação

funcional, que se detalhou em funções e subfunções. A partir da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101/2000, houve a obrigatoriedade do controle dos recursos públicos por meio de codificação específica denominada Fonte/Destinação de Recursos, de forma a atender ao seu parágrafo único do art. 8º, reforçado pelo art. 50.

Art. 8º

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes: (...)

I - a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

VI - a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.

Em 2001, a Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163 dispôs sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, estados, Distrito Federal e municípios, trazendo uma classificação padrão, segundo a Natureza das receitas e despesas.

O atendimento aos artigos 8º e 50 da LRF, foram implementados na União, mas nos estados e municípios dependia de padronização e cobrança dos tribunais de contas, que passaram a cobrar efetivamente em meados de 2010.

Em 2020, devido à pandemia Covid-19 e mediante um decreto de calamidade pública em nível nacional, este tema ganhou relevância e houve a edição de medidas provisórias e leis voltadas para o aporte de recursos do Governo federal aos estados e municípios em forma de transferências vinculadas exclusivamente para ações de combate à doença e socorro à população. Daí, com os fins de fiscalização, e ciente de que a STN é o órgão detentor de competência transitória para editar normas gerais



A codificação de fonte de recursos é a ponte entre a origem receita com o gasto público, ou seja, a destinação. Representa a origem no lado da receita e a aplicação ou destinação no lado da despesa.



para a consolidação das contas públicas, assim como para editar normas gerais de registros contábeis de receita e despesa, efetuadas com ações e serviços públicos de saúde, o Ministério Público colocou a necessidade de o Governo federal criar uma forma padronizada de identificação dos recursos, de forma a lastrear os recursos, além de facilitar o controle e a fiscalização da sua aplicação.

A partir daí, a STN publicou a Portaria 394, de 17/7/2020, estabelecendo

um rol mínimo de fontes de recursos a ser observado na Federação para a identificação dos recursos de natureza federal vinculados às ações e serviços público de saúde, repassados no âmbito da ação orçamentária federal "21C0", para o enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Foi uma medida surpresa para toda a Federação porque os entes encontravam-se em plena execução orçamentária e já elaborando os orçamentos do ano seguinte. A própria STN editou nota técnica específica recomendando adoção da metodologia DE-PARA de forma a atender à Matriz de Saldos Contábeis (MSC), no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (Siconfi), havendo facilidades para aqueles que já adotavam o PCASP estendido.

Conforme Anexo I da n.º Portaria STN 642/2019, cabe ressaltar que a MSC corresponde a uma estrutura padronizada para o recebimento de informações contábeis e fiscais dos entes da Federação para fins da consolidação das contas nacionais, da geração de estatísticas fiscais em conformidade com acordos internacionais firmados pelo Brasil e da elaboração das declarações do setor público (Demonstrações Contábeis e Demonstrativos Fiscais). Essa estrutura reúne uma relação de contas contábeis e de informações complementares e será produzida a partir do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Em outras palavras, a MSC é uma informação extraída dos sistemas contábeis orçamentários e que congrega informações ainda não tratadas em relatórios específicos, sendo considerados dados brutos. Sua transmissão ocorrida no modelo anterior já trabalhava com o DE-PARA, com a junção de vários mapeamentos de informações complementares.

Os padrões atuais de fonte de recursos

Com a exigência do Ministério Público, o Ministério da Economia, por meio da STN, Secretaria Especial de Fazenda e Subsecretaria de Contabilidade Pública, em 23/02/2021, editou a Portaria Conjunta n.º 20, que estabeleceu a padronização das fontes ou destinações de recursos a ser observada no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Nesta edição, definiu-se que os orçamentos e a execução orçamentária de 2023 seriam apresentados na nova forma estipulada, sendo a codificação das fontes apresentadas em três dígitos, ficando a União no intervalo entre "000 e 499" e os estados e municípios no intervalo de "500 a 999".

Em 23/2/2021, foi publicada a Portaria Conjunta STN/SOF n.º 21/2021, aprovando adendo à Parte 1 – Procedimentos Contábeis Orçamentários, da 8ª edição do MCASP, assim como a Portaria n.º 117/2021 concebeu a alteração para o referente tema na sua 9ª edição. Também foi colocada em audiência pública uma minuta da IPC 17, que traz os procedimentos contábeis orçamentários sobre tais controles de fontes/ destinação de recursos.

A Portaria n.º 710, de 25 de fevereiro de 2021, já definiu a lista de fontes de recursos padronizadas, cuja relação, em forma de Anexo I, sofreu mudanças por meio de novas portarias, tais como Portaria n.º 925, de 8 de julho de 2021, pela Portaria n.º 1.141 de 11 de novembro de 2021 e Portaria n.º 1445, de 14 de junho de 2022, com alterações de nomenclaturas ou inclusão de novas fontes, podendo ocorrer outras a qualquer momento. Também definiu em seu § 3º que as informações definidas no seu Anexo II deverão ser enviadas

ao SICONFI ou ao sistema que vier a substituí-lo, por meio da MSC.

Atualmente tal controle de fontes e destinação de recursos não é novidade para o setor público por já ser prática constante deles. A referida metodologia



O controle da fonte de recurso nasce desde a proposta orçamentária, passa pela arrecadação, pelo registro bancário de recebimento, pelo empenho, liquidação e pagamento e vai até a prestação de contas.



constitui instrumento que interliga todo o processo orçamentário-financeiro, que vai desde a previsão da receita até a execução da despesa, cabendo a cada sistema informatizado tratá-lo de forma a exercer o devido controle, possibilitando maior transparência dos gastos públicos, inclusive atendendo ao disposto na LRF, conforme dispositivos já transcritos.

O próprio plano de contas aplicado ao setor público – PCASP, que é de uso obrigatório, apresenta contas de controle financeiro, do grupo 7200 e 8200, que exigem complementos auxiliares da conta contábil para inscrição e execução de disponibilidades por destinação de recursos, em que tais codificações

se apresentam na forma de contas correntes, funcionando de forma paralela ao controle orçamentário.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), em seu Capítulo 5, denominado "Fonte ou Destinação de Recursos" apresenta os aspectos gerais de tais classificações, sua forma de utilização, a estrutura da codificação, os mecanismos de registros contábeis, os aspectos específicos para a União, estados e municípios, os detalhes de aplicação mínima em saúde e educação, detalhes de aplicações previdenciárias e de emendas parlamentares.

O controle da fonte de recurso nasce desde a proposta orçamentária, passa pela arrecadação, pelo registro bancário de recebimento, pelo empenho, liquidação e pagamento e vai até a prestação de contas. É um mecanismo de qualidade da informação, com desafios para a rastreabilidade dos recursos vinculados e não vinculados. Atualmente são perceptíveis os seus controles por meio dos relatórios bimestrais (RREO) e trimestrais (RGF), além dos demonstrativos contábeis de encerramento de exercício.

Os principais resultados e vantagens dos controles de fontes serão a qualidade da informação contábil, a transição de um recurso de um ano para o outro, facilidades na elaboração de fluxos de caixa individualizados por fonte, identificação dos recursos já comprometidos com empenho, liquidação ou pagamento, identificação de superávit financeiro para fins de abertura de créditos adicionais, inscrição de restos a pagar vinculados ou livres, ou seja, uma rastreabilidade e facilidade na evidenciação dos fatos contábeis de controles financeiros, de forma a evidenciar de onde estão vindo e para onde estão sendo aplicados.

É um dos principais marcadores da contabilidade, perceptíveis em várias classes do plano de contas, tais como a classe 6 – movimento orçamentário que tem toda marcação em suas respectivas fases da receita e da despesa, na classe 1 – Ativo, para efeito de identificação dos recursos de Caixa e equivalentes de caixa, da Classe 2 – Passivo, identificando as fontes nas contas a pagar, do atributo “f” – Financeiro, vinculado às classes 7 e 8, respectivamente denominadas Controles Devedores e Controles Credores. Temos também o controle extraorçamentário, que necessita desta codificação, sendo estes recursos meramente depositários, tais como cauções e garantias, consignações, entre outros. Torna-se

complexo o processamento neste caso, mas é preciso ressaltar que a retenção do valor na fonte original significará a saída de recurso pelo valor bruto, caracterizando entrada em código de fonte extraorçamentária numa forma de conversão.

Todas essas informações contribuem para a geração da Matriz de Saldos Contábeis, entregues à STN por meio do Siconfi mensal, além de outros softwares de prestação de contas a ministérios de educação, saúde e tribunais de contas jurisdicionados.

Antes delas, eram necessárias aberturas de várias contas bancárias, uma para cada recurso e dessa forma poderá

haver maior centralização. Segundo as portarias, corroborado pela atualização do Manual de Contabilidade Pública, 9ª edição, a codificação evidencia, a partir do ingresso a origem dos recursos e, quando da realização da despesa, demonstra a fonte de financiamento dela, estabelecendo a interligação entre a receita e a despesa. A seguir, a referida especificação.

Metodologia de classificação utilizada

A partir dessa padronização, a codificação é composta de 4 dígitos de padrão nacional, sendo o primeiro dígito o identificador do exercício (atual ou anteriores) e três dígitos identificadores das respectivas fontes/destinação de recursos.

1º Dígito	2º ao 4º Dígito - Principal	A partir do 5º Dígito
Identificação do exercício	000 a 499 - União	Detalhamento livre
	500 a 999 - Estados e Municípios	

Conforme o Anexo II da Portaria n.º 710, o primeiro dígito indica o exercício em que foram arrecadados, se no exercício corrente ou anterior, sendo:

Código	Descrição
1	Recursos do Exercício Corrente
2	Recursos de Exercícios anteriores
9	Recursos condicionados

Assim, para a identificação do exercício, foi estabelecido o código “1” como a origem de arrecadação do exercício corrente, enquanto o código 2 dependerá de abertura de superávit financeiro, com recursos avindos dos exercícios anteriores. O código 9 será utilizado para inclusão futura na LOA de uma receita ainda indefinida, já prevendo uma possível alteração de legislação que possa criar uma receita nova, ou mesmo, alterá-

la em relação ao que está tramitando na ocasião da elaboração da LOA.

Com isso, na execução, o identificador “9” deve se transformar em “1” com base na arrecadação. Atualmente é usado praticamente pela União. Cabe ressaltar que situações em que a despesa seja lançada na condição de Restos a pagar continuará utilizando o identificar 1. O ideal seria a troca de fontes de bancos

na virada do exercício financeiro, desde que houvesse rígido controle de forma a excetuar os valores de restos a pagar e saldos das contas extraorçamentárias já comprometidos, caracterizando-se boa gestão dos recursos financeiros.

Passando ao detalhamento das fontes, ou seja, o segundo, terceiro e quarto dígitos, o identificador foi agrupado da seguinte forma:

Código	Descrição
500	Recursos não vinculados de impostos
501	Outros recursos não vinculados
540 a 599	Recursos vinculados à Educação
600 a 659	Recursos vinculados à Saúde
660 a 669	Recursos vinculados à Assistência Social
700 a 749	Demais vinculações decorrentes de transferências
750 a 799	Demais vinculações legais
800 a 803	Recursos vinculados à Previdência Social
860 a 869	Recursos extraorçamentários
880 a 899	Outras vinculações

Os valores que se classificam no identificador "500" serão base de cálculos de limites legais ou constitucionais, tais como saúde e educação, já que se trata de receitas de impostos e transferências de livre aplicação e a execução da despesa terá código complementar, no caso de haver algum limite a cumprir em forma de marcador. O código "501" será destinado às receitas diversas não vinculadas e que não sejam de impostos. Poderiam ser incluídas nestas as taxas, receita de aluguéis, multas punitivas que não sejam as de trânsito, receitas de serviços, agropecuárias, entre outras.

As fontes 540 a 599 são vinculadas à educação para maior controle da fiscalização da aplicação desses recursos, sendo recursos de transferências da união e do estado, incluindo nestas as transferências do Fundeb e de outros programas da educação. As fontes 600 a 659 são vinculadas à saúde, incluindo as transferências fundo a fundo, ou não, tanto da União quanto do Estado. Por serem as políticas de governo saúde e educação muito importantes, e também demandam maior fiscalização, razão pelas quais requerem maior atenção.

As transferências de recursos de forma

geral ganharam destaque, havendo segregação para um grupo de contas denominado "outras vinculações legais", que têm-se como exemplos os royalties e alienações de ativos, destacando-se ainda que, quando a receita advir de um fundo específico ela usará o identificador 759, mas, se ela se tratar de vinculação a uma determinada finalidade, poderá ser 753, como é o caso de arrecadação de tarifas de água e esgoto. Já multas de trânsito têm vinculação específica ao código 752. Destaca-se ainda a criação de códigos de fontes para a assistência social, assim como recursos extraorçamentários, que não se enquadram no fluxo de despesas normais. A tabela completa e atualizada poderá ser obtida por ementários publicados pelos tribunais de contas, caso contrário haverá necessidade de acompanhamento das portarias que alteram a tabela original.

Também foi definido um classificador adicional a partir do quinto dígito, para mapear principalmente a execução orçamentária das despesas, em nível de detalhamento, denominado de "Código de acompanhamento da execução orçamentária – CO", em que podem ser elencadas as particularidades,

mas as suas informações não serão encaminhadas para a STN, por meio do Siconfi. O "CO" estará direcionado ao rastreamento de benefícios previdenciários, emendas parlamentares, percentuais mínimos de aplicação em educação e saúde e Fundeb. No caso de emendas parlamentares, existe uma exceção à regra, quando os marcos também incidirão nas receitas.

Algumas fontes de recursos já tiveram marcadores de Código de acompanhamento orçamentário, assim definido:

- Fonte 500 tendo o marcador 1001 para identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino; enquanto 1002 com a destinação para os limites de gastos com saúde;
- Fontes 540, 541 e 542 relacionadas com os 70% de aplicação obrigatória do Fundeb em pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício com o marcador 1070;
- Também foram criados códigos de "CO" específicos para Emendas parlamentares individuais e de bancada, para os níveis de União e Estados. Em se tratando de

despesas previdenciárias, nos casos de existência do regime próprio, as Fontes 800 e 801 terão marcador na execução da despesa, observando a segregação de massas e a separação dos poderes e órgãos que compõem o ente público.

Ficou facultada aos estados e municípios a complementação de tais detalhamentos. Normalmente os tribunais de contas, com os seus respectivos sistemas informatizados de recebimento das prestações de contas de seus jurisdicionados, impõem uma tabela padrão com detalhamentos mínimos para estes prestarem contas. Tal detalhamento é muito importante para que haja rastreabilidade e facilidade de controles e prestações de contas.

Assim, os códigos das fontes/destinações de recursos são relacionados com as codificações das receitas orçamentárias, publicados em forma de complemento a um "Ementário da Receita" para ser seguido. Assim, qualquer ingresso de receita terá que ser vinculado a uma rubrica orçamentária e a uma ou mais codificação(ões) de despesa orçamentária (dotação), passando por controle financeiro na conta bancária.

É importante mencionar que, ciente da existência da fonte de recurso desde a previsão orçamentária, a reserva ou pré-empenho, assim como todas as fases do empenho precisam carregar junto de si a fonte até o pagamento. Dessa forma, a receita de uma determinada fonte custeará a despesa vinculada a esta, uma vez que os códigos da fonte de receita serão iguais aos códigos apresentados para a despesa.

Considerações finais

O anseio da padronização é necessidade esperada há muito tempo. Começou

pelo PCASP estendido, seguida da Portaria n.º 394/2020 para os recursos provenientes do combate à Covid-19, quando determinaram uso obrigatório de códigos que os entes da Federação não teriam como atender de imediato, sendo forçados ao uso da metodologia DE-PARA, até que os grupos técnicos de Contabilidade, coordenados pela STN, discutissem os impactos e a busca o diálogo para a normatização, por meio de fóruns específicos de discussão das normas contábeis.

Em um período de mudanças de classificação, há necessidade de atenção especial em todo o processo, já que haverá grande diversidade no âmbito da informação contábil e impacto na geração de relatórios que tratam de tais controles. A Matriz de Saldos Contábeis e os softwares de recebimentos de dados nos tribunais de contas poderão trazer restrições no envio, caso estejam em desacordo as regras definidas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na gestão municipal. São Paulo, Atlas/Gen: 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Último acesso em: 18 out. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoacompilado.htm.

_____. Lei Complementar n.º 101/2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm (último acesso em 02/07/2022).

_____. Lei n.º 4.320/1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm (Último acesso em: 18 out. 2021);

_____. Manual de contabilidade aplicada ao setor público – MCASP. Capítulo 5, 9ª edição, publicado em novembro de 2021. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943 (Acesso em 02/07/2022).

Portaria Conjunta STN/SOF n.º 20/2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-stn/sof-n-20-de-23-de-fevereiro-de-2021-304861747> (Acesso em 02/07/2022).

_____. Portaria Conjunta STN/SOF n.º 21/2021. Disponível em https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/Links/portaria_conjunta_stn_sof_21_2021.pdf (Acesso em 02/07/2022).

_____. Portaria STN n.º 642/2019. Disponível em https://www.ammvi.org.br/uploads/1534/arquivos/1715406_STN_Portaria_STN_642_de_20_de_setembro_de_2019.pdf (Acesso em 02/07/2022).

_____. Portaria STN n.º 710/2021. Disponível em: <https://legislacaofinanceira.fazenda.sp.gov.br/Federal/PORTARIA%20STN%20N%C2%BA%20710%202021.pdf> (Acesso em 02/07/2022).

_____. Portaria n.º 394/2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-394-de-17-de-julho-de-2020-267510372> (Acesso em 02/07/2022).



Nilton de Aquino Andrade

Mestre, professor e consultor em Contabilidade Pública. (e-mail: nilton@ailti.com.br)



Acadêmico: Tomislav Rodrigues Femenick

Acadêmico da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, cátedra de número 16, é mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica, de São Paulo/SP. Pós-Graduado em Economia Para Executivo, pela Escola de Administração de Empresa, da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo/SP, é bacharel em Ciências Contábeis, pela Universidade da Cidade de São Paulo, de São Paulo/SP. Técnico em Contabilidade, pela Escola Técnico de Comércio União Caixeiral, de Mossoró/RN, tem os seguintes cursos de especialização: Auditoria em Computação, Administração de Resultados, Gerência de Qualidade e Gerência de Empresa.

HISTÓRICO PROFISSIONAL

Sócio e diretor principal da Femenick & Associados Auditoria e Consultoria

**Mestre em Economia
pela Pontifícia
Universidade Católica,
de São Paulo/
SP. Pós-Graduado
em Economia
Para Executivo,
pela Escola de
Administração de
Empresa**

S/C Ltda, desde junho de 1987 e da Technoway Produção de Tecnologias Avançadas Ltda (SP), de 1992 a maio de 1994. Atuou como diretor da Soteconti Auditores Independentes S/C (SP); diretor superintendente das Empresas Mayrton Monteleone (SP e GO); gerente de Divisão do Banco Geral do Comércio S/A (SP) – atual Banco Santander –, de a abril de 1981 a agosto de 1983; diretor adjunto da Campiglia & Cia S/C Auditores Independentes (SP), de agosto de 1979 a abril de 1981; assistente da Diretoria do Grupo Jet Grupo Integrado de Assessoria e Projetos S/C Ltda (SP), de junho de

1977 a agosto de 1979; diretor adjunto da Cia. Real Brasileira de Seguros (SP), de setembro de 1975 a maio de 1977; assistente da Diretoria da Revisora Nacional Auditores Independentes S/C Ltda, de dezembro de 1973 a setembro de 1975; assistente da Diretoria do Banco Cidade S/A (SP) – atual Banco Santander –, de julho de 1972 a janeiro de 1973; diretor presidente da agência de notícias Enterprise Press do Brasil Ltda (SP), de maio de 1972 a janeiro de 1975; titular da empresa Serpes Serviço de Promoções e Pesquisas, de março de 1964 a abril de 1972; e funcionário concursado do Banco do Nordeste do Brasil S/A, de dezembro de 1957 a abril de 1969. Trabalho no Diário de Pernambuco S/A (PE), de julho de 1967 a 1º de julho de 1970 e na Editoria do Diário (Diário de Natal), de 1º setembro de 1970 a janeiro de 1972.

ATIVIDADES DE ENSINO

Faculdade de Ciências Empresariais e Estudos Costeiros de Natal (Facen), de agosto 2004 a dezembro de 2013; Faculdade União-Americana, de janeiro de 2006 a janeiro de 2012. Faculdade Natalense Para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN)– Professor titular de Auditoria, Análise das Demonstrações Contábeis, Custos e Controles Gerenciais, de 2003 a 2005; UniFMU – Centro Universitário FMU (SP), de 2000 a 2002. UniFIAM-FAAM – Centro Universitário FIAM-FAAM (SP), de

2000 a 2002. Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, em 2002; Centro Universitário Ibero-Americano (Unibero – SP), de 1989 a 2000; Faculdades Paulo Eiró (SP) – professor visitante –, em 1976; Faculdade Santa Rita De Cássia (SP) – professor visitante –, em 1976; Universidade da Cidade de São Paulo – professor visitante –, de 1979 a 1983; e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – professor visitante –, em 1987.

COMISSÕES DE ESTUDOS

ECONÔMICOS

Foi representante do Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte, no Programa Universitário de Desenvolvimento Industrial do Nordeste – Programa Rita, integrado pela Utah State University, de Salt Lake City – USA, e pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1963/1964; representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A junto ao Grupo de Estudos Sobre a Indústria do Sal, formado pelo Governo do Rio Grande do Norte, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Instituto Brasileiro do Sal e entidades privadas ligado do setor, formado em 1961; representante do Centro das Indústrias do Rio Grande do Norte no grupo de trabalho que estudou a Implantação de Um Parque Fabril Cimenteiro no Município de Mossoró, oportunidade em

que realizou palestras em Porto Alegre, Curitiba, Londrina, Maringá, Apucarana, Araçongas e Rolândia, em 1965 e 1966.

LIVROS PUBLICADOS

- Auditoria de estoques. Natal: UniRN, 2005.
- Brasil na crise global. São Paulo: CenaUn, 2003.
- Conexões e reflexões sobre economia. São Paulo / Jundiá: Paco, 2011.
- Conexões e reflexões sobre história. São Paulo / Jundiá: Paco, 2018.
- Conexões e reflexões sobre jornalismo. São Paulo / Jundiá: Paco, 2018.
- Contabilidade avançada e dinâmica gerencial. Curitiba: Juruá 2013.
- Controladoria e auditoria de estoques. Curitiba: Juruá 2011.
- Custos para Hotel: para negócios globalizados. Curitiba: Juruá 2019.
- Economia avançada: para negócios globalizados. Curitiba: Juruá 2022.
- Ensaio de Economia. São Paulo: CenaUn, 1998.
- Fundamentos, métodos e práticas do orçamento empresarial. São Paulo: Ipep, 2006.
- Orçamento Empresarial como instrumento gerencial. Curitiba: Juruá 2019.

- Os "herdeiros" de Deus: a aventura dos descobrimentos e os negócios da colonização. São Paulo: CenaUn, 2000.
 - Os escravos: da escravidão antiga à escravidão moderna. São Paulo: CenaUn, 2003.
 - Padre Mota. Natal: Fundação José Augusto, 2007.
 - Para Aprender Economia. São Paulo: CenaUn, 2003.
 - Sistemas de custo para hotéis. São Paulo: CenaUn, 2003.
 - Turismo no Alto-Médio Tietê (Co-autoria). São Paulo: Sebrae; Salto: Inder, 2000.
 - Uma prosa para Rosecleide (contos e crônicas). São Paulo / Jundiaí: Paco, 2011.
- ENSAIOS PUBLICADOS**
- Mossoró: Instituto Felipe Guerra de Pesquisas Econômicas/Faculdade de Ciências Econômicas, 1966.
 - A Era da Globalização. São Paulo: Unibero, Revista Estudos Acadêmicos, ano IV, nº 8, ago. de 1998.
 - A história como instrução científica. Natal: UniRN, 2003.
 - A História como Instrução Científica. Revista da FARN, volume 2, nº 2, jan/jul de 2004.
 - A problemática e a solução para os custos e custos ocultos. Natal: UniRN, 2004.
 - A quadradura do círculo ou a esfera da circulação. São Paulo: PUC, 1986.
 - Administração financeira & orçamentos. São Paulo: Unibero, 1997.
 - Aspectos Econômicos na Formação de um Polo Turístico Regional. São Paulo: Unibero, Revista Estudos Acadêmicos, vol. 09, nº 01, mai. de 2000.
 - Causas e feitos da globalização da economia: o caso brasileiro. São Paulo: Unibero, 2000.
 - Complexo Industrial do milho: perfil. Mossoró: Instituto Felipe Guerra de Pesquisas Econômicas/Faculdade de Ciências Econômicas, 1966.
 - Condições para o desenvolvimento do capitalismo: a experiência do Brasil e dos Estados Unidos. São Paulo: PUC, 1983.
 - Descobrimento e Colonização da América, Subprodutos do Mercantilismo. São Paulo: UNIBERO, Revista Estudos Acadêmicos, ano vol, nº 10, jul./dez. 1999.
 - Digressão Teórica Sobre a Escravidão na América. São Paulo: Unibero, Revista Estudos Acadêmicos, ano VI, nº 12, jul.-dez. 2000.
 - Em busca da verdade histórica. Natal: IHGRN, 2015.
 - Formas jurídicas das organizações empresariais. São Paulo: Unibero, 1997.
 - Mota Neto, a força da natureza. Natal: IHGRN, 2016.
 - Neynes/Kalecki, uma abordagem comparativa. São Paulo: PUC, 1982.
 - O 30 de setembro e a realidade histórica. Natal: IHGRN, 2016.
 - O desenvolvimento da agricultura brasileira: uma breve abordagem (coautoria). São Paulo: PUC, 1981.
 - O enigma da África negra. Natal: Acadêmica Norte-Rio-Grandense de letras, 2006.
 - O Impacto do entesouramento (Marx) e da demanda agregada (Keynes). São Paulo: PUC, 1984.
 - O mercado e a bolsa. São Paulo: Unibero, 1997.
 - O sistema tributário na economia brasileira (coautoria). São Paulo: PUC, 1982.

- O tenentismo e os ataques da Coluna Prestes no Rio Grande do Norte. Natal: Acadêmica Norte-Rio-Grandense de letras, out-dez/2015 e Jan-Mar/2016.
 - Os traficantes Brasileiros e Portugueses do Brasil que operavam na África. São Paulo: UNIBERO, Revista Estudos Acadêmicos, ano III, nº 6, agosto de 1997.
 - Padre Mota, o homem o religioso e o prefeito. Natal: IHGRN, 2015.
 - Sobre a atual política econômica e os descaminhos do monetarismo. São Paulo: PUC, 1983.
 - Sobre a filosofia da ciência. São Paulo: PUC, 1982.
 - Sobre a internacionalização da economia brasileira. São Paulo: PUC, 1982.
 - Sobre os desequilíbrios externos da economia brasileira. São Paulo: PUC, 1983
 - Turismo e Meio Ambiente. São Paulo: Unibero, Boletim dos Cursos de Turismo e de Administração Hoteleira, vol. 06, nº 02, outubro de 1997.
 - Um estudo sobre o turismo religioso em Aparecida. São Paulo: Unibero, 2000.
 - Visões feudais nos pensadores da economia política brasileira. São Paulo: PUC, 1985.
- CONGRESSOS, SEMINÁRIOS E CURSOS**
- A perícia como base da decisão judicial (Palestrante). Natal: Alejurn-Academia de Letras Jurídicas do RN, Ago/2014.
 - Curso Custos para Lojistas: Como Reduzir Custo sem Perder a Qualidade (Palestrantes). Natal: Câmara de Diretores Lojistas de Natal/RN, 24/31 out. 2003, promovido pela.
 - Formação Jurídica das Sociedades Empresariais (Palestrante). Natal: Alejurn-Academia de Letras Jurídicas do RN, jul. 2013.
 - Fórum Internacional da História Contabilística: Brasil-Portugal. Natal: Acaderncic, jul. 2013.
 - Semana do economista. Natal/Mossoró: Corecon/UERN, ago. 2013.
 - X Encontro Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis. Natal: CRCRN, set/2013.





Conteúdo informacional da contabilidade: Insumo da tomada de decisão

José Antonio de França

Resumo

Este artigo traz para discussão, de forma resumida, ensaio de pesquisa em andamento que investiga a necessidade de elaboração de um conteúdo informacional, consistente, que permita leitura fluida e entendimento, pelo usuário final, das informações contidas nas demonstrações financeiras padronizadas preparadas pela contabilidade. A pesquisa contribui para o uso da comunicação adequada e redução de assimetrias para que o conteúdo informacional da contabilidade seja um insumo da tomada de decisão.

Palavras-chave: Conteúdo informacional. Critérios de mensuração e reconhecimento. Insumo da tomada de decisão.

1. Introdução

A prática contábil, como instrumento de mensuração e reconhecimento de transações divulgadas em relatórios econômico-financeiros padronizados, produz conteúdos que suportam a tomada de decisão em ambientes governamental, corporativo e organizações da sociedade civil. Os conteúdos produzidos pela referida prática são insumos que alimentam o

processo decisório, o sistema de controles e o sistema de avaliação de desempenho e eficiência da governança. Essa prática também permite avaliar o cumprimento do *compliance* e *accountability*, agrega valor à organização, e disponibiliza dados suficientes para avaliação do conteúdo informacional integrante e indissociável das demonstrações contábeis.

O conteúdo informacional revela os volumes de produção e de geração e distribuição de renda que compõem o valor agregado do sistema de contas nacionais; permite avaliar a capacidade nominal e efetiva de pagamento e ainda o desempenho operacional e eficiência

na gestão do negócio por meio dos indicadores específicos (De França, 2022; De França, Carvalho, Pereira e Vieira, (2021); De França e Sandoval, 2019; De França e Lustosa, 2011).

O conteúdo informacional, revelado pelos relatórios econômico-financeiros padronizados, apoia decisões de mercado e auxilia processos de pesquisa porque pode ser demonstrado a partir dos métodos dedutivo e indutivo. Estes dois métodos identificam o conteúdo informacional partindo de variáveis econômicas agregadas para validar o processo ou, de forma inversa, partindo do processo para validar o agregado econômico. Para qualquer que seja o método escolhido é necessária a adequada linguagem de comunicação.

A linguagem de comunicação é relevante porque é por meio dela que a informação pode ser compreendida, como argumenta Braga (1999), tanto para que o conhecimento se sustente como crível, quanto para que o usuário possa decidir com o menor nível risco. Neste contexto, o CFC (2019, NBC TG Estrutura Conceitual) se posiciona com respeito à representação fidedigna da informação para mitigar o risco de incertezas e fortalecer o diálogo entre o especialista e o usuário. Porém, para que essa mitigação de risco e o diálogo ocorram, a linguagem de comunicação adequada deve ser utilizada.

Assim, considerando a relevância do tema para gestão de negócios e disseminação no meio acadêmico, a proposta deste artigo é apresentar contribuições que revelem o conteúdo informacional da contabilidade, produzido por modelo a ser alimentado com dados de relatório e demonstrações financeiras padronizadas divulgados por organizações econômicas.

Espera-se que a pesquisa contribua para o despertar do profissional da contabilidade, na comunicação adequada que reduza assimetrias, para que o conteúdo informacional da contabilidade seja um insumo da toma de decisão.

Para além desta seção introdutória o artigo está estruturado nas seções (2) Discutindo o conteúdo informacional; (3) Especificando o conteúdo informacional; (4) Percepções do conteúdo informacional; (5) Considerações finais e, por último, Referências.



A linguagem de comunicação é relevante porque é por meio dela que a informação pode ser compreendida (...) para que o conhecimento se sustente como crível quanto para que o usuário possa decidir com o menor nível risco.



2. Discutindo o conteúdo informacional

O conteúdo informacional da contabilidade é tema de relevante interesse na literatura. Estudando o conteúdo informacional do anúncio dos lucros no preço das ações, Beaver (1968) declara que este conteúdo é um ponto focal de muitas controvérsias da

mensuração em contabilidade. Utilizando metodologia quantitativa, os resultados do estudo sugerem que a comunicação do presidente aos *Shareholders* contém informações úteis sobre o futuro da empresa e não apenas sobre o desempenho passado, e que os achados do estudo enfatizam a importância das informações não financeiras em relação às informações financeiras, amplamente utilizadas, como lucros e demais valores contábeis.

Asquith, Mikhail e Au (2002) fizeram associação entre os retornos de mercado e o conteúdo dos relatórios dos analistas de negócios. Declaram a necessidade de que o relato seja completo e não restrito a recomendações pontuais e resumidas como algumas recomendações encontradas em relatórios de avaliação de empresas.

Analisando prospectos de oferta pública inicial (IPO), Hanley e Hoberg (2010) declaram que avaliaram conteúdos informativos como proxy de *due diligence* de pré-mercado que resultam em oferta de preços mais precisos e menos subavaliados e que esses atributos mitigam a exigência de construção de livro para precificar a emissão. Sugerem que informações sobre subscritores de alta reputação e gerentes de empresas emissoras contribuem para melhorar o conteúdo informacional dos prospectos.

Worthington e West (2004) utilizaram modelo econométrico para analisar o efeito do desempenho interno e externo dos lucros, do fluxo de caixa líquido e da renda residual no valor econômico agregado (EVA) e retorno de ações. Declaram que utilizaram dados produzidos pela contabilidade para avaliar o conteúdo informacional dos citados agregados econômicos e concluíram que o EVA está altamente associado ao retorno das ações.

O conteúdo informacional contabilidade também foi estudado por Abrahamson e Amir (2006) que declaram ter examinado o conteúdo do lucro e componentes do lucro associados às informações financeiras e carta do presidente. Os achados do estudo revelam que as informações contidas na carta do presidente estão associadas a medidas de desempenho baseadas em informações financeiras e que essa revelação indica que as informações encontradas na carta do presidente são consistentes com as informações financeiras divulgadas.

3. Especificando o conteúdo informacional

O conteúdo informacional de uma grandeza numérica ou alfanumérica é expresso pela comunicação e pode ser apresentado pela interpretação da resposta de modelo como argumenta Shannon (1948) ao desenvolver um tipo de comunicação sustentada em modelos da teoria matemática, utilizando logaritmos, ao abordar que o problema fundamental da comunicação é reproduzir em um ponto exatamente uma mensagem selecionada em outro ponto.

Expandindo essa teoria para aplicação na contabilidade, De França e Lustosa (2011) sustentam que o Grau de Alavancagem Operacional (GAO), expresso pelo modelo $GAO = 1 + F/\pi$, apresenta conteúdo informacional de firma operacionalmente eficiente se o quantum do modelo orbita nas proximidades de 2 ($GAO \equiv 2$). Este conteúdo informacional sustenta que a firma opera sem desperdício e sem custos ociosos.

Avaliando o conteúdo informacional da gestão financeira, com base nas demonstrações contábeis, De França e Sandoval (2019) desenvolveram modelo

que combina indicadores de tempo com indicadores financeiros para sustentar que uma firma é financeiramente eficiente se o Coeficiente de Eficiência Financeira (CEF), expresso pelo modelo

$CEF = (1 + i) \frac{CF}{CO}$, apresenta *quantum* menor ou igual 1 ($CEF \leq 1$). Este conteúdo informacional assegura que a organização econômica otimiza as entradas de caixa para fazer face aos desembolsos.

De forma difusa na literatura, o conteúdo informacional das demonstrações contábeis de uma organização econômica sinaliza que há capacidade nominal de pagamento se o Capital Circulante Líquido (CCL) expresso pelo modelo $CCL = AC - PC$ apresentar resultado pelo menos igual a zero ($CCL \leq 0$). Partindo dessa assertiva, De França e Sandoval (2019) asseguram que se o Coeficiente de Sustentabilidade da Liquidez (CSL) for pelo igual ao Índice de Liquidez Corrente (ILC) e pelo menos igual a 1 ($1 \leq CSL \leq ILC$), este conteúdo informacional sinaliza capacidade efetiva de pagamento.

Analisando a diferença entre o conteúdo informacional do valor adicionado medido pela Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e do Produto Interno Bruto (PIB), De França (2022) sugere um modelo de estimação com termo de erro para aproximação do conteúdo informacional entre os dois modelos, valor adicionado total (VAT) e PIB, como segue:

$$VAT = \sum_{t=1}^n RF_t + \sum_{t=1}^n RC_t + \sum_{t=1}^n T_t + \mu.$$

(VAT=VAE, vide De França, 2022).

Este modelo, com o termo de erro μ , ajusta a diferença entre o conteúdo informacional do valor adicionado, calculado pela contabilidade, e o conteúdo informacional do PIB, calculado pela economia. Assim, o conteúdo

informacional do VAT, no conjunto da economia, é uma proxy do PIB.

Pesquisa desenvolvida por De França, Carvalho, Pereira e Vieira (2021) investigou a relação entre o GAO e o ILC para avaliar o conteúdo informacional da combinação dos dois indicadores. Os resultados foram robustos em evidenciar que a firma operando no nível pleno da capacidade instalada, o GAO varia entre 1 e 2 e o ILC é maior do que o GAO. Este conteúdo informacional sugere que a firma é operacionalmente eficiente e sustentável.

Para além dos modelos aqui apresentados, outros modelos alimentados com dados de demonstrações financeiras e não-financeiras são relevantes para

“ O conteúdo informacional de uma grandeza numérica ou alfanumérica é expresso pela comunicação e pode ser apresentado pela interpretação da resposta de modelo (...) ao desenvolver um tipo de comunicação sustentada em modelos da teoria matemática, utilizando logaritmos.”

comunicação com usuários de diversos níveis de percepção do conteúdo informacional da contabilidade.

Semântica das variáveis dos modelos: **F** = custo fixo; π = lucro; **CF** = ciclo financeiro; **CO** = ciclo operacional; **AC** = ativo circulante; **PC** = passivo circulante; μ = termo de erro; **RC** = Renda do capital; **RF** = Renda familiar; **T** = carga tributária; **i** = taxa de juros.

4. Percepções do conteúdo informacional

Para diferentes usuários pode haver diferentes percepções do conteúdo informacional contido nas demonstrações financeiras e não-financeiras produzidas pela contabilidade. Um investidor pode necessitar de um conteúdo informacional que explique a geração de lucros. Para um gestor tributário pode haver necessidade de um conteúdo informacional detalhado sobre a mensuração e reconhecimento provisões e base de cálculo do tributo. Para um gestor financeiro a necessidade pode ser de um conteúdo informacional que explique a geração de caixa, e assim por diante.

A leitura e o entendimento do conteúdo informacional de um **Balanco** e de uma **Demonstração do Resultado** não são triviais sem os esclarecimentos pontuais das Notas Explicativas. Esses esclarecimentos são necessários por causa dos critérios de mensuração e reconhecimento que são específicos para agregados do ativo, do passivo, da receita e da despesa.

Por exemplo, o agregado **Estoque** pode ser avaliado por mais de um critério. O agregado **Ativo Fixo** exige critério de avaliação específico para cada natureza de investimento. **Obrigações de curto e longo prazos** podem ser avaliadas pelo custo ou critério acordado em contrato. Assim, pelos critérios de

avaliação serem múltiplos, o conteúdo informacional de um Balanço e de uma Demonstração do Resultado, para ser compreensível, carece do detalhamento das Notas Explicativas e que atendem as características qualitativas.

5. Considerações finais

Este artigo resumido se propôs apresentar contribuições que revelem o conteúdo informacional da contabilidade, a partir de dados divulgados nos relatórios econômico-financeiros padronizados, e assim o fez porque discutiu relevantes contribuições da literatura, especificou modelos que exibem o referido conteúdo e apresentou percepções de necessidades distintas por usuário.

As contribuições do artigo são relevantes para despertar, no profissional da contabilidade, a necessidade de desenvolver capacidade de comunicação com o usuário final das demonstrações contábeis para que informação, efetivamente, seja um insumo da tomada de decisão e, com isso, pesquisas subsequentes possam explorar e desenvolver aplicações específicas.

Referências

- Abrahamson, E. & Amir, E. (2006). The Information Content of the President's Letter to Shareholders. *Journal of Business Finance & Accounting* (Journal off Business Finance & Accounting, 23(8), October 1996). DOI: 10.1111/j.1468-5957.1996.tb01163.x.
- Asquith, Paul; Mikhail, Michael B. and Au, Andrea S. (2002). Information Content of Equity Analyst Reports (Working Paper 9246). National Bureau of Economic Research. <http://www.nber.org/papers/w9246>.
- Beaver, H. (1968). The Information Content of Annual Earnings Announcements. *Empirical Research in Accounting: selected studies*. pp. 67-92.
- Braga, H.R. (1999). Uma nova linguagem de comunicação em contabilidade. *Pensar Contábil*. N. 5. Agosto/Out.

CFC. (2019). NBC TG – Estrutura Conceitual.

De França, J.A. (2022). Análise do conteúdo informacional do valor agregado divulgado na DVA. *Revista Abraccon Saber*. N. 40, pp. 80-83 – Mai/Jul.

De França, J.A.; Carvalho, N.A.; Pereira, C.C. & Vieira, E.T. (2021). Operational Sustainability of the Firm: The operational performance versus financial solvency binomial – OPFS. *International Journal for Innovation Education and Research*. Vol:-9 No-01.

De França, J.A. & Lustosa, P.R.B. (2011). Eficiência e Alavancagem Operacional sob Concorrência Perfeita: uma Discussão com Base nas abordagens Contábil e Econômica. *Contabilidade, Gestão e Governança - V. 14* · n. 3 · p. 60 - 76 · Set/Dez.

De França, J.A. & Sandoval, Wilfredo Sosa. (2019). Necessary and Sufficient Conditions for Liquidity Management. *International Journal of Economics and Finance*; Vol. 11, No. 5. pp.85-96. doi:10.5539/ijef.v11n5p85.

Hanley, K.W.H & Hoberg, G. (2010). The Information Content of IPO Prospectuses. *The Review of Financial Studies* v. 23 n 7.

Shannon, C. E. (1948). A mathematical Theory of Communication. *Bell System Technical Journal*, Vol. 27, pp. 379–423, 623–656, July, October.

Worthington, A.C. & West, T. (2004). Australian Evidence Concerning the Information Content of Economic Value-Added. *Australian Journal of Management* 29(2). pp. 201-224.



José Antonio de França

Doutor em Contabilidade e em Economia; Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais Universidade de Brasília (UnB).
franca@itecon.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-8233-3620>



Accounting information content: Decision making input

José Antonio de França

Abstract

This article briefly discusses an ongoing research essay that investigates the need to develop a consistent informational content that allows for a fluid reading and understanding, by the final user, of the information contained in the standardized financial statements prepared by accounting. The research contributes to the use of adequate communication and the reduction of asymmetries so that the accounting information content is an input for decision making.

Keywords: Informational content. Measurement and recognition criteria. Decision making input.

1. Introduction

Accounting practice, as an instrument for measuring and recognizing transactions disclosed in standardized economic-financial reports, produces content that supports decision-making in governmental, corporate and civil society organizations environment. The contents produced by this practice are inputs that feed the decision-making process, the control system and the

governance performance and efficiency evaluation system. This practice also makes it possible to assess compliance and accountability, adds value to the organization, and provides sufficient data to assess the information content that is integral and inseparable from the financial statements.

The informational content reveals the volumes of production and income generation and distribution that make up the added value of the system of national accounts; allows evaluating the nominal and effective payment capacity and also the operational performance and efficiency in the management of

the business through specific indicators (De França, 2022; De França, Carvalho, Pereira and Vieira, (2021); De França and Sandoval, 2019; De França and Lustosa, 2011).

The informational content, revealed by the standardized economic-financial reports, supports market decisions and helps research processes because it can be demonstrated using deductive and inductive methods. These two methods identify the informational content starting from aggregated economic variables to validate the process or, conversely, starting from the process to validate the economic aggregate. Whatever the method chosen the appropriate language of communication is necessary.

The communication language is relevant because it is through it that the information can be understood, as Braga (1999) argues, both so that the knowledge is sustained as credible, and so that the user can decide with the lowest level of risk. In this context, the CFC (2019, NBC TG Conceptual Framework) positions itself with respect to the reliable representation of information to mitigate the risk of uncertainties and strengthen the dialogue between the expert and the user. However, for this risk mitigation and dialogue to take place, appropriate communication language must be used.

Thus, considering the relevance of the theme for business management and dissemination in the academic environment, the purpose of this article is to present contributions that reveal the informational content of accounting, produced by a model to be fed with report data and standardized financial statements released by economic organizations.

It is hoped that the research will contribute to the awakening of

the accounting professional, in the adequate communication that reduces asymmetries, so that the informational content of accounting is an input for decision making.

In addition to this introductory section, the article is structured in sections (2) Discussing informational content; (3) Specifying informational content; (4) Perceptions of informational content; (5) Final considerations and, finally, References.

“
The communication language is relevant because it is through it that the information can be understood (...) both so that the knowledge is sustained as credible, and so that the user can decide with the lowest level of risk.
”

2. Discussing informational content

The informational content of accounting is a topic of relevant interest in the literature. Studying the informational content of the earnings announcement in the stock price, Beaver (1968) declares that this content is a focal point of many controversies of measurement in accounting. Using quantitative

methodology, the results of the study suggest that the CEO's communication to Shareholders contains useful information about the future of the company and not just about past performance, and that the study findings emphasize the importance of non-financial information in relation to financial information, widely used, such as earnings and book values.

Asquith, Mikhail and Au (2002) made an association between market returns and the content of business analyst reports. They state the need for the report to be complete and not restricted to specific and summarized recommendations such as some recommendations found in company valuation reports.

Analyzing initial public offering (IPO) prospects, Hanley and Hoberg (2010) state that they evaluated informative content as a proxy for pre-market due diligence that results in more accurate and less undervalued prices and that these attributes mitigate the construction requirement of book to price the issue. They suggest that information on highly reputable underwriters and managers of issuing companies contributes to improving the informational content of prospects.

Worthington and West (2004) used an econometric model to analyze the effect of internal and external earnings performance, net cash flow and residual income on economic value added (EVA) and stock returns. They declare that they used data produced by accounting to evaluate the informational content of the aforementioned economic aggregates and concluded that EVA is highly associated with stock returns.

The accounting information content was also studied by Abrahamson and Amir (2006) who claim to have examined the profit content and profit components associated with the financial information and the president's letter. The study findings reveal that the information contained in the president's letter is associated with performance measures based on financial information and that this disclosure indicates that the information found in the president's letter is consistent with the disclosed financial information.

3. Specifying informational content

The informational content of a numerical or alphanumeric quantity is expressed by communication and can be presented by the interpretation of the model response as Shannon (1948) argues when developing a type of communication based on models of mathematical theory, using logarithms, when approaching that the problem communication is to reproduce at one point exactly a message selected at another point.

Expanding this theory for application in accounting, De França and Lustosa (2011) argue that the Degree of Operational Leverage (DOL), expressed by the model $DOL=1+ F/\pi$, presents informational content of an operationally efficient firm if the quantum of the model orbits in the vicinity of 2 ($DOL \cong 2$). This informational content sustains that the firm operates without waste and without idle costs.

Evaluating the informational content of financial management, based on the financial statements, De França and Sandoval (2019) developed a model that combines time indicators with financial indicators to support that a firm is financially efficient if the Financial

Efficiency Ratio (FER), expressed according to the model $FER=(1+i)^n(CF/CO)$, it has a quantum smaller than or equal to ($FER \leq 1$). This informational content ensures that the economic organization optimizes cash inflows to meet disbursements.

Diffusely in the literature, the informational content of the financial statements of an economic organization indicates that there is a nominal capacity to pay if the Net Working Capital (NWC) expressed by the model $NWC = CA - CL$ presents a result at least equal to zero ($NWC \geq 0$). Based on this assertion De França and Sandoval (2019) ensure that if the Liquidity Sustainability Ratio (LSR) is at least equal to the Current Ratio (CR) and at least equal to 1 ($LSR \geq CR$), this informational content signals effective ability to pay. Analisando a diferença entre o conteúdo infoAnalyzing the difference between the information content of value added measured by the Statement of Value Added (SVA) and the Gross Domestic Product (GDP), De França (2022) suggests an estimation model with an error term to approximate the information content between the two models, total value added (TVA) and GDP, as follows:

$$TVA = \sum_{t=1}^n FI_t + \sum_{t=1}^n CI_t + \sum_{t=1}^n T_t + \mu.$$

($TVA=VAE$, see De França, 2022).

This model, with the error term μ , adjusts the difference between the informational content of value added, calculated by accounting, and the informational content of GDP, calculated by the economy. Thus, the informational content of TVA, in the economy as a whole, is a proxy for GDP.

Research developed by De França, Carvalho, Pereira and Vieira (2021) investigated the relationship between the DOL and the CR to assess the informational content of the combination

of the two indicators. The results were robust in showing that the firm operating at the full level of installed capacity, the DOL varies between 1 and 2 and the CR is higher than the DOL. This informational content suggests that the firm is operationally efficient and sustainable.

In addition to the models presented here, other models fed with data from financial and non-financial statements are relevant for communication with users of different levels of perception of the informational content of accounting.

Semantics of model variables: **F** = fixed cost; π = profit; **FC** = financial cycle; **OC** = operating cycle; **CA** = current assets; **CL** = current liabilities; μ = error term; **CI** = capital income; **FI** = family income; **T** = tax burden; **i** = interest rate.



The informational content of a numerical or alphanumeric quantity is expressed by communication and can be presented by the interpretation of the model (...) when developing a type of communication based on models of mathematical theory, using logarithms



4. Perceptions of informational content

For different users, there may be different perceptions of the information content contained in the financial and non-financial statements produced by accounting. An investor may need informational content that explains the generation of profits. For a tax manager, there may be a need for detailed informational content on the measurement and recognition of provisions and tax calculation basis. For a financial manager, the need may be for informational content that explains cash generation, and so on.

Reading and understanding the information content of a **Balance Sheet** and an **Income Statement** are not trivial without specific clarifications in the Explanatory Notes. These clarifications are necessary because of measurement and recognition criteria that are specific to asset, liability, income and expense aggregates.

For example, the **Inventory** aggregate can be evaluated by more than one criterion. The **Fixed Assets** aggregate requires specific evaluation criteria for each type of investment. **Short-term and long-term** obligations may be valued at cost or criteria agreed in the contract. Thus, because the evaluation criteria are multiple, the informational content of a Balance Sheet and Income Statement, in order to be understandable, it lacks the details of the Explanatory Notes and that meet the qualitative characteristics.

5. Final considerations

This summarized article proposed to present contributions that reveal the informational content of accounting, based on data disclosed in the

standardized economic-financial reports, and it did so because it discussed relevant contributions from the literature, specified models that exhibit the aforementioned content and presented perceptions of different needs by user.

The contributions of the article are relevant to awaken, in the accounting professional, the need to develop the ability to communicate with the final user of the financial statements so that information, effectively, is an input for decision making and, with this, subsequent research can explore and develop specific applications

References

- Abrahamson, E. & Amir, E. (2006). The Information Content of the President's Letter to Shareholders. *Journal of Business Finance & Accounting (Journal off Business Finance & Accounting)*, 23(8), October 1996). DOI: 10.1111/j.1468-5957.1996.tb01163.x.
- Asquith, Paul; Mikhail, Michael B. and Au, Andrea S. (2002). Information Content of Equity Analyst Reports (Working Paper 9246). National Bureau of Economic Research. <http://www.nber.org/papers/w9246>.
- Beaver, H. (1968). The Information Content of Annual Earnings Announcements. *Empirical Research in Accounting: selected studies*. pp. 67-92.
- Braga, H.R. (1999). Uma nova linguagem de comunicação em contabilidade. *Pensar Contábil*. N. 5. Agosto/Out.
- CFC. (2019). NBC TG – Estrutura Conceitual.
- De França, J.A. (2022). Análise do conteúdo informacional do valor agregado divulgado na DVA. *Revista Abracicon Saber*. N. 40, pp. 80-83 – Mai/ Jul.
- De França, J.A.; Carvalho, N.A.; Pereira, C.C. & Vieira, E.T. (2021). Operational Sustainability of the Firm: The operational performance versus financial solvency binomial – OPFS. *International Journal for Innovation Education and Research*. Vol:-9 No-01.
- De França, J.A. & Lustosa, P.R.B. (2011). Eficiência e Alavancagem Operacional sob Concorrência Perfeita: uma Discussão com Base nas abordagens Contábil e Econômica. *Contabilidade, Gestão e Governança* - V. 14 · n. 3 · p. 60 - 76 · Set/Dez.
- De França, J.A. & Sandoval, Wilfredo Sosa. (2019). Necessary and Sufficient Conditions for Liquidity Management. *International Journal of Economics and Finance*; Vol. 11, No. 5. pp.85-96. doi:10.5539/ijef.v11n5p85.
- Hanley, K.W.H & Hoberg, G. (2010). The Information Content of IPO Prospectuses. *The Review of Financial Studies* v. 23 n 7.
- Shannon, C. E. (1948). A mathematical Theory of Communication. *Bell System Technical Journal*, Vol. 27, pp. 379–423, 623–656, July, October.
- Worthington, A.C. & West, T. (2004). Australian Evidence Concerning the Information Content of Economic Value-Added. *Australian Journal of Management* 29(2). pp. 201-224.



José Antonio de França

Doutor em Contabilidade e em Economia; Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais Universidade de Brasília (UnB).
franca@itecon.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-8233-3620>

PERFIL

DANIEL COÊLHO

Presidente da Fenacon



Como é assumir uma das mais representativas entidades empresariais do País – a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon)?

É uma honra e um desafio muito grande estar à frente da Fenacon, que é uma instituição consolidada e reconhecida nacionalmente por desempenhar bem o seu papel de representar setores importantes da economia. É importante dizer que não se trata de uma gestão sozinha, mas essa gestão é parte de uma diretoria, com pessoas empenhadas para realizarem um trabalho pautado na ética e na transparência, visando ao desenvolvimento do ambiente de negócios no país.

“ Há desafio de se reinventar, principalmente nessa era digital em que vivemos. Temos tecnologia para nos ajudar no dia a dia no cumprimento das obrigações acessórias, mas ainda precisamos de muito do nosso conhecimento para ajudar o cliente a crescer. ”

A sua gestão tem como palavras-chave valorização, evolução e transformação. Como isso se traduz em ações tomadas desde o início do seu mandato?

Existem algumas frentes de atuação. A primeira é o fortalecimento da Fenacon como um todo, ou seja, aumentando a sua participação junto a setores estratégicos, como a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, repartições públicas e entidades empresariais.

A segunda é defender as bandeiras importantes para o desenvolvimento do setor, como a reforma tributária, a defesa sindical, o aprimoramento das legislações trabalhistas e a Lei Geral das Micro e Pequenas empresas, entre outras frentes.

Já o terceiro ponto é trazer benefícios para os associados, o que envolve a

realização de cursos, convenções e diversos serviços, como as Missões Empresariais e Certificação Digital.

Quais os principais desafios que a sua atual função na Fenacon revelou durante este período?

Atuando na Fenacon, percebi que o nosso desafio constante é lutarmos em busca da representatividade, e este diagnóstico veio antes de eu assumir a sua presidência, porque tudo depende de nossos parlamentares, nas decisões que são tomadas no Congresso, e nem sempre os caminhos escolhidos politicamente impactam o nosso ambiente de negócio. Por isso, é necessário estar sempre atento nessa luta por melhorias.

Há também o desafio de se reinventar, principalmente nessa era digital em que vivemos. Temos tecnologia para nos ajudar no dia a dia no cumprimento das obrigações acessórias, mas ainda precisamos de muito do nosso conhecimento para ajudar o cliente a crescer. Então, como trazer a tecnologia para extrair o melhor potencial? Como juntar experiência com inovação? São perguntas que buscamos responder.

Como a sua experiência na área de controladoria e finanças vem auxiliando as 63 categorias englobadas, que representam mais de 400 mil empresas na Fenacon?

Desde 2007, eu fui convidado a fazer parte da diretoria do Sescap-Ceará, onde cheguei a assumir a presidência em 2014. Isso, claro, além da minha trajetória pessoal na área contábil. Mas esse momento foi que acendeu o lado social do trabalho, esse trabalho voltado para a representatividade, que vê a importância na tecnologia, no relacionamento político e no conhecimento. E essa experiência que carrego para a minha gestão.

De que modo você enxerga a participação contínua do profissional da contabilidade no desenvolvimento das empresas?

Os profissionais da área contábil têm um conhecimento incrível, eles conseguem enxergar onde ninguém mais vê. Por meio de números e projeções, o profissional da contabilidade ajuda a guiar o empreendedor no seu desafio constante de crescimento da empresa. Dada a sua importância, é uma profissão que nunca deixará de existir, e cujo desafio é se reinventar constantemente para acompanhar e ditar as tendências do mercado.

Como você iniciou sua carreira na área contábil e o que mudou desde o início?

Eu falo que a minha vida sempre caminhou para a área contábil. Eu comecei a trabalhar muito cedo, com 4 anos já tinha meu próprio trabalho e vontade de ganhar dinheiro. Claro, nessa época contando com a ajuda da minha mãe. Mas, com o passar dos anos, percebi essa minha facilidade para a área administrativa e para a gestão do dinheiro. Foi assim que no ano 2000, de forma muito natural, escolhi a profissão de contabilidade e entrei na faculdade. No mesmo ano, já iniciei o primeiro

trabalho formal na área.

Em 2003 dei outro passo importante: virei sócio do meu pai, José Wilson, na empresa Giros Contabilidade, que fica em Fortaleza. Fui adquirindo experiência e em 2015 fundei outra empresa, a Cariri Contabilidade, localizada em Juazeiro do Norte. Ao todo, tenho 22 anos dedicados à profissão, algo que me orgulha muito.

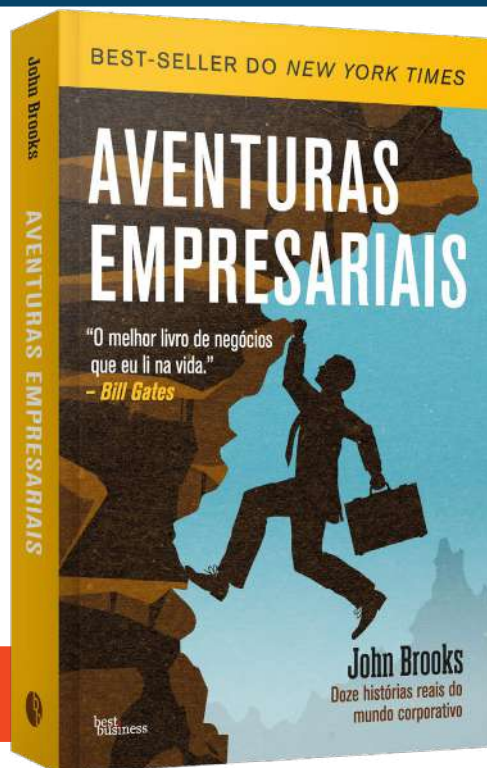
Sobre mudanças, a contabilidade, assim como demais setores, vem evoluindo no decorrer dos anos. Hoje, vivemos uma era cada vez mais digital, que afeta consideravelmente sistemas e processos. Há ainda o fator humano, afinal, contabilidade é gestão de pessoas também. Na pandemia, tivemos uma reestruturação da execução de trabalhos, com adesão e regulação do home office, e hoje vivemos uma consequência deste momento, o mercado se adaptando tecnologicamente e na gestão de profissionais.





Editor: Clóvis Belbute Peres
 Cara leitora e caro leitor,

Livros de negócios são por vezes agradáveis, ou informativos, ou interessantes historicamente. Aqui temos a junção dos três atributos em uma obra-prima, que pode ser lida em capítulos independentes. Ou seja, ainda por cima, é modular! Vamos embarcar nessa aventura?



**Título: Aventuras
 Empresariais**
**Título original: Business
 Adventures**
Autor: John Brooks
Ed: Best Business
Ano: 2016

O livro de Brooks é um típico best-seller do New York Times: bem escrito, agradável, de prosa sem afetação e, sobretudo, interessantíssimo.

O texto é uma coletânea de 12 histórias curtas com, aproximadamente, o mesmo número e páginas. Cada uma pode ser lida em cerca de 1 hora. As histórias são incríveis. Algumas um pouco mais técnicas outras mais assemelhadas a uma boa história à beira do fogão. Em todas muito conteúdo.

Para quem gosta de tributação, o capítulo sobre a criação e as

complexidades do Imposto de Renda norte-americano (vale para todos os países em que vige) é uma aula, sem fórmulas. Obviamente que não se trata de discutir o gigantesco e complexo regulamento do imposto, mas de como brechas, pontos de aperfeiçoamento e razões históricas para algumas disposições apareceram e permaneceram.

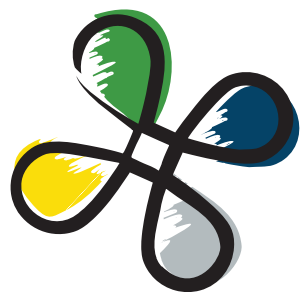
O capítulo sobre a criação e a ascensão da Xerox é outro primor. Produz no cérebro aquele questionamento: como é que eu não tinha me dado conta da importância disso? Mostra ainda

como a Xerox foi precursora não só de avanços tecnológicos, mas gerenciais, com práticas que hoje denominaríamos de ESG com certeza.

O livro é considerado leitura de cabeça de Bill Gates, Buffet e outros empresários de sucesso. Gates já disse que o considera o melhor livro de negócios que leu na vida. Sua leitura nos remete a algo que normalmente esquecemos: quantos detalhes existem por trás de cada iniciativa empresarial, sejam elas bem ou malsucedidas.

Boa leitura!

Abraçamos o
conhecimento
para a contabilidade
seguir em frente



ABRACICON

ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS